+ Catalunha, uma independência à deriva pgs. 27-30 · Entrevista a J. L. Rosa pgs. 35-36 · Sangre de Muerdago, folk primitivista pg. 45


# mapa: Jornal de Informação Crítica

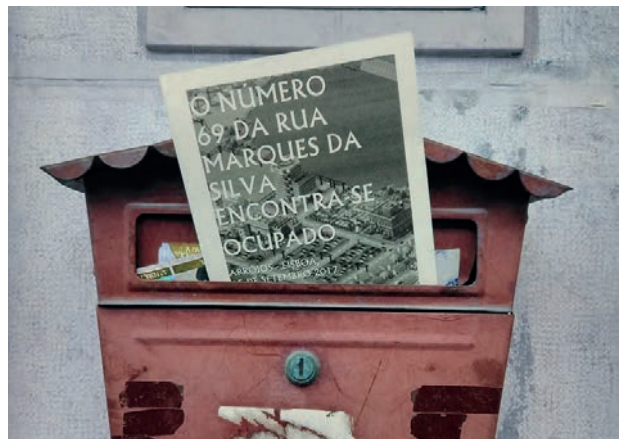
NÚMERO 18
NOVEMBRO 2017 - JANEIRO 2018
TRIMESTRAL / ANO V
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

DESTAQUE

## BAIRROS DE EXCLUSÃO

págs. 11 a 15

No Bairro das Pedreiras, em Beja, a comunidade cigana está a braços com uma intensa perseguição. Na Amadora, os moradores do bairro 6 de Maio confrontam-se com a eminência das demolições das suas casas.




## Okupações com e sem "k"

págs. 3 a 5

Em Lisboa e no porto ganha forma umas das maiores crises de habitação de que há memoria ganha forma com os preços das casas a atingirem máximos históricos. Paralelamente, ressurgem projetos de ocupação que trazem para o espaço público velhas, mas novas, práticas e discussões.

## Mineração no mar dos Açores

págs. 7 a 9

Segundo de uma série de artigos dedicada aos atuais projetos de mineração em águas profundas. Desta vez o foco vira-se para os Açores.

## Pensar as prisões no feminino

págs. 20 a 23

Diversos coletivos, ativistas e organizações juntaram-se em Julho passado com o objetivo de dar visibilidade, refletir e informar sobre a situação das mulheres no sistema prisional Português.

## VOIZES: Um arquivo para quebrar a invisibilidade

págs. 24 e 25


O Jornal MAPA é o primeiro jornal no mundo a aceitar pagamentos em Faircoin para todas as suas modalidades e por isso está no Fairmarket em **is.gd/jornalmapa**

# Ser EducAção

## Da escola que temos à escola que queremos

**SARA MOREIRA**
SARITAMOREIRA@GMAIL.COM

Mais de duas centenas de pessoas voltaram a convergir no Soajo para três dias de imersão em propostas alternativas de educação. O encontro anual Ser EducAção, organizado pela associação Moving Cause desde 2015, voltou a convidar à partilha e vivência de novos modelos educativos em pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês, através de uma panóplia de oficinas, palestras, brincadeiras e momentos de reflexão.

O encontro começou com um dia de Escola da Floresta na Mata do Mezio, dinamizada por Cédric Pedrosa e Patrick Harrison[1], do Reino Unido. A acção de formação baseada na educação ao ar livre permitiu abordar questões ambientais, técnicas de sobrevivência, e a construção de objectos usando como matéria-prima aquilo que a natureza tem para oferecer.

A educação ambiental nas escolas esteve também em foco nesta edição, que contou com a apresentação de um projecto dinamizado na Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura, onde os alunos se tornam Guardiões de Sementes e se dedicam à propagação de espécies regionais em espaços públicos do concelho. O Projecto Terra dá especial atenção à preservação e transformação da bolota e põe os alunos a confecionar o antigo Pão de Bolota que era usado no concelho antes de aparecer o trigo e o milho.

Para além da apresentação de modelos como a Pedagogia Montessori ou a auto-aprendizagem promovida pela Clonlara School, o encontro contou ainda com sessões sobre Educação Assistida por Animais e Parentalidade Consciente. Não faltou também espaço para momentos musicais, actividades ao ar livre e muitas brincadeiras para pequenos e graúdos desde a prática do yoga, às oficinas de cavalinhos de pau e de "Aguarelas da Terra", que explorou os processos de extração de pigmentos presentes na natureza.

A ligação à comunidade local e a valorização dos saberes ancestrais fez-se este ano presente na oficina Da Ovelha à Meia, onde os participantes puderam aprender a lavar e carpiar lã, e na sessão de Contos e Lendas do Minho, onde duas anciãs da vila do Soajo puderam passar o testemunho das histórias e saberes locais que estão em risco de extinção. Houve ainda uma visita guiada ao Núcleo Megalítico do Mezio e uma caminhada nocturna com lanternas até ao recreio da escola primária do Soajo, que culminou com um momento musical em homenagem ao local.

Depois do mote lançado na primeira edição Ser, Educar, Agir, e do renascer após os incêndios de 2016, nesta terceira edição, que tomou lugar de 8 a 10 de Setembro de 2017, o objectivo era enraizar (é através da raiz que a planta se consegue fixar ao solo e ir buscar todos os nutrientes que necessita para se desenvolver, para concretizar o seu propósito).

O Ser EducAção estende assim as suas raízes para além do encontro anual, e está já a colher alguns frutos das sementes que tem lançado. Na escola primária do Soajo, este ano lectivo foi adoptada uma abordagem pedagógica inspirada no método da Escola da Ponte[2], iniciativa que conta com o apoio do agrupamento de escolas da região.

O encontro é organizado pela associação Moving Cause, com o apoio da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Junta de freguesia de Soajo, Casa do Povo de Soajo, Associação Desportiva e Cultural de Soajo, Centro Social e Paroquial de Soajo, Casa das Artes de Arcos de Valdevez, Casa das Brincadeiras em Construção, entre outros. Nesta terceira edição foram dinamizadas actividades por 20 pessoas oriundas de oito localidades do país.

**/// NOTAS**

**1** https://goo.gl/5qe7nC

**2** In Soajo em Notícia (06/10/2017): https://goo.gl/c9JYCf

# Entrou em vigor o CETA

No passado dia 21 de Setembro entrou em vigor o CETA, o Acordo Comercial Global União Europeia – Canadá, que, desde o seu início em 2010, tem vindo a ser negociado em total segredo por corporações e governos e cujos impactos económicos, sociais e ambientais têm sido conhecidos graças à ação e denúncia de inúmeras organizações de cidadãos por toda a Europa e Canadá. O acordo foi aprovado pelo Parlamento Europeu em Fevereiro passado mas, por interferir com a soberania de cada Estado, teve de ser ratificado nos parlamentos dos Estados membros. Em Portugal foi discutido e votado no Parlamento no passado dia 18 de Setembro e aprovado com os votos a favor do PS, CDS e PSD e os votos contra do BE, PCP, PAN e Verdes. Em Portugal, a maior parte da informação disponível sobre o Acordo tem sido disponibilizada pela Plataforma Não ao Tratado Transatlântico, que no passado se tem dedicado a denunciar não só este Acordo, mas também o TTIP, um acordo semelhante, mas desta feita celebrado entre a U.E. e os E.U.A. Com a eleição de Donald Trump o TTIP encontra-se suspenso, com todos os esforços das multinacionais e grandes corporações colocados na aprovação do CETA. A oposição ao CETA tem-se centrado no facto de este vir alterar de forma drástica as diversas dinâmicas económicas, ambientais e laborais de cada país, com impactos muitos específicos na vida de todos. A denúncia mais apontada prende-se com o facto de o texto do Acordo ser diretamente redigido pelas grandes corporações multinacionais e industriais americanas e canadianas. Um dos maiores receios prende-se com o Investment Court System (ICS), o controverso mecanismo de resolução de litígios responsável por gerir as disputas entre Estados e empresas investidoras. Resumidamente, o ICS atua em casos onde uma empresa tenciona realizar um investimento num Estado membro baseado num dado contexto legislativo. O Acordo prevê que esta empresa possa processar esse Estado, e exigir indemnizações, caso o contexto inicial em que realizou o investimento mude e esta considere que foi prejudicada. Mas a área de influência do CETA é muito mais abrangente. Uma das consequências mais "quentes" do Acordo prende-se com o bloqueio dos esforços das comunidades em travar os impactos das alterações climáticas, já que um acordo de livre comércio como este implica, necessariamente, o transporte de produtos em grandes volumes através de grandes distâncias, o que é também um travão às metas do Acordo de Paris, assumidas pelos governos, nomeadamente de manter abaixo dos 2ºC o aumento da temperatura média do planeta. O CETA é ainda um forte travão a práticas não industriais de agricultura em ambos os lados do Atlântico, já que impulsiona a importação não taxada de produtos básicos, como o leite ou a carne, fazendo com que produtores locais não tenham capacidade de competir no mercado. O Acordo levanta ainda fortes preocupações ao nível do processamento e produção de alimentos, devido à aceitação de práticas industriais tais como o uso de hormonas na produção de carne, ou o uso de organismos geneticamente modificados, quando algumas destas práticas são já reguladas ou proibidas na Europa. **G.L.**

# Okupas: uma história que se escreve cada dia

**ZITA MOURA**
ZITABMOURA@JORNALMAPA.PT

"Afinal queremos tudo", lê-se numa faixa pendurada na fachada de um prédio na Rua Marques da Silva, em Lisboa. "Ocupando a cidade, combatendo a autoridade", numa outra faixa que pende dos portões da antiga escola primária José Gomes Ferreira, no Porto. Mais a Sul, em Setúbal, celebram-se 17 anos de existência da Casa Okupada Setubalense Autogestionada ou COSA.

É Outubro de 2017, e as semanas vão-se dobrando sobre si próprias, umas mais memoráveis que outras. As últimas semanas, ou meses, têm resultado em múltiplas histórias para serem contadas em anos vindouros. Isto é, no que à ocupações diz respeito. E há quem esteja a dedicar-se a fazer essa história, e a constituir uma historiografia dessa história também.

Este movimento não é coisa nova em Portugal. São muitas as memórias e casas que sobram do Processo Revolucionário em Curso, de uma onda de ocupações que se deu entre 1974 e 1978. Durante esses quatro anos, era "praticamente legal ocupar casas devolutas", explica Ricardo, membro fundador do Arquivo Digital de Ocupações. Não obstante, o processo começou a abrandar com a entrada em vigor da Constituição Portuguesa, em 1976, que preservava e garantia os direitos de propriedade que começavam a ser questionados e desmantelados durante o PREC.

O Arquivo Digital de Ocupações não pretende analisar o período de ondas de ocupações em Portugal dos anos 70 - tenta antes fazer uma "historiografia" do movimento de ocupações pós-1993. Ricardo pauta o início do período de estudo com o surgimento da "Casa Reciclada", no Porto. Aqui, faz uma distinção entre "ocupações" e "okupações", sendo que são as segundas que compõem o corpo de estudo deste arquivo.

"No pós-25 de Abril, as ocupações tinham uma motivação popular", explica, "enquanto que as ocupações que se dão a partir dos anos 90 têm uma motivação política". Não se descarta, de forma alguma, a questão da habitação, que era central nas ocupações dos anos 70, mas a discussão sobre a habitação, nesta "nova" forma de ocupação, tem outros contornos. "Já não é só uma questão de necessidade, é um debate político sobre o que é a propriedade. Há uma crítica feroz sobre a propriedade. Nos anos 70 a necessidade de habitação estava acima da razão de questionar a autoridade."

Garante que o apoio popular que estas ocupações tinham facilmente explica a quantidade de casas devolutas libertadas para habitação: "Havia comités de ocupações, quando hoje já nem associações de moradores existem". E isso explica a quantidade de casas entregues ao abandono nos dias de hoje, quando ao mesmo tempo se discute mais e mais o que é o acesso à habitação. "Há uma falta de responsabilidade civil para com a população, e não há uma base popular para avançar", garante, sublinhando que o contexto de hoje é "completamente diferente", caracterizado também pela "visão muito má do que são as ocupações, que surge logo após a Constituição".

Então, nesta nova onda de ocupações (ou okupações, pela sua conotação política distinta das ocupações de '70), surgem novas preocupações e novos debates. São esses temas que Ricardo e os demais colaboradores do Arquivo Digital de Ocupações pretendem recuperar e escrever.

**Uma historiografia feita a partir de dentro**

A ideia do Arquivo também não é nova. Ricardo explica que já andaria a germinar há sensivelmente dez anos, mas não no formato que agora assume. O projecto irá consolidar-se em duas grandes ideias: um arquivo digital de acesso público e, mais tarde, um livro que junte algumas das mais relevantes histórias acerca do movimento que se propõem a documentar.

"O movimento da okupação está muito alicerçado e enraizado nalgumas premissas do movimento anarco-punk", assegura, e acrescenta que "já houve a edição de dois livros sobre historiografia do punk em Portugal". Ainda assim, o estudo que depois resultou na publicação desses livros levanta algumas dúvidas ao colectivo que mobiliza o Arquivo: "mas quem são estas pessoas, que autoridade têm elas para falar sobre este movimento?"

Ricardo não duvida da legitimidade académica dos envolvidos nesses dois livros, mas garante que há uma diferença fundamental: "eles vêm de fora falar sobre uma coisa na qual não participam, nós falamos a partir de dentro numa coisa em que participamos. Estamos a escrever a história do movimento de okupação partindo dos seus intervenientes". Uma das grandes preocupações dos colaboradores do Arquivo é que "a nova geração que integra o movimento anarquista e anarco-punk já não conhece estas histórias, e se não houver passagem de testemunhos, só sobra a visão dos académicos". Sublinha: "existem os académicos que escrevem a história, e os intervenientes que a fazem".

Até para Ricardo e os demais elementos do Arquivo a história está a provar-se surpreendente. Durante um ano de "trabalho arqueológico", como o descreve, já deram conta da existência de perto de 150 okupas entre 1993 e 2017. Dividem esses 24 anos de historiografia em três grandes fases, cujos limites temporais estão abertos a discussão.

O primeiro momento que estudam pauta-se entre a fundação da Casa Reciclada, no Porto, em 1993, até ao despejo da Kasa Enkantada, em Lisboa, em 2002. Ricardo aponta a Kasa Enkantada como um momento vital da história do movimento pela relevância que este projecto assumiu no panorama nacional. Acredita que esse primeiro momento era, acima de tudo, "experimental", mas que evoluiu para uma fase de confronto e acção que distingue os anos que caracterizam como sendo o segundo momento desta historiografia.

De 2002 até 2008/2012, o movimento ganha "maturidade", como descreve. Surgem múltiplos "espaços autónomos" nas cidades, como "o RDA, a CasaViva, a Severa", que complementam o movimento de okupação e lhe permitem "um ponto de apoio e dinamismo". Por operarem dentro de um modelo legal, com espaços arrendados e associações constituídas, estão mais protegidos. Acrescenta que imediatamente após o despejo da Kasa Enkantada, nos dois anos que se seguiram, houve 12 okupações que surgiram em retaliação pelo despejo - mesmo que "algumas delas não tenham durado mais do que uns dias".

Então, essa segunda fase que o Arquivo delineia estende-se entre o despejo da Kasa Enkantada e o "pós-crise", como define Ricardo. Esse período de "pós-crise" pode-se estender entre 2008 e 2012, e representa uma nova forma de estar no movimento. Ricardo aponta o caso do Espaço Colectivo Autogestionado do Alto da Fontinha (Es. Col.A.), no Porto, como o ponto de entrada para o terceiro - e actual - momento do movimento de okupações.

"Foi o caso da Fontinha que trouxe isto das okupações de volta à discussão pública", acredita Ricardo, sublinhando que esta é a sua opinião individual, e que não caracteriza a do Arquivo. Relativamente à efemeridade da maioria das okupações que se deram após a Fontinha, que caracteriza como "okupações flash", não está preocupado. "Mesmo que só durem uns dias, nota-se maior maturidade nos projectos políticos e sociais das okupas", acredita.

Das 150 okupas que Portugal conheceu desde 1993, é-lhe difícil apontar as que terão sido mais relevantes na história, mas acre-

**Da esquerda para a direita: Casa de Cascais, Kasa Enkantada (Lisboa), Zarabatana (Queluz), COSA (Setúbal)**

"No pós-25 de Abril, as ocupações tinham uma motivação popular", explica, "enquanto que as ocupações que se dão a partir dos anos 90 têm uma motivação política". Já não é só uma questão de necessidade, é um debate político sobre o que é a propriedade.

dita que "os casos mais paradigmáticos foram os que queriam mudança social", e enumera alguns: a Casa Reciclada, a Casa de Cascais, a Zarabatana (Queluz), a Kasa Enkantada em Lisboa, a Fontinha, a C.O.S.A. (Setúbal)... Mas ainda é demasiado cedo no traçar desta tumultuosa história para determinar com certeza quais foram os seus momentos mais disruptivos e icónicos.

**"Afinal, queremos tudo" e "é proibida a entrada a quem não andar espantado de existir"**

Se, como Ricardo assegura, esta história é escrita e feita pelos seus intervenientes, os últimos meses têm sido convulsos no que à história das okupações diz respeito. Em Setembro, junta-se uma assembleia de mais de 150 pessoas num antigo e devoluto imóvel camarário em Lisboa. Na fachada do edifício azul lê-se "A cidade é de quem a ocupa. Assembleia de Ocupação de Lisboa". Lá dentro germinam ideias.

Inês Silva, integrante do colectivo que dinamiza a Assembleia (AOLX), conta que "não havia uma ideia concreta para a casa", daí a importância de convocar essa reunião aberta a toda a população. "Era fundamental uma ligação à comunidade e, por isso, as pessoas podiam ir lá apresentar as ideias que tivessem para realizarem ali, desde creches sociais até habitação". Decorriam as campanhas para as eleições autárquicas, e como Inês sublinha múltiplas vezes "o tema da habitação foi central durante os debates autárquicos".

A porta do imóvel já estava aberta, pelo que aquando da entrada do colectivo no espaço foram enviadas cartas, nomeadamente à Vereadora da Habitação de Lisboa e à Polícia de Segurança Pública, que davam conta desta iniciativa. Entretanto, e antes ainda das eleições, houve uma breve visita da Polícia Municipal à AOLX, mas que Inês não sobrevaloriza: "A Polícia Municipal teria de ter ido lá para nos avisar que tínhamos 90 dias para sair, conforme a lei, mas estavam completamente desinformados dos procedimentos". Até à data não houve qualquer tentativa de contacto por parte da Câmara Municipal de Lisboa, nem sequer para tentar proceder a um despejo.

Actualmente a AOLX está em fase de obras, e de ideias. Inês Silva refere dois grandes projectos: que a casa sirva de "sede" a um movimento de okupações mais amplo do que aquele que existe, com apoio jurídico, documentação legal, e espaço para reuniões; e que sirva também um propósito de habitação temporária para pessoas que tenham sofrido um despejo ou que não consigam encontrar casa para arrendar na cidade.

Inês sublinha o teor "temporário" desta habitação que refere. Por um lado, pela questão legal que se lhes impõe. Se a qualquer momento chegar um aviso da Polícia Municipal que anuncie um despejo em 90 dias, nunca poderá estar gente a viver lá mais tempo do que isso, para protecção das próprias pessoas. Por outro lado, a casa não servirá para alojamento permanente pelas suas características voláteis e pela discussão que pretende criar. Ainda assim, nada é certo. Antes de serem tomadas decisões delicadas - "quem entra, quem fica primeiro, quanto tempo fica..." - têm de se concluir as obras, que estão a avançar a um ritmo estável.

Para já, não está em cima da mesa que se transforme a AOLX num Centro Social Okupado, pelo contexto do bairro em que a casa se situa. "Os Anjos já têm muita vida social e associativista", explica Inês, pelo que não fazia falta mais um centro social. "A habitação é a maior preocupação social, neste momento, então os espaços complementam-se", e daí a relevância da AOLX naquele bairro em específico.

Sendo que talvez se assemelhe mais às ocupações dos anos 70 do que às okupações que o Arquivo Digital se propõe a compilar, a AOLX tem uma preocupação fundamental que é a habitação: "podemos discutir a propriedade privada, mas há necessidades imediatas e concretas a suprir, e a que temos de responder". Não obstante, é demasiado cedo para definir a natureza da casa, pensa Inês Silva. A ideia é que a AOLX vá para lá dos Anjos e da grande casa azul onde se instala. Aquela ocupação é tão somente o primeiro passo da Assembleia, que visa legitimar a okupação como acção social e política, mas não só.

Mais a norte, e exactamente um mês depois de se encher a casa lisboeta com 150 pessoas ferventes de acção e ideias, uma escola primária no Porto enche-se com outras tantas pessoas igualmente ardentes. Uma noção algo familiar para muitos portuenses. A 14 de Outubro, a Escola Básica José Gomes Ferreira, perdida entre as Ruas do Bonjardim e de Faria Guimarães, nas velhinhas ruelas operárias da cidade, enchia-se de barulho, música e vassouras.

Uma faixa pendurada no gradeamento da escola deixava ler "É proibida a entrada a quem não andar espantado de existir". Lá dentro, corria água, faziam-se planos, e discutiam-se ideias. Rebaptizou-se a escola: "A Travêssa". Desimpediu-se o acesso à porta da escola, forrado de folhas caídas e lixo sortido, preparou-se uma mesa com comida para ser partilhada, ligou-se uma coluna

**As mais recentes experiências de okupação tiveram sortes diferentes: a AOLX (esquerda) na rua Marquês da Fronteira foi ocupada em Setembro e continua resistindo entre obras, assembleias e actividades diversas. Já a Travêssa (direita), no Porto, foi despejada dois dias depois da ocupação.**

**A C.O.S.A. foi okupada a 13 de Outubro de 2000.**

13 A 15 OUTUBRO 2017
C∅SA
17 ANIVERSÁRIO
SEXTA 13
18H - EXPOSIÇÃO:
RAÍZ CONSISTENTE, REBELDIA PRA SEMPRE!
20H - PITÉU CASEIRO PA DELICIAR A RESISTÊNCIA
22H - SESSÃO DE A.T.I.T.U.D.E. - GRITA O QUE TE VAI NA ALMA
SÁBADO 14
16H - OFICINAS DE RESISTÊNCIA
18H - CONVERSA: INFORMAÇÃO
20H - PATUSCADA À LA C∅SA
22H - CONCERTOS
DUARE VICIOS
TRADICAO
SuKata
DOMINGO 15
15H - ACÇÃO DE RUA
17H - PICNIC NA SERRA
RUA LATINO COELHO Nº2 - SETÚBAL

e ouviu-se música. Nos olhos de quem já tinha visto e vivido um Porto que teve uma Fontinha, acendia-se um brilho, entre a esperança e a nostalgia. No manifesto colado à porta e publicado no blog, lê-se que os okupas queriam "retomar os bairros cujas gentes são, a cada dia, brutalmente expulsas e varridas nesta verdadeira fábrica de turismo". Uma das discussões que mais prevaleceu foi a dominante no Porto por estes dias: gentrificação.

Os vizinhos abriram o seu bairro para os novos rostos que chegavam a cada minuto. "Bem-vindos ao nosso bairro!", gritou um, assim que se entrou pela porta da escola. "Pensávamos que nunca mais vinham!", confessava uma senhora, esticando o pescoço para ler a faixa. Foram chegando panelas, instrumentos de cozinha, mesas, cadeiras, livros escolares. Rostos novos, rostos curiosos, rostos idosos. Todos sorridentes.

Foi sol de pouca dura. A okupação não tinha atingido as 48 horas quando foi sacudida por marretas, gritos e pontapés, com a PSP, a PM e até a PJ a entrarem pela Travêssa adentro. Da acção de despejo resultaram 21 pessoas detidas, todas constituídas arguidas - sem saberem de que crime - e colocadas sob termo de identidade e residência. No comunicado da CMP que seguiu o despejo, teciam-se acusações de insalubridade, vandalismo e destruição de equipamento. No gradeamento da Travêssa, para além da faixa com a frase de José Gomes Ferreira, via-se uma bandeira LGBT e uma outra: "Ocupando a cidade, combatendo a autoridade", que mereceu menção especial no comunicado municipal.

Após a ferida aberta que Rui Rio provocou na cidade com o brutal despejo da Es.Col.A., e a rápida extinção da Biblioteca Popular do Marquês, ficou sempre um sabor amargo na boca dos portuenses. E ao testemunharem o veloz fenómeno de gentrificação e turistificação que assola a cidade, havia que agir prontamente. A resposta das autoridades, seja do actual Presidente da Câmara que detém a maioria absoluta e está no seu último mandato, seja das Polícias que actuam na cidade, ou até dos pressupostos inquilinos do espaço (que seria o Instituto Politécnico do Porto), foi mais veloz e eficaz ainda.

### A história faz-se de resistências

Se a história da Travêssa foi uma que poucas linhas ocupará na historiografia que Ricardo e os seus companheiros escrevem no Arquivo, o mesmo não é verdade para a Casa Okupada de Setúbal Autogestionada (C.O.S.A.). Enquanto na velhinha escola primária se desimpedia caminho para um novo projecto, na mais antiga okupa em funcionamento de Portugal celebravam-se 17 anos de vida e resistência.

> Das 150 okupas que Portugal conheceu desde 1993, os casos mais paradigmáticos foram os que queriam mudança social: a Casa Reciclada, a Casa de Cascais, a Zarabatana em Queluz, a Kasa Enkantada em Lisboa, a Fontinha no Porto, a C.O.S.A em Setúbal.

A C.O.S.A. foi okupada a 13 de Outubro de 2000, ainda durante o momento que Ricardo caracterizava como sendo "a primeira fase do movimento". Passaram "políticos, comandantes das forças policiais, governadores civis, os processos judiciais, a repressão policial e as difamações nos jornais", como escrevem no seu blog, mas a C.O.S.A. mantém-se resistente e de pé. Ainda assim, os últimos meses têm sido algo conturbados para este centro social.

Dias depois do 15º aniversário do projecto, foram notificados os ocupantes da C.O.S.A. de que estaria em processo uma ordem judicial iniciada pelos proprietários da casa de forma a que se procedesse ao despejo. Explicaram à data que o proprietário original, entretanto falecido, teria deixado aquele imóvel a uma sociedade de herdeiros que é proprietária de muitos outros imóveis devolutos, asseguram. Constava da notificação que os ocupantes tinham 30 dias a contar do dia da recepção da carta (16 de Outubro de 2015) para esvaziar o edifício e abandoná-lo. Esse foi tão somente o princípio de uma nova jornada de luta para os setubalenses que dão vida a uma casa outrora decadente e devoluta.

Os ocupantes da C.O.S.A. recorreram da decisão judicial e tentaram dialogar com os proprietários do imóvel - que numa primeira fase terão acedido ao pedido, mas nunca o fizeram. Pela segunda audiência, a 2 de Junho deste ano, e após múltiplas irregularidades processuais, acusam, a juíza terá determinado a restituição do imóvel aos seus legítimos proprietários. Irão recorrer novamente, mas para já o futuro da C.O.S.A. é incerto. Excepto num dos traços que fazem a sua história: a resistência. A C.O.S.A. promete resistir como resistiu ao longo dos 17 anos que fizeram o seu percurso, agora com a existência d'O Covil, uma espécie de "gabinete" de suporte okupa, onde os interessados poderão procurar ajuda e conselhos para expandirem o movimento, libertarem novos espaços e criarem novos projectos.

Os dias que na Travêssa se viveram intensos de esperança e projectos futuros, na C.O.S.A. viveram-se de celebração e de resistência. Outras histórias se delineiam, para lá de pequenos apontamentos, como a Travêssa, e de grandes capítulos, como a C.O.S.A. Certo é que não é uma história curta, nem uma que vá ficar por contar.

# Laboratórios de Rendimento Básico Universal

**Perfomance em Berlim do grupo suíço Generation Grundeinkommen, onde oito milhões de moedas de cinco cêntimos (uma por habitante) foram despejadas na Bundesplatz para celebrar a realização de um referendo sobre o RBI. O referendo, realizado em 2016, teve 76,9 % dos votos contra. Foto de Stefan Bohrer (2016)**

**SANDRA FAUSTINO**
SANDRA.FAUSTINO@JORNALMAPA.PT

Decorreu, de 25 a 27 de Setembro, em Lisboa, o 17.º Congresso Internacional da *Basic Income European Network* (BIEN), que teve lugar na Assembleia da República e no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). O Rendimento Básico Incondicional (RBI), que abordámos com olhar crítico na última edição, é uma prestação atribuída a cada cidadão, independentemente da sua situação financeira e suficiente para permitir uma vida com dignidade. Entre as diversas reflexões teóricas em torno do RBI, o Congresso focou-se na sua implementação, expondo projectos-piloto a decorrer actualmente, numa ilustração inquietante do que é o estudo da economia em laboratório – aquilo a que se chama economia comportamental ou, no caso de um campo bem mais recente, finança comportamental.

Na Finlândia decorre o primeiro projecto-piloto europeu, onde uma amostra de 2000 cidadãos recebe 570 euros por mês, ao longo de dois anos. A iniciativa foi lançada pelo governo de centro-direita e pretende combater o desemprego de longa-duração. Este é o único caso onde a participação é obrigatória para os seleccionados. Ao longo destes dois anos, os participantes podem ter outros rendimentos, mas não são obrigados a procurar nem a aceitar trabalho. Os seleccionados serão comparados com um grupo de controlo para aferir diferenças na participação no mercado de trabalho, taxa de desemprego, gastos em medicação e sistema de saúde. Em Utreque, nos Países Baixos, arranca, ainda em 2017, um projecto-piloto de dois anos impulsionado por seis municípios. Neste caso, as condições estão longe de corresponder aos ideais do RBI: num dos grupos, os cidadãos seleccionados terão de procurar emprego de forma mais intensiva do que nos actuais programas estatais.

Dois projectos-piloto decorrem em África, relembrando-nos que estamos longe de ultrapassar o paradigma assistencialista. No Quénia, a organização privada americana *GiveDirectly* arrancou em 2016 com um projecto-piloto numa aldeia, planeando expandir o programa a 200 aldeias das zonas rurais do país. Três grupos experimentais serão comparados com um grupo de controlo. O primeiro grupo recebe 23 dólares por mês (cerca de metade do rendimento médio nas zonas rurais) ao longo de 12 anos, o segundo grupo irá receber a mesma quantia ao longo de apenas dois anos e o terceiro irá receber de uma só vez a quantia total correspondente a dois anos. A comparação entre o segundo e o terceiro grupo permitirá perceber, por exemplo, o comportamento das pessoas perante um quadro de estabilidade com pagamentos regulares, ou um quadro de oportunidade/risco para a realização de investimentos de maior escala. No Uganda, uma outra organização privada, a belga *Eight*, iniciou em 2017 um projecto-piloto com todos os residentes de uma aldeia, 56 adultos e 88 crianças, com transferências digitais por telemóvel. Antropólogos da Universidade de Gante estão a analisar o sucesso escolar das raparigas, o acesso a cuidados de saúde, empreendedorismo e desenvolvimento económico, e participação nas instituições democráticas.

> Em Silicon Valley, nos E.U.A., o empreendedor e coder Sam Altman, crente no fim do trabalho devido à automação, anunciou em 2016 um projecto-piloto de RBI através da sua start-up, Y Combinator. Desinteressado em perceber os efeitos do RBI no emprego ou desemprego, Altman está interessado em estudar os efeitos mais holísticos do RBI na vida dos seleccionados.

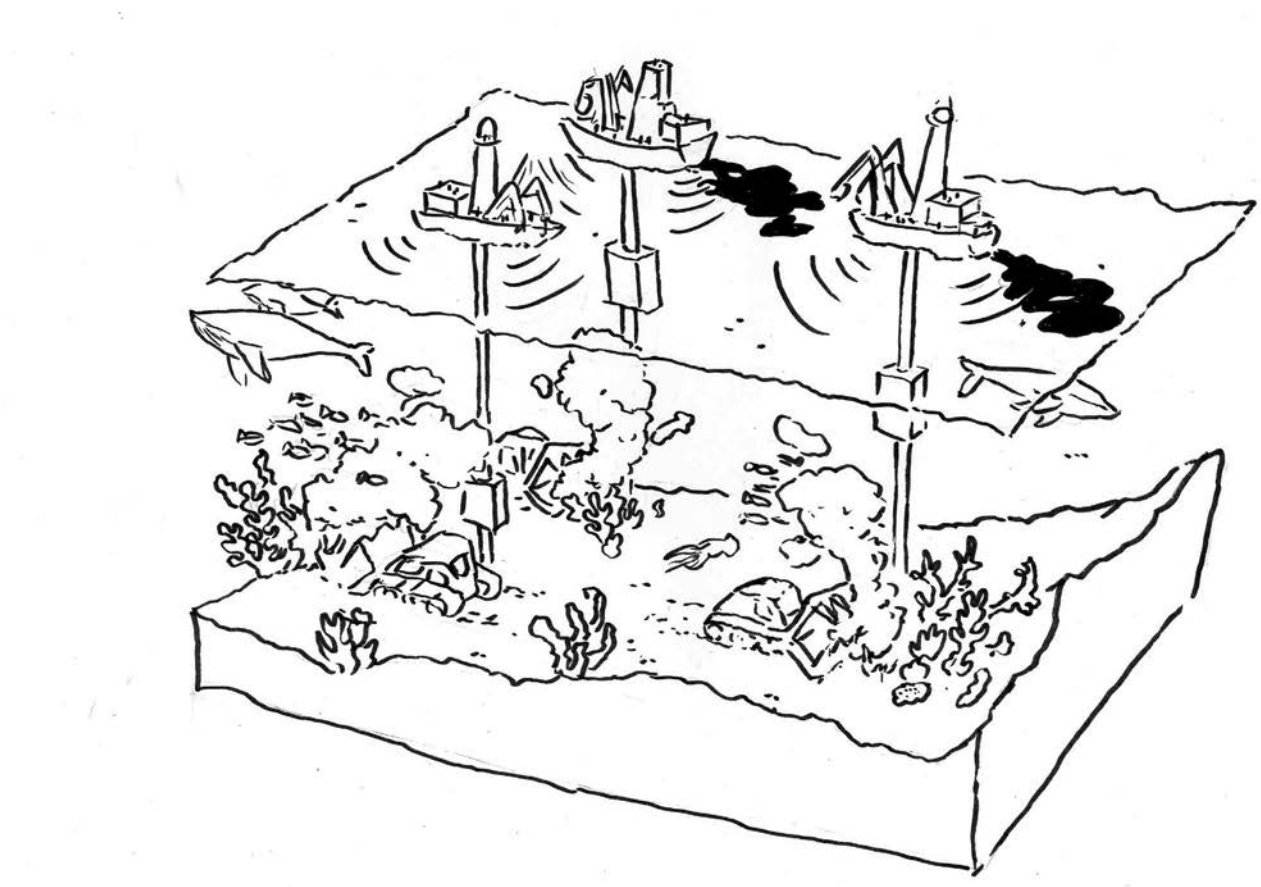
Em Silicon Valley, nos E.U.A., o empreendedor e *coder* Sam Altman, crente no fim do trabalho devido à automação, anunciou em 2016 um projecto-piloto de RBI através da sua *start-up, Y Combinator*. Desinteressado em perceber os efeitos do RBI no emprego ou desemprego, Altman está interessado em estudar os efeitos mais holísticos do RBI na vida dos seleccionados. O projecto, que está em fase de arranque, irá abarcar cerca de 3000 indivíduos ao longo de três a cinco anos (dependendo do grupo experimental), que irão receber cerca de 915 euros independentemente dos seus rendimentos adicionais. O estudo irá analisar indicadores como participação no mercado de trabalho, formação, tempo passado com crianças, amigos e familiares, saúde física e psicológica, capacidade de risco e *saúde financeira* (que se refere a uma boa gestão do dinheiro e bom conhecimento do mercado financeiro).

Com uma aura de experimentação laboratorial expressa na própria linguagem em que os projectos-piloto são apresentados, estes estudos isolam conjuntos de indivíduos e alteram variáveis respeitantes aos seus rendimentos, procurando perceber os seus efeitos no comportamento económico-financeiro de cada um. O RBI é assim, para já, um passo fundamental na compreensão da (ir)racionalidade dos mercados.

**JOÃO MARTINS**
J.MARTINS@JORNALMAPA.PT
**MARGARIDA MENDES**
ILUSTRAÇÕES: **DANIEL VASCONCELOS MELIM**

# Mineração em Mar Profundo nos Açores: uma ameaça real

O mar e ecossistemas em torno dos Açores estão sob crescente perigo. A par do quadro geral de degradação ambiental e ecossistémica que afecta todo o globo, de há anos a esta parte uma nova ameaça emerge lentamente das águas, que poderá vir a afectar directamente o arquipélago.



### As ilhas que encantam ... a indústria

A mineração em mar profundo é um tema a que, pela sua enorme relevância e potencial impacto, temos dado devida atenção, nomeadamente perante o que se configura essencialmente como o ruidoso silêncio da maioria da comunicação social, pouco predisposta neste particular como em outros, a questões de fundo. A extracção de minério em mar profundo, com o uso de maquinaria pesada, promete não só destruir completamente as porções do fundo oceânico directamente afectadas e as comunidades vivas que nelas existam, mas ter impactos alargados cujo alcance é, como alertado pela comunidade científica, largamente desconhecido[1].

Avanços tecnológicos ameaçam viabilizar em breve uma nova indústria de extracção submarina. O aumento vertiginoso da procura de recursos minerais para alimentar o actual modelo de consumo massificado – está previsto que entre 2017 e 2050 a procura de minerais seja superior à totalidade da procura entre a alvorada da humanidade e a actualidade**2** – e em particular o de sectores de ponta cuja tecnologia requer certos minérios com propriedades específicas, são, perante o "potencial mineralógico" do fundo oceânico, usados como argumentos fortes para defender a necessidade e apontar a quase inevitabilidade dessa indústria.

Na edição de Julho de 2017 do Jornal MAPA, o artigo "Turvar as águas", traçava um quadro geral desta potencial indústria, definindo o seu âmbito, características e enquadramento legal – ou as lacunas do mesmo – com um enfoque particular no que se está a passar no Pacífico, onde os avanços mais dramáticos se têm dado. Nesse artigo mencionávamos que, se pela possível iminência do início de operações de exploração, o Pacífico e a Papua-Nova Guiné (PNG) em concreto são áreas em destaque neste momento, é fundamental perceber que existem outros desenvolvimentos em curso, bem mais próximos de nós.

A presença confirmada de vários campos de fontes hidrotermais a Sudoeste do arquipélago dos Açores, ao longo da Dorsal Mesoatlântica, de crostas cobaltíferas a Norte e, em menor grau, nódulos de manganês a Sul, despertaram o interesse de um conjunto de actores públicos e privados, com a União Europeia (UE) à cabeça. A UE definiu em vários relatórios recentes um conjunto de matérias primas consideradas críticas – 27 minerais, de acordo com o relatório mais recente[3] – a maior parte das quais importadas, com a China como principal fornecedor europeu e exportador mundial. Esta situação é vista a nível europeu como possuindo importância estratégica e como tal a UE tem assumido um papel de crescente destaque nesta área. Presente no Pacífico, quer através do projecto DSM SPC-EU, quer através de parcerias público privadas promovidas por vários estados membros[4], a UE está também no centro da crescente mobilização institucional público privada europeia que tem o Atlântico como foco, onde as concessões marítimas nacionais e o mar em torno dos Açores em particular assumem um papel de destaque. Segundo Marta Chantal Ribeiro, coordenadora do Grupo de Investigação em Direito do Mar no Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR, Univ. do Porto), o mar em torno dos Açores "será a área mais apetecível no contexto da União Europeia e aquela onde, provavelmente, a mineração tem condições para avançar, do ponto de vista do interesse económico dos depósitos ali existentes" [5]. É sob este prisma que devemos considerar alguns dos desenvolvimentos que passamos a descrever.

### Mineração em mar profundo nos Açores?

Desde o final da primeira década deste século verificaram-se em Portugal várias iniciativas, envolvendo diversas entidades públicas e privadas, no sentido de promover e adjudicar eventuais explorações de recursos não vivos no leito submarino a grande profundidade. Elo comum, o conhecimento sobre o mar profundo, ou a falta deste, tem sido o ponto de partida para obter financiamento para projetos, quer na vertente de investigação e proteção, quer na de exploração do potencial mineralógico deste.

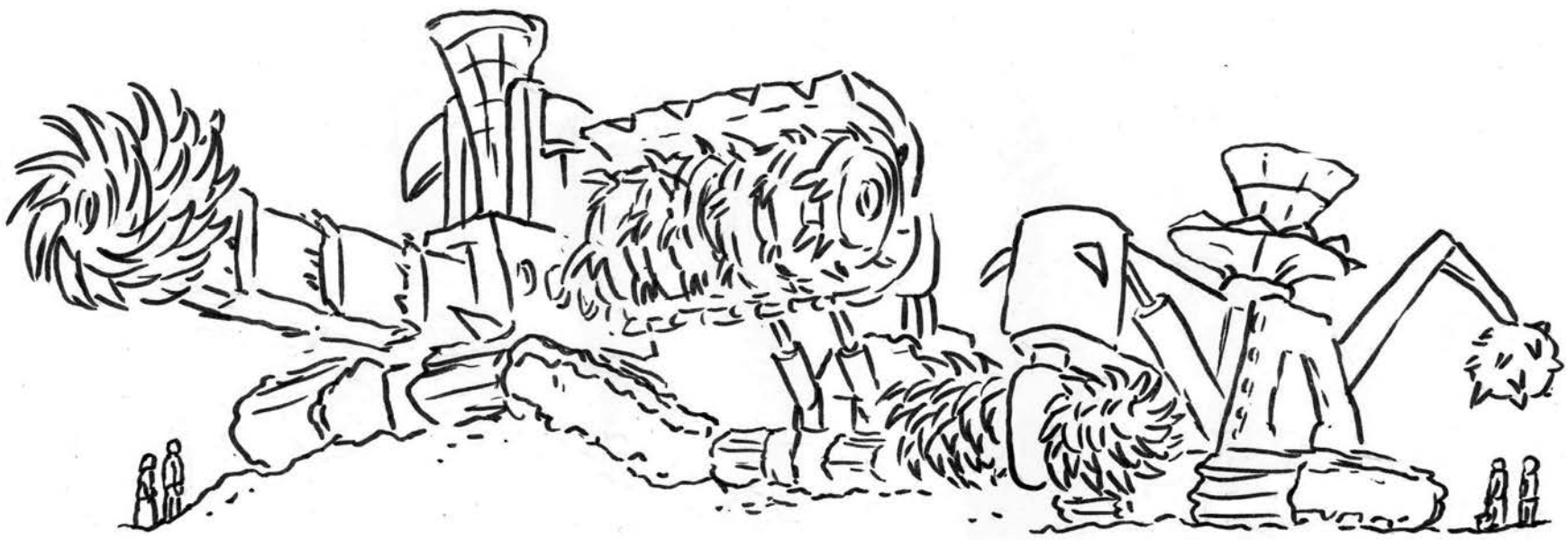
Foi no âmbito da extinta Comissão Interministerial da Plataforma Continental que foi dado o primeiro passo, em 2005, para a criação da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC). Esta visava preparar, apresentar e assegurar a defesa da proposta de extensão da plataforma continental perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) das Nações Unidas. É fundamental notar que a extensão da plataforma continental está exclusivamente orientada a assegurar a soberania de um Estado sobre os recursos no solo e subsolo para lá das 200 milhas marítimas da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE). Ou seja o seu intuito é garantir direitos de exploração – ou protecção – dos recursos existentes nessa área.

A presença confirmada de vários campos de fontes hidrotermais a Sudoeste do arquipélago dos Açores, ao longo da Dorsal Mesoatlântica, de crostas cobaltíferas a Norte e, em menor grau, nódulos de manganês a Sul, despertaram o interesse de um conjunto de actores públicos e privados, com a União Europeia (UE) à cabeça.

Um ano antes de Portugal submeter a sua Proposta de Extensão da Plataforma Continental à CLPC (2009), a empresa *Nautilus Minerals Inc.* cujo papel central na promoção da mineração em mar profundo na PapuaNova Guiné já destacamos, apresentou junto da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, um pedido de prospeção e pesquisa de minerais em seis pontos do Mar dos Açores. Este pedido caducou face à legislação aplicável e à regulamentação existente e posteriormente, o Governo dos Açores criou em 2011 o Parque Marinho dos Açores, proibindo qualquer atividade extrativa, englobando na sua rede de áreas marinhas protegidas (AMPs) diversos tipos de ecossistemas distintos, tais como fontes hidrotermais, bancos e montes submarinos.

Num segundo momento, a *Nautilus Minerals Inc.* submete em 2012, cinco pedidos para mineração em mar profundo, envolvendo prospeção e exploração em áreas periféricas ao Parque Marinho dos Açores. O Governo dos Açores no mesmo ano decide legislar o aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre (excluindo hidrocarbonetos, gás natural e hidratos de metano), sendo esta legislação considerada inconstitucional em 2014 pelo Tribunal Constitucional Português.

Em 2013, a UE assina, com o Canadá e os EUA, a Declaração de Galway sobre a Cooperação do Oceano Atlântico. Esta cooperação pretende impulsionar o conhecimento acerca do Oceano Atlântico e a sua dinâmica de sistemas – incluindo as ligações à porção da região do Ártico que faz fronteira com o Atlântico. Definindo a observação como fundamental para a compreensão do oceano e do seu futuro, propõe o desenvolvimento de actividades que melhorem a partilha de dados, a interoperabilidade, a coordenação de infraestruturas para observação e o mapeamento dos habitats bentónicos – região do ambiente marinho próxima do leito oceânico – e do leito marinho. Nesse mesmo ano, surge através de um consórcio de 32 organizações estabelecidas na União Europeia



o projeto MIDAS (Managing Impacts of Deep Sea Reource Exploitation), financiado pela Comissão Europeia por um período de três anos. Este projeto apresenta um programa multidisciplinar que pretende investigar os impactos associados à extração de recursos energéticos e minerais do mar profundo.

Em 2014, tem início o projeto multidisciplinar Blue Mining, com duração de 3 anos e composto por um consórcio internacional Europeu de 19 organizações, incluindo entre elas a Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FFCUL) e vários membros da academia e indústria. Neste projeto, centrado nos Açores, foram investigados novamente os impactos, bem como o potencial, da extração de recursos minerais e energéticos do mar profundo, sendo que o plano de trabalhos do projeto incluiu a exploração de materiais como nódulos e sulfuretos polimetálicos, crostas ferromagnesianas ricas em cobalto, hidratos de metano e elementos raros.

Entre 2014 e 2015, o Governo Português ter-se-à apercebido do conflito entre o Parque Marinho dos Açores e as solicitações da *Nautilus Minerals Inc.*. Assim, o parlamento nacional implementou uma diretiva quadro que reduz as competências das regiões autónomas para aprovar planos de ordenamento do território respeitantes aos usos e actividades e limita as competências regionais para lá das 200 milhas. Posteriormente, o governo central Português aprovou um novo decreto lei estabelecendo que quaisquer novas propostas por parte das regiões autónomas para implementar AMPs dentro das 200 milhas requerem consentimento prévio do governo central, devendo este ser consultado. Estabelece ainda que o governo central possui autoridade para não incluir ou excluir, total ou parcialmente, as AMPs designadas anteriormente ao decreto lei, do plano nacional de ordenamento.

O governo regional dos Açores tentou, sem sucesso, através de pedidos junto do Tribunal Constitucional, contornar estes decretos lei. Após a alteração do governo central em novembro de 2015 as conversações continuaram, perdendo o governo dos Açores o foco e mantendo a não cooperação para com o plano de ordenamento nacional. Ainda assim importa ressalvar que o estatuto político administrativo do governo dos Açores confere totais competências ambientais ao governo regional, após as 200 milhas da ZEE.

A Assembleia da República publica em 2015 nova lei, estabelecendo um quadro legal para a revelação e aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional. Esta lei carece patentemente de preocupações no que diz respeito à  proteção ambiental antes, durante e após o decorrer das atividades propostas. Para efeito de atribuição de licença, quer o governo regional quer o governo nacional têm obrigatoriamente de ser signatários. Após aprovação desta lei, o governo Regional reage aprovando a expansão do Parque Marinho dos Açores criado em 2011, passando a incluir as áreas para as quais a *Nautilus Minerals Inc.* tinha submetido um pedido de licença para exploração - os campos hidrotermais de Menez Gwen, Lucky Strike e Rainbow - mantendo a proibição de extração mineral nas áreas protegidas dentro do parque.

Em termos institucionais e internacionais, as principais AMPs dentro do Parque Marinho dos Açores são reconhecidas pela Comissão Europeia como Lugares de Interesse para Conservação e Importância Comunitária, fazendo parte da rede Natura 2000. Isto implica que a sua desclassificação envolve, naturalmente, a aprovação da Comissão Europeia. Outras AMPs dentro do Parque Marinho dos Açores são reconhecidas pelo OSPAR – um mecanismo internacional, que visa regular descargas de poluentes no ambiente marinho, subscrito por quinze nações, de entre as quais Portugal, e a UE – estando esta entidade sempre envolvida numa potencial desclassificação. Portugal submeteu proposta para nomear a AMP Rainbow como Lugar de Interesse para Conservação e Importância Comunitária. Carecendo ainda de aprovação pela Comissão Europeia, a área Rainbow pode vir a ser desclassificada como AMP.

Em 2016, numa nova tentativa de consagrar um dos decretos lei publicado pelo governo central como inconstitucional,

> Um ano antes de Portugal submeter a sua Proposta de Extensão da Plataforma Continental à CLPC (2009), a empresa Nautilus Minerals Inc. apresentou junto da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, um pedido de prospeção e pesquisa de minerais em seis pontos do Mar dos Açores.

o Governo regional dos Açores interpõe novo processo para revogar o decreto lei. Este pedido foi uma vez mais rejeitado pelo Tribunal Constitucional, decretando que o decreto lei em disputa se encontra conforme a Constituição, confirmando a dependência do governo regional para com o governo central Português.

Recentemente, em Julho de 2017, a União Europeia, o Brasil e a África do Sul, assinaram a Declaração de Belém, um acordo que reforça o compromisso em desenvolver a investigação e inovação no Oceano Atlântico. Esta declaração foi assinada no âmbito da conferência "A New Era of Blue Enlightenment" que promoveu os Açores como ponto geoestratégico para a convergência de parceiros e entidades que estudam o Atlântico, mas também como fonte de recursos minerais a explorar, apertando o cerco institucional que configura uma teia de interesses em torno do arquipélago.

Neste contexto, Fausto Brito e Abreu, atual Diretor Geral da Direcção Geral das Políticas do Mar, e Filipe Porteiro, Diretor Regional dos Assuntos do Mar nos Açores, afirmaram recentemente que aguardam pela publicação da regulamentação da International Seabed Authority (ISA), antes de avançar com os planos da mineração, mostrando interesse em elaborar formas de mineração experimental que "se seguirem esta regulamentação não serão nocivas para o ambiente." Este é um facto preocupante, dado que a ISA tem sido acusada de falta de transparência e consciência ecológica. Entre outras coisas, aprovou recentemente concessões à Polónia numa EBSA (Ecologically or Biologically Significant Marine Areas) certificada pela Convention of Biological Diversity, localizada no limite exterior da plataforma continental Portuguesa. Este é um facto muito preocupante segundo Mónica Verbeek, directora da Seas at Risk, uma coligação de 39 ONG baseada em Bruxelas que têm vindo a apoiar o recém lançado movimento Oceano Livre que batalha contra a mineração em mar profundo nos Açores. Segundo a mesma, "as EBSA são áreas extremamente importantes para o oceano, que têm o propósito de proteger o funcionamento saudável dos mesmos." Segundo a directora da Seas at Risk "é essencial iniciar o debate público sobre a mineração, envolvendo stakeholders de todas as áreas que serão abrangidas, esclarecendo quem beneficiará da mesma e quem sofrerá os seus impactos."

Também várias associações ambientais e outros actores açorianos têm demonstrado a sua preocupação relativamente à possibilidade da mineração em mar profundo avançar, tomando uma posição de alerta. A associação ecológica Os Amigos dos Açores – organização não governamental para o ambiente, de âmbito regional – está preocupada com a falta de oportunidades de participação cívica esclarecida em debates sobre a mineração, bem como o modo como a governança sobre o assunto está a ser liderada, apresentando as suas "maiores reservas" em relação a esta. Diogo Caetano, um dos membros à frente da associação está preocupado com a falta de transparência e como está a ser gerido todo o projecto, defendendo que é "fundamental dotar a sociedade açoriana do atual estado da arte do conhecimento do mar profundo, divulgando os estudos já desenvolvidos e a desenvolver, bem como dos montantes investidos e respetiva proveniência, e os projetos e planos regionais e nacionais a médio e longo prazo.

Também a ARTAC - Associação Regional

para a Promoção e Desenvolvimento do Turismo, Ambiente, Cultura e Saúde dos Açores, dirigida por Filipe Tavares e Sara Ponte, está preocupada com os "efeitos devastadores" da mineração nos ecossistemas marinhos. Destacam o contra-senso de que sendo os Açores uma região reconhecida pela sua sustentabilidade, no entanto "a sua realidade mostra que os seus recursos marinhos estão profundamente delapidados devido à pesca excessiva, à má gestão e falta de fiscalização. Falar em mineração é sinal que tudo falhou, até a própria Autonomia." Face ao que se está assistir, é difícil questionar estas palavras.

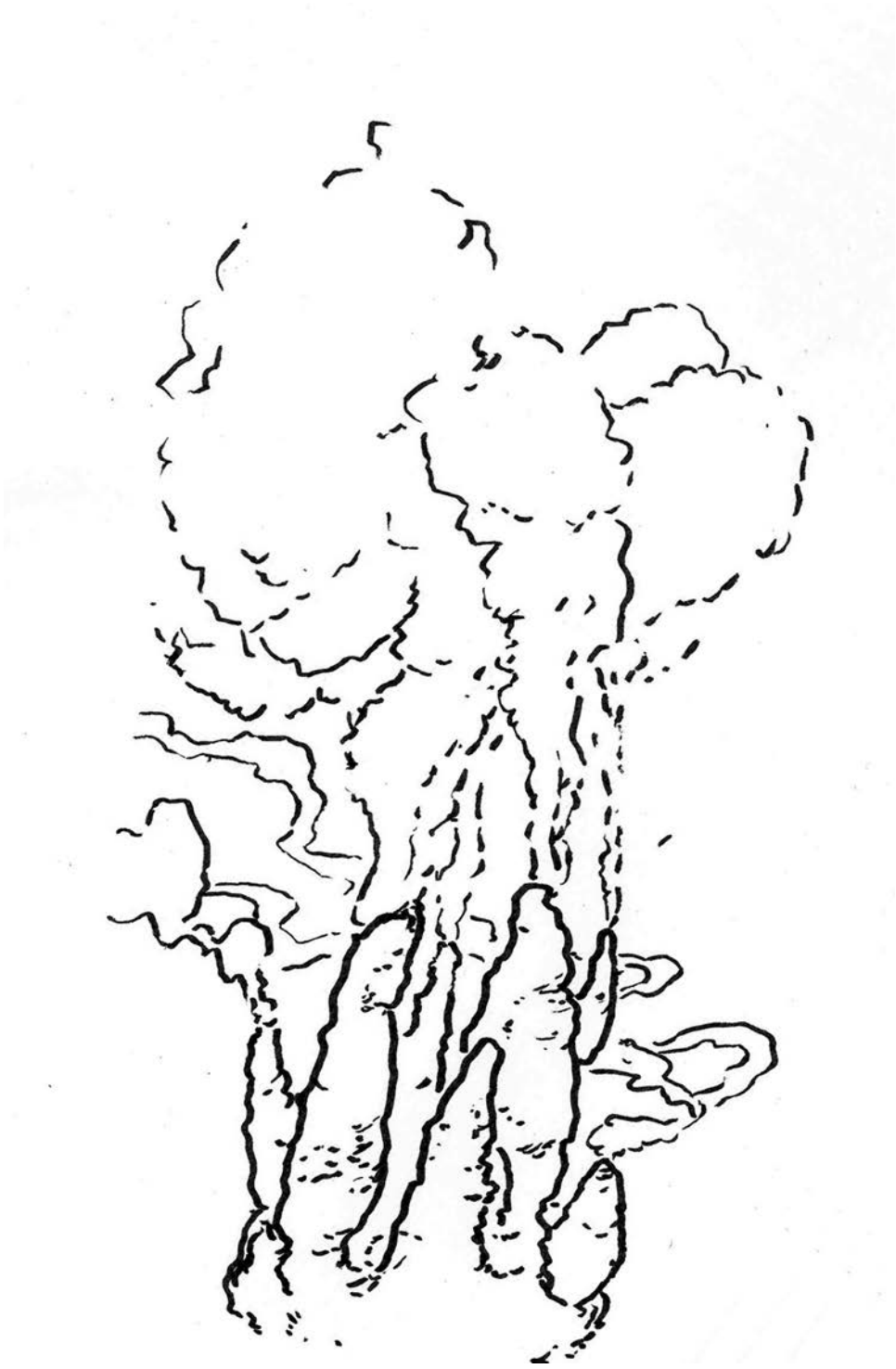
**Prioridades**

No final de Outubro passado, a Oceano Livre[6], uma coligação de organizações não governamentais, organizou uma conferência intitulada "Mineração em Mar Profundo – Uma escolha sustentável para Portugal?" na qual tomaram parte ambientalistas, responsáveis políticos, cientistas e juristas, entre outros. A conferência foi uma oportunidade até hoje única e como tal valiosa, de promover um diálogo informado e crítico sobre esta temática, convocando perspectivas de vários quadrantes. Ao mesmo tempo ofereceu um vislumbre esclarecedor sobre a posição do governo acerca da mesma. Fausto Brito e Abreu, subiu ao palco para assegurar aos presentes que "o Governo português não tem a mineração do mar profundo como prioridade"[7] antes de assegurar, na linha das declarações que já reproduzimos, que tal só acontecerá "quando for possível fazê-la com um mínimo de sustentabilidade ambiental", concluindo que a seu ver ainda será necessário esperar uma década e meia até "tirarmos o primeiro mineral do mar profundo português numa escala comercial". Ou seja menos "prioridade" e mais uma realidade inevitável a médio prazo aparentemente. Prosseguiu afirmando que "temos [portanto] muito tempo para debater". Resta saber o quê. Eventualmente, o tal "mínimo de sustentabilidade ambiental" a que aludia. Se estas declarações, pelo seu desprendimento, são preocupantes, as seguintes seriam francamente surrealistas se não fossem tão sérias. Nas suas palavras "a grande ameaça aos oceanos, e que como tal é considerada pela generalidade dos Governos, é o conjunto formado pela acidificação, plásticos, aquecimento climático e sobrepesca. Não a mineração do mar profundo." Apresentar uma falsa escolha entre as consequências da incúria e cupidez passadas (e presentes) e uma tecnologia ainda por aplicar mas inerentemente destrutiva, cujas consequências alargadas são completamente desconhecidas, é francamente notável e de uma leviandade assustadora.

Permite ainda assim contextualizar as acções do governo nacional ao longo dos últimos anos, que apontam para um alinhamento completo com a agenda europeia, que se parece caracterizar por um discurso aparentemente fátuo de protecção ambiental e sustentabilidade, a par de acções concretas de apoio a algumas das indústrias mais poluentes do planeta.

**O Futuro**

Durante uma visita recente de representantes locais da província de New Ireland (PNG) – onde se prevê que no inicio de 2019 comece a primeira exploração de mineração em mar profundo – ao estaleiro da Nautilus em Port Moresby, capital da PNG, o Vice-Presidente para as Operações da empresa, Adam Wright, afirmou taxativamente que "(...) não haverá impacto nos peixes, não haverá impactos no recife e nas comunidades."[Tradução dos autores][8] Esta afirmação de "zero impacto na vida marinha e comunidades costeiras", aparentemente justificada pela ausência de uso de explosivos e químicos, omitindo a maquinaria industrial que irá literalmente reduzir o fundo marinho a uma pasta, parece estar de tal forma desligada da realidade ao ponto de ser inqualificável. De certa forma, a distância entre Adam Wright, a PNG e Fausto Brito e Abreu e os Açores não é tão grande como possa parecer. Se o contexto sócio-económico e político de países como a PNG permite a pessoas como Wright dizer o que dizem e a empresas como a Nautilus a avançar, a verdade é que as acções do Governo nos últimos anos, algumas das quais aqui descritas, e declarações como as de Fausto Brito e Abreu ou as de Ana Vitorino perante o Atlantic Council, afirmando a mineração submarina como um de quatro pilares de uma renovada cooperação com os EUA[9], demonstram que a vontade do Governo nacional em avançar para a exploração do fundo marinho em torno dos Açores é por demais real, apenas cerceada por questões de contexto e timming.



Não custa imaginar que se a UE quisesse avançar "amanhã", Fausto Brito e Abreu estaria hoje a perguntar a que horas, tal o alinhamento para com a agenda europeia que querem seja a "nossa". Os oceanos, parte absolutamente fulcral do ecossistema global, que configuram o planeta tal qual o conhecemos não estão apenas sob crescente ameaça, estão sim em pleno processo de reconfiguração potenciado pela acção humana. Acidificação, aumento de temperatura, entre outros processos apontam para uma transformação e empobrecimento radicais dos oceanos, tal qual os conhecemos, com consequências gravosas para a vida no planeta.

É a isto que alguns querem acrescentar a mineração em mar profundo, pelos vistos por não ser uma ameaça, provavelmente da mesma forma que debulhar o fundo marinho na PNG terá "zero impacto" nos recifes e populações humanas e outras que deles dependam. Tudo isto aquém de uma real análise de alternativas e acima de tudo, em assumida ignorância das consequências. Como reiterado pela comunidade científica, o grau de desconhecimento acerca dos sistemas oceânicos e da sua real riqueza ecossistémica é enorme. A famosa analogia de que "conhecemos melhor a superfície de Marte do que a do Oceano" apenas conta parte da estória: o oceano é um sistema dinâmico, vasto e de enorme complexidade a todos os níveis, que apenas recentemente na nossa história começamos a conhecer[10]. Seria num contexto de profunda ignorância que avançaríamos para a mineração em mar profundo, quer acerca das perdas que isso acarretaria, quer acerca das transformações que poderia potenciar. Nesta fase embrionária, é conveniente e fácil a empresas como a Nautilus falar de impactos localizados ou até, aparentemente, de "zero impactos", ou a políticos falarem de "mínimos de sustentabilidade", mas imagine-se milhares de máquinas a operar espalhadas pelo fundo dos oceanos, a destruir ecossistemas únicos, com danos colaterais não calculados e a questão ganha outros contornos.

Por tudo isto a investigação é realmente fundamental mas é também crucial perceber que, como acontece no caso dos Açores, muita dessa investigação é impulsionada por propósitos políticos e interesses económicos cujo fim último tem pouco que ver com a protecção ambiental ou o bem comum, dados os métodos abrasivos incitados pelas tecnologias mineiras e a pressão destes consórcios – veja-se o caso do *Blue Mining*.

O desconhecimento, a aparente distância – das consequências dos nossos actos, de ecossistemas, dos reais beneficiados de certas acções – por vezes facilita o que de outra forma seria dificilmente justificável. É essencial ultrapassar essa falsa distância – conferências como a organizada pela Oceano Livre são parte desse processo – e combater a ignorância e indiferença.

No final de Outubro passado, a Oceano Livre, uma coligação de organizações não governamentais, organizou uma conferência intitulada "Mineração em Mar Profundo – Uma escolha sustentável para Portugal?" na qual tomaram parte ambientalistas, responsáveis políticos, cientistas e juristas, entre outros.

Por vezes é difícil perceber o que fazer face a certos acontecimentos, dada a escala e complexidade que adquirem. Aqui não: o futuro do mar em torno dos Açores e em certa medida do planeta, está nas nossas mãos. Cabe-nos tomar parte e moldar o debate, exigir informação e esclarecimento, critério e consequência, impondo a responsáveis políticos e institucionais a defesa do seu primeiro dever: o bem comum. Através de organizações ambientalistas, cívicas e outras, individualmente ou organizados, impõe-se que participemos nas decisões que configuram as nossas vidas e mundo. A demissão de responsabilidade já não é uma opção. Neste caso concreto isso significa incontornavelmente dizer, de forma clara e inequívoca, que o "mínimo", de protecção, de sustentabilidade, de preocupação com o nosso futuro comum, não é suficiente, que o business as usual não é aceitável e que longe de inevitável a mineração em mar profundo nos Açores é, face ao que sabemos, altamente questionável e dada a ignorância assumida, muito provavelmente francamente indesejável. Temos a palavra, agora passemos à acção.

**NOTAS**

(1) https://goo.gl/2Es7TJ
(2) https://goo.gl/rCbA9e
(3) https://goo.gl/DPCnyr
(4) http://dsm.gsd.spc.int // https://goo.gl/UX8Gv1
(5) https://goo.gl/GMoZDr
(6) Movimento Oceano Livre : https://goo.gl/XAAb8g
(7) https://goo.gl/GMoZDr
(8) https://goo.gl/43DBrN
(9) https://goo.gl/c8tm2L
(10) https://goo.gl/wNXtS8

# Comunix

## Escola comunitária prepara futuro dos baldios

**SARA MOREIRA**
SARITAMOREIRA@GMAIL.COM

Num ano trágico que pôs o país a olhar para um interior desertificado e a reclamar soluções para o mundo rural e florestal, a governação de terras comunitárias foi o tema de fundo de uma Escola de Verão que juntou dezoito jovens da Galiza, Portugal e Itália no passado mês de Agosto, em torno da realidade dos baldios e dos montes vicinais.

A Escola Comunix terminou com uma apresentação pública no dia 2 de Setembro, no Clube Recreativo de Vilarinho, Lousã, onde os jovens compartes, os promotores do projecto e os gestores das áreas comunitárias associadas partilharam as suas impressões sobre o caminho percorrido.

Ao longo de quinze dias, repartidos entre Pontevedra e Vilarinho da Lousã, os jovens visitaram diversas comunidades locais, onde puderam conhecer de perto diferentes abordagens de gestão e aproveitamento de recursos comuns, confrontando-se com os desafios que as áreas comunitárias enfrentam.

Fizeram-no, por exemplo, num dia de pastoreio em Pontevedra, onde puderam viver a realidade dos pastores de cabras no monte, enquanto aprendiam sobre o dia-a-dia daquela cooperativa galega. Em visita aos Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho, viram-se em mãos com alguns dos problemas reais com os quais aquela comunidade de compartes se debateu nos últimos anos, ficando a seu cargo a proposta de soluções possíveis. Através de rodas de conversa, os jovens exercitaram a busca de consensos e a tomada de decisões horizontal sobre formas de melhorar a situação daquelas terras colectivas.

### QUANDO AS GENTES CUIDAM DO MONTE, O MONTE TAMBÉM CUIDA DAS SUAS GENTES

Na abertura da sessão A Escola Comunitária vista pelos participantes no seminário final Comunix, salientou-se como «o abandono das terras é o panorama geral que ninguém consegue esquecer. Pior é sabermos que o desígnio deste problema é vinculado ao longo de todo o território pelos mais diversos proprietários do solo que não sabem reverter este processo. Este problema começa a atingir no mínimo o intolerável a partir do momento em que temos aldeias-fantasma ou territórios simplesmente entregues ao tempo.»

De dedo apontado à privatização dos montes pelas grandes empresas que exploram os recursos e levam todos os lucros para fora, deixando as comunidades sem terras nem oportunidade para desenvolver novos projectos, os jovens ressaltaram a necessidade de leis que protejam as propriedades comunitárias e fomentem a criação de projectos cooperativos.

Preocupados com a preservação ambiental dos montes, mas também com o desemprego, o empobrecimento e o abandono das zonas rurais, defenderam o potencial de criação de valor económico e social dos baldios através da adopção de modelos diversos e diversos aproveitamentos, permitindo que mais comunidades vicinais possam viver destes montes. Um dos jovens participantes na escola de verão alertava como «o meu vínculo com a terra permite-me dizer hoje, perante esta plateia, que se um local não tem as condições ideais para uma família lá viver ou uma empresa lá laborar, alguém falhou, e isso é muito grave. Para finalizar, o gosto que alguém tem por um local por si só não chega para o recuperar, mas é condição necessária para o fazer.»

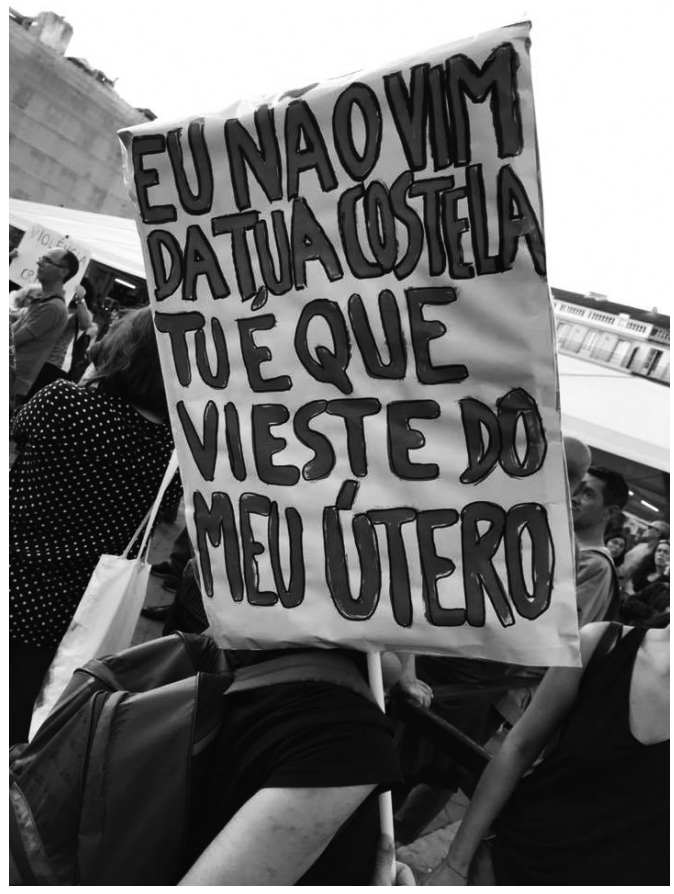
Nas lições que levam da escola, os jovens lembraram ainda a importância da divulgação da realidade dos baldios (não há interesse pelo que não se conhece), e o papel fundamental da educação para que as várias gerações estejam conscientes e capacitadas para a gestão e participação democrática nos destinos das terras comunitárias ideia que resumiram nas palavras da Rita Serra, coordenadora da Escola Comunix e investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a maior fraqueza dos montes é a ignorância das pessoas, que não sabem que são parte deles.

> (...) deixando as comunidades sem terras nem oportunidade para desenvolver novos projectos, os jovens ressaltaram a necessidade de leis que protejam as propriedades comunitárias e fomentem a criação de projectos cooperativos.

O seminário final Comunix contou ainda com intervenções dos parceiros do projecto na Galiza (Cooperativa Cultural Trespés), Itália (Partecipanza Agraria de Nonantola) e Portugal (Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho, Lousã), com interlúdios musicais de ANALOG ART MAN, e com a apreciação institucional do projecto pela Agência Nacional do Erasmus + Juventude em Acção (entidade financiadora), Câmara Municipal da Lousã e Junta de Freguesia da Lousã Vilarinho. O fecho coube à euro-deputada Marisa Matias, responsável pelo intergrupo dos bens-comuns no Parlamento Europeu.

**NOTA:** podem ouvir na íntegra as reportagens em formato podcast na Rádio Manobras e Jornal MAPA. Mais informação em https://goo.gl/hDtgRH | https://goo.gl/jWYKTX

# Mexeu com uma, mexeu com todas




**TEÓFILO FAGUNDES**
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Uma decisão do magistrado Neto de Moura, que desculpou uma agressão bárbara a uma mulher com considerações morais e religiosas sobre o adultério, provocou uma reacção que levou milhares de pessoas para a rua em pelo menos quatro cidades: Porto, Coimbra, Lisboa e Évora. Uma reacção que só tem um aspecto normal graças ao trabalho quase silencioso que o movimento feminista tem vindo a fazer nos últimos anos. Na realidade, este mesmo juiz já antes tinha tomado uma posição semelhante sem que, nessa altura, tivesse havido resposta visível. Não foi, então, o juiz que mudou. Foram os tempos.

O pensamento feminista tem-se aprofundado, descobrindo novos recantos da discriminação e desbravando cada vez mais caminhos para a superar. Nesta busca de profundidade, discursos que antes soavam radicais são hoje uma base que já nem se discute. Por outro lado, é verdade que este protesto em particular, do passado dia 27 de Outubro, esteve longe de ter um foco estrutural. A demissão do juiz era a reivindicação mais presente. Uma quase invisibilidade da crítica radical do capitalismo enquanto sistema necessariamente patriarcal será o preço a pagar por se conseguir tocar gente que habitualmente não se mobiliza nem tem por hábito frequentar espaços e ambientes que têm as questões de género como preocupação mais ou menos presente.

Não nos enganemos. Os tempos mudaram, a luta pela igualdade efectiva está mais próxima da superfície, a ideia do *mexeu com uma, mexeu com todas* já não se limita a nichos, mas o país continua predominantemente machista, em negação e autista em relação a muitos dos problemas que persistem. De acordo com dados da Associação Portuguesa de Apoio a Vítima (APAV), mais de 450 mulheres foram assassinadas pelos seus companheiros ou ex-companheiros nos últimos 12 anos e, em 2016, pelo menos 5200 mulheres foram agredidas, uma média de cerca de 14 por dia. Uma equipa que comparou 500 decisões judiciais relacionadas com crimes de violência doméstica reparou que apenas em 20% dos processos houve sentença e que das 70 condenações só sete corresponderam a prisão efectiva. E coisas como o piropo não são pensadas enquanto manifestações de poder e superioridade, mesmo em circuitos mais atentos ao tema.

De qualquer forma, a rapidez e o volume da reacção só foram possíveis pela rede de contactos permitida por vários anos de trabalho subterrâneo. Uma rede que se alarga nestes momentos de rua. E que se consolida e abre noutras alturas de aparição pública, como acontece no impressionante Festival Feminista do Porto, cuja terceira edição está já em fase de preparação. Também em Lisboa está em andamento o processo para um primeiro Festival Feminista.

# DESENTERRANDO A HISTÓRIA DO BAIRRO DAS PEDREIRAS: PERSEGUIÇÕES HISTÓRICAS, APARTHEIDS CONTEMPORÂNEOS

**ANA RITA ALVES**
**PIMÉNIO FERREIRA**

Estima-se que existam actualmente na Europa entre dez a doze milhões de pessoas ciganas, das quais cerca de 80% vive em risco de pobreza, e muitas sem acesso a uma habitação condigna e a bens essenciais como água, luz e saneamento básico[1]. A marginalização daquela que é hoje a maior minoria étnica europeia é muitas vezes justificada no discurso público pela ideia de que, devido a diferenças culturais incomensuráveis, se criou uma desconfiança mútua – entre comunidades ciganas e não-ciganas – que impossibilitou um diálogo, até aos dias de hoje, e que relegou os ciganos aos espaços mais marginalizados e empobrecidos das sociedades contemporâneas. A ideia de uma responsabilização das comunidades ciganas pela sua atual situação de carência, e a respetiva desresponsabilização dos não-ciganos, acontece num contexto de apagamento e silenciamento de uma história de perseguição, arquitetada pelos diversos regimes de poder (da monarquia à república, da ditadura à democracia), aos povos ciganos, iniciada entre os séculos XIII e XIV e vigente até aos dias de hoje. Como tal, falar de comunidades ciganas no espaço europeu, e particularmente em Portugal, exige que se contem histórias de perseguição e racismo institucional, bem como de resistência e sobrevivência, num contexto no qual resistir à racialização significa, em grande medida, resistir ao desaparecimento[2].

### Breve história da perseguição organizada na Europa a partir do século XIII

Marcadas por um passado migratório complexo, as comunidades ciganas foram desde cedo sujeitas a um dos mais longos processos de escravização da história da Europa, designadamente na Moldávia e na Valáquia (Roménia), do século XIII ao século XIX, a par com a escravatura transatlântica. Este caso é paradigmático das posições tradicionalmente hipócritas da Europa, e que se mantêm até aos dias de hoje: enquanto que discursivamente se mostra preocupada com os atentados aos direitos humanos perpetrados noutras regiões do globo – com eles justificando a invasão de territórios, como aconteceu no caso do Afeganistão – ignora de forma sistemática a violação dos direitos humanos no seu seio, tal como acontece com os casos de expulsão, repatriamento ou condenações arbitrárias que têm acontecido um pouco por todo o território europeu. Tal relaciona-se com o facto de a Europa, enquanto espaço geopolítico e identitário, ter resolvido encetar a partir do século XV, sem direito a oposição, um projeto de racialização e desumanização das pessoas que decidiu identificar exogenamente, neste caso, como "ciganas", "tsiganes", "gitanas", "antagoi" ou "egipcianas", mesmo que estas se autoidentifiquem enquanto "Roma", "Sinti", "Cale", "Kalderash", entre outras. É também neste período que começam a surgir um conjunto de leis, decretos e regulamentos que alteram drasticamente a perceção pública e o tratamento das pessoas ciganas. Se inicialmente foram recebidos como peregrinos, em pouco tempo se lhes pagaria para que abandonassem as cidades sem entrar nelas, e pouco depois seriam considerados espiões turcos, traidores dos países cristãos, ou "foras da lei" (processo iniciado na Alemanha, no século XV). É de sublinhar que tudo isto aconteceu em nome de um processo político de homogeneização dos espaços nacionais, podendo afirmar-se que desde a chegada dos ciganos ao espaço europeu, no decorrer da Idade Média, *os Estados, então em lenta constituição, querem que todos os ciganos se alicercem na fixidez dos costumes e do direito*[3], então hegemónicos.

### Breve história da perseguição organizada na Península Ibérica a partir do século XV

Importa referir que a chegada de grupos de ciganos, designadamente à Península Ibérica, coincide precisamente com o início dos projetos coloniais português e

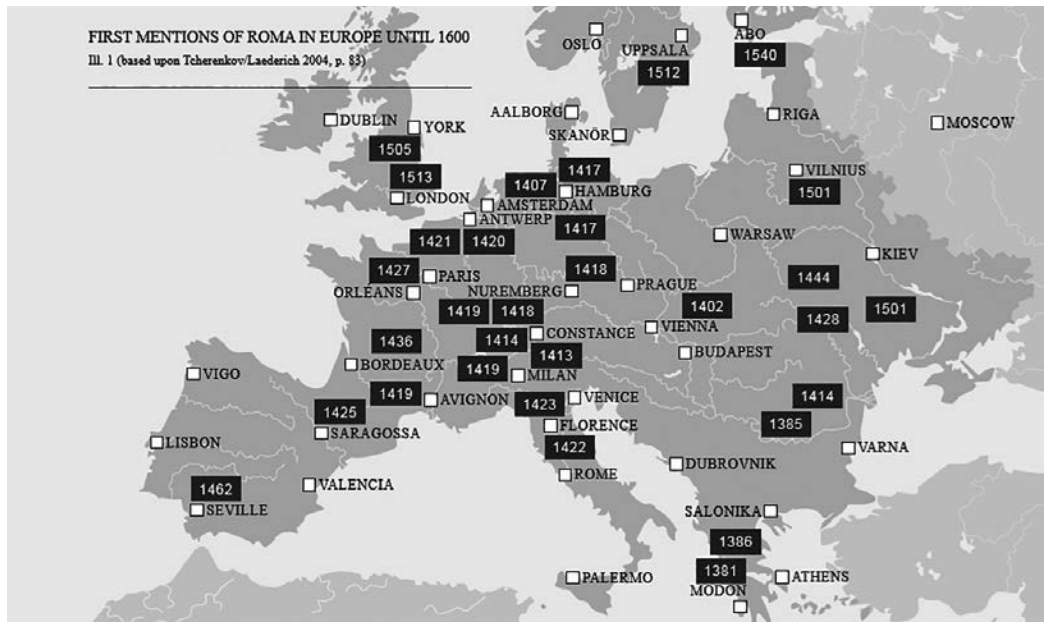
> (...) muitas das políticas ditas de inclusão das comunidades ciganas, em particular as políticas de realojamento, orientadas por uma ideologia segregacionista, conduziram à guetização das comunidades ciganas.

De la fii şi moştenitorii
de răposatului
SERDAR NICOLAE NICA
de Bucureşti
sunt

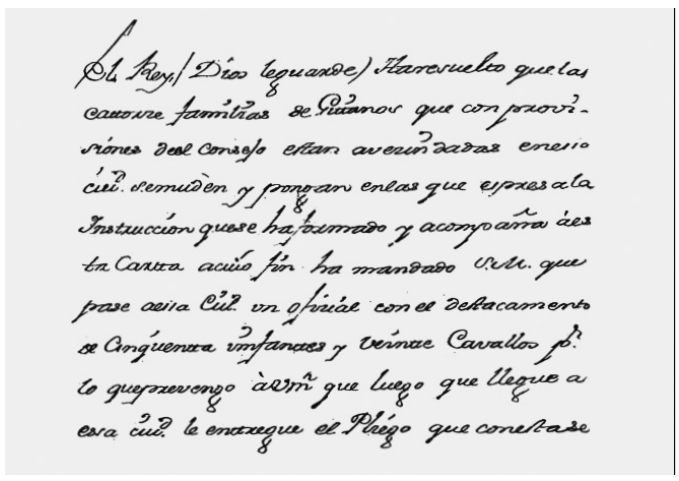
**200**

de familie de ţigani
de vînzare.

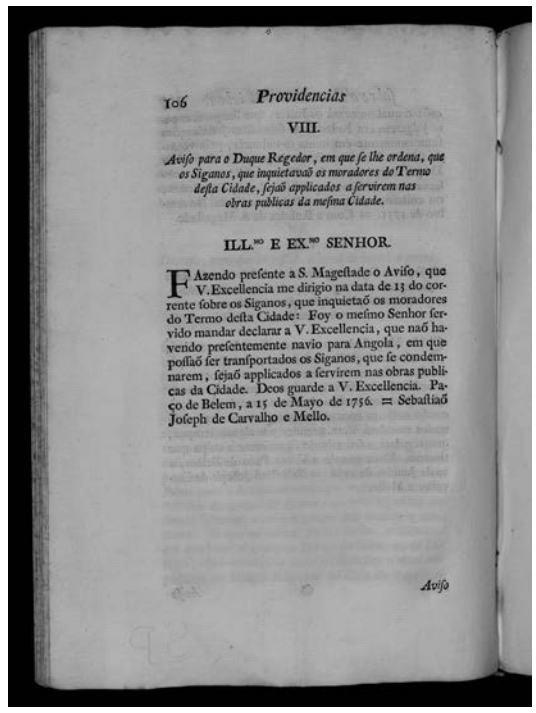
Bărbaţii sunt sclavi excelenţi de curte, adică ţigani de moşie aurari, cismari, muzicanţi, şi muncitori agricultori. Vînzarea nu osa conţina de mai puţin de cinci sclavi pă rînd. Preţul pe persoană atunci osa fie doua ducate. Osa fie preparaţi ca deobicei şi bazat pe primirea banilor, cumpărătorul. Va fi asigurat de un serviciu adecvat.




**Mapa com as datas em que pela primeira vez se encontram referências ao povo Roma nos diversos países do continente europeu.**



El Rey (Dios leguarde) Haresuelto que las Cauonas Jamtras de Quanos que con provisiones Del Consejo estan averiguadas en esta Cuid. se remuden y pongan en las que expresa la Instruccion que se ha formado y acompaña aes ta Carta. acuio fin ha mandado Vstt. que pase esta Cuid. un oficial con el destacamento de Cinquenta infantes y Veinte Caballos pr. lo que prevengo à vm. que luego que llegue a esa Cuid. le entregue el Pliego que conesta se



106 *Providencias*

VIII.

*Aviſo para o Duque Regedor, em que ſe lhe ordena, que os Siganos, que inquietavaõ os moradores do Termo deſta Cidade, ſejaõ applicados a ſervirem nas obras publicas da meſma Cidade.*

ILL.mo E EX.mo SENHOR.

FAzendo preſente a S. Mageſtade o Aviſo, que V. Excellencia me dirigio na data de 13 do corrente ſobre os Siganos, que inquietaõ os moradores do Termo deſta Cidade: Foy o meſmo Senhor ſervido mandar declarar a V. Excellencia, que naõ havendo preſentemente navio para Angola, em que poſſaõ ſer tranſportados os Siganos, que ſe condemnarem, ſejaõ applicados a ſervirem nas obras publicas da Cidade. Deos guarde a V. Excellencia. Paço de Belem, a 15 de Mayo de 1756. = Sebaſtiaõ Joſeph de Carvalho e Mello.

*Aviſo*

**(...)após o terramoto de Lisboa de 1755, o Marquês de Pombal ordena, em 1756, que os ciganos sejam condenados a trabalhos forçados nas obras públicas de reconstrução de Lisboa**

espanhol, que se iniciaram com a invasão de Ceuta, em 1415. É neste mesmo período que se unificam os Reinos de Castela e Aragão, que chegam ao trono os Reis Católicos, em 1469, e que se expulsam as comunidades islâmicas da Península Ibérica, em 1492 - que resistiam, à altura, no sul de Espanha. Neste sentido, o século XV afigura-se como um tempo fundamental na criação das identidades nacionais, através da imposição de *um único e absoluto poder político, uma única religião, uma única língua, uma única cultura e, por conseguinte, de uma única maneira de ser* - processo ao qual os grupos de homens e mulheres ciganas insistiam em resistir[4].

Já no século XVI, no ano de 1510, aparecem as primeiras referências a grupos de ciganos e ciganas em Portugal, sendo em 1521, pelas mãos de Gil Vicente, que os ciganos são usados em Portugal como veículo de sátira às cortes europeias, através da apresentação, em Évora, da obra *A farsa das Ciganas*, que antecede a Primeira Lei Régia que proibiu a entrada de ciganos no reino de Portugal e a expulsão dos que, entretanto, neste residissem, em 1526. De notar que também na vizinha Espanha, já em 1499, havia sido publicada uma Lei que ordenava a expulsão dos ciganos que *andam vagando pelos nossos reinos e senhorios (…) sob pena de que se (...) forem achados sem ofícios [conhecidos] ou sem senhores juntos, passados os ditos dias [60 dias], que dêem a cada um 100 açoites pela primeira vez, e os desterrem perpetuamente destes reinos; e pela segunda vez, que lhes cortem as orelhas, e fiquem 60 dias nas cadeias, e os voltem a desterrar, (...); e pela terceira vez, que sejam cativos dos que os tomassem para toda a vida*[5].

Posteriormente, em Portugal, no ano de 1573, D. Sebastião renovou a ordem de expulsão dos ciganos e caducou as licenças de permanência com o agravo de condenar as mulheres ao açoitamento e os homens às galés e, em 1579 – ano de desaparecimento de D. Sebastião, que levará à inauguração da dinastia Filipina, em 1580, em que Portugal e Espanha passam a ter um só Rei –, é editado novo Alvará proclamando que todos os nómadas devem sair do reino num prazo de trinta dias, sob pena de serem *açoitados publicamente e degradados para sempre para as galés*[6].

Entre os séculos XVI e XVIII, uma série de leis e regulamentos envolveram a separação de homens e mulheres ciganas, a sua expulsão, o envio para o degredo, condenações às galés, bem como a retirada das crianças de idade inferior a nove anos, para serem cristianizadas na Casa Pia de Lisboa. Além do mais, em Espanha, começa a ser definido um número preciso de cidades onde seria permitida a permanência de pessoas ciganas, que culminaria num processo genocida conhecido como *Gran Redada*, que consistiu no cerco dessas mesmas "cidades ciganas" por parte do exército espanhol, com o fim de exterminar a "raça cigana", numa quarta-feira, 30 de Junho de 1749. Esta operação, que acabou não sendo lograda como prevista, levou ao aprisionamento de cerca de 9.000 a 12.000 pessoas, entre elas homens, mulheres e crianças ciganas condenadas ao aprisionamento e à realização de trabalhos forçados. Portugal, tal como a Grã-Bretanha, por sua vez, encontraram outra forma de lidar com os ciganos, ao degredá-los para as colónias. Em 1538, Portugal já havia enviado ciganos para África e para o Brasil entre os primeiros colonos. Não obstante tamanha repressão, após o terramoto de Lisboa de 1755, o Marquês de Pombal ordena, em 1756, que os ciganos sejam condenados a trabalhos forçados nas obras públicas de reconstrução de Lisboa *não havendo presentemente navio para Angola, em que [pudessem] ser transportados os ciganos*[7]. Sim, a Lisboa que historicamente tem vindo a ser negada aos ciganos, foi reconstruída também com a sua mão-de-obra.

Alguns anos passados, nos séculos XIX e XX – mesmo depois de reconhecida a cidadania aos portugueses ciganos, em 1822, foram uma vez mais publicadas leis específicas que tinham como objectivo controlar parte dos cidadãos portugueses, com especial atenção aos ciganos, mais tarde denominados "nómadas" (Regulamento da GNR de 1920 e de 1985). A esta vigilância racializada eram acrescentadas ordens no sentido de que a permanência de cidadãos ciganos num mesmo lugar não excedesse as 48 horas. Esta perseguição, que desde cedo impediu a fixação das famílias ciganas em território português, resultou num nomadismo continuamente imposto e forçado. É importante fazer notar que em

A Europa, enquanto espaço geopolítico e identitário, resolveu encetar a partir do século XV (...) um projecto de racialização e desumanização das pessoas que decidiu constituir exogenamente como ciganas, tsiganes, gitanas, antagoi, egipcianas, mesmo que estas se autoidentifiquem enquanto Roma, Sinti, Cale ou Kalderash.

**Muro construído pela Câmara Municipal de Beja para separar o Bairro das Pedreiras, e destruído pelos próprios habitantes.**

meados do século XX, altura em que tecnologicamente a eficiência de matar atinge níveis nunca antes vistos, acontece o *Samudaripen/Projamos*, com o extermínio de cerca de 500 mil (número oficial) pessoas ciganas durante o regime nazi às mãos dos Alemães e seus cúmplices

**Breve história da perseguição organizada em Portugal a partir do século XX**

No final do século XX e em pleno século XXI, como se toda esta violência organizada não fosse ainda o bastante, observam-se várias decisões políticas da parte de autarquias locais que, reproduzindo o histórico de perseguição anticigana, tentaram expulsar dos seus territórios estas populações. São disso exemplos paradigmáticos os casos de Ponte de Lima, em 1993, e Faro, em 2003. A estas decisões de cariz estatal juntam-se ainda as atitudes ciganófobas de diversas populações locais, que reiteradamente se organizaram reivindicando a expulsão de pessoas ciganas das localidades, como aconteceu em Oleiros na década de 90, em Vila Verde em 1996, e em Francelos em 1999. Mais recentemente, em Ferreiras (Algarve), no decorrer de um processo de realojamento, os protestos da população conduziram à realocação de uma comunidade cigana de Albufeira no terreno de uma antiga lixeira, no meio de uma pedreira em funcionamento, processo unilateralmente decidido pela Santa Casa, a Assembleia e a Câmara Municipal de Faro, com o apoio de todos os parceiros institucionais ligados à acção social (CLAS). Tal denota a forma como as representações históricas racializadas sobre as comunidades ciganas e veiculadas por instituições como a escola ou os media se arraigaram no seio da comunidade portuguesa não-cigana. Deste modo, alvos de violência e objeto de leis de exceção (um pouco por toda a Europa) que pretendem promover a sua exterminação física e cultural[8], as pessoas ciganas foram, desde cedo, constituídas politicamente como o "outro da Europa"[9], o que, em conjunto com a constituição do "outro colonizado", devolveu à Europa a imagem de si mesma enquanto espaço geopolítico e identitário. Esta perseguição sistematizada resultou no empobrecimento sistemático das pessoas ciganas, que, para além de não poderem permanecer no reino/país, circular livremente ou morar juntos, não tinham autorização de ter bens – várias foram as leis que proibiram aos ciganos diversas profissões, inclusive tratar com bestas[10], e que decretaram que se confiscassem as suas propriedades sem qualquer indemnização. Deste modo, também muitas das políticas ditas de inclusão das comunidades ciganas, em particular as políticas de habitação e realojamento, orientadas por uma ideologia historicamente segregacionista, acabaram por conduzir à *guetização* das comunidades ciganas. Assim, em pleno século XXI, a quase totalidade das famílias ciganas em Portugal não tem acesso a escolher os espaços onde habita, enquanto que um terço se mantém forçosamente nómada e cerca de metade depende das políticas de habitação social para ter acesso mínimo a um direito constitucional que devia ser universal – a habitação, recorrendo paradoxalmente à instituição que tem, em grande medida, perpetuado a sua exclusão: o Estado. É de notar que, embora esta precariedade habitacional se manifeste um pouco por todo o território, as comunidades ciganas que habitam o Alentejo têm sido particularmente fustigadas por estes processos de violência, onde muitas são as famílias que habitam em tendas e barracas de lona e madeira, sem acesso a água, luz e saneamento.

**Breve história do Bairro das Pedreiras a partir do século XXI**

O Bairro das Pedreiras, na capital do Baixo Alentejo, sintetiza, de forma paradigmática, a violência histórica que se tem vindo a perpetuar sobre as comunidades portuguesas ciganas, no decorrer dos últimos cinco séculos. Sujeitos racializados da modernidade europeia por excelência, a emancipação parece ser, tal como acontece com as comunidades afrodescendentes, ainda uma *questão inacabada*[11]. E a existência de espaços como o Bairro das Pedreiras sublinha isso mesmo, já que conta a forma como processos de racialização, meticulosamente esculpidos ao longo do tempo, reverberaram no racismo institucional contemporâneo, responsável, em grande medida, por segregar e relegar à exclusão socioeconómica um conjunto de pessoas, um pouco por todo o território português.

Em tempos encerrado por um muro de três metros de altura – construído pela Câmara Municipal de Beja sob pretexto de proteger as crianças da estrada que desenhava uma das fronteiras do lugar –, o Bairro das Pedreiras viria mesmo a ser apelidado como o "Cemitério dos Vivos". Tal aconteceu uma vez que, a adornar o muro, se plantaram ainda elevados ciprestes e ali se descarregaram (e descarregam ainda), de tempos a tempos, terras provenientes de um qualquer cemitério. O muro, símbolo material de um apartheid racial imposto diretamente pela autarquia a um segmento da comunidade cigana de Beja, viria a conduzir à condenação do Estado Português, em Junho de 2011, por violação da Carta Social Europeia, nomeadamente nos seus Artigos E (direito à não-discriminação), Artigo 31 (direito a uma habitação adequada), Artigo 16 (direito à família e a uma proteção social, jurídica e económica), e Artigo 30 (direito à proteção contra a pobreza e exclusão social)[12]. Deste modo, a queixa apresentada formalmente pela European

## BREVE HISTÓRICO DE CASOS DE DISCRIMINAÇÃO NO ACESSO À HABITAÇÃO NA REGIÃO DE BEJA

**Pias**
2004
Um grupo de moradores do Bairro das Pias, em Elvas, impede uma equipa de funcionários do Município local de demolir um conjunto de habitações consideradas ilegais pelo Município, apesar da presença de mais de 20 elementos da PSP.

**Serpa**
2005
Abaixo assinado de Moradores de São Bento pede a saída de uma família cigana que ali habita sem quaisquer condições.

**Sobral da Adiça**
2005
Há mais de 50 anos, uma comunidade com cerca de 60 a 80 pessoas habita em barracas, sem água, luz, eletricidade e saneamento.

**Beja**
2006/2015
Construção de um muro de 3 metros que segrega o Bairro das Pedreiras, pelo qual o Estado Português foi condenado pelo Comité Europeu dos Direitos Sociais, em 2011. Perante esta condenação o Estado Português manteve o muro, posteriormente destruído pelos próprios habitantes em 2015.

**Aljustrel**
2006
Dois agregados compostos por onze famílias são sistematicamente obrigados a mudar de local, embora habitem no concelho há mais de 30 anos. Vivem sem acesso a bens essenciais.

**Alentejo**
2009
Famílias "forçadas" a circular como nómadas pelo Alentejo.

**Vidigueira**
2011
Câmara Municipal corta água em acampamento de famílias ciganas.

**Vidigueira**
2014
Expulsão e demolição de Parque de Estágio, criado pela Câmara de Moura, onde vivem cerca de 15 famílias, sem notificação e aproveitando a ausência das mesmas.

**Estremoz**
2015
Câmara Municipal corta a luz a bairro inteiro.

**Vidigueira**
2015
Famílias realojadas em barracão, sem luz, água ou casa de banho.

**Santo Aleixo da Restauração**
2016/2017
Ameaças de morte; igreja, casas e carros incendiados; animais mortos; atuação intimidatória e cúmplice da GNR com atos ciganófobos.

**Cabeça Gorda**
2017
Autarca impede velório e enterro de uma pessoa cigana.

**Desde o Bairro das Pedreiras não se avista cidade e onde não se saúdam vizinhos, já que à sua volta se estacionam os carros da coleta do lixo no Armazém de Materiais da Câmara, se produzem as rações da fábrica que polui ao perto, ou angustiam os cães que habitam o Canil Municipal**

ROMA Rights Centre (ERRC) espelha de forma axiomática como os Estados se afiguraram, tantas vezes, como os maiores indutores de precariedade na vida das pessoas[13]. Mais, o caráter não-vinculativo da decisão mostra como a legislação internacional de direitos humanos se afigura, muitas vezes, como um fenómeno mais discursivo do que como uma prática de justiça. Neste sentido, a condenação a nada obrigou o Estado e o "muro da vergonha" ali continuou até 2015, altura em que foram os próprios habitantes a derrubá-lo parcialmente.

Contudo, embora o signo mais evidente da segregação tenha sido erradicado, o isolamento do lugar e dos corpos que o habitam continua num sítio onde a pobreza se agiganta para uma comunidade de quinhentas pessoas – todas elas ciganas. O Bairro das Pedreiras é um lugar onde quem não tem carro demora três quilómetros a pé para chegar ao centro de saúde ou ao supermercado, atravessando, sem qualquer passadeira, a derradeira fronteira para a cidade: a estrada nacional, tão mais perigosa que aquela situada ao lado do muro. É um lugar onde não se avista cidade e onde não se saúdam vizinhos, já que à sua volta se estacionam os carros da coleta do lixo no Armazém de Materiais da Câmara, se produzem as rações da fábrica que polui ao perto, ou angustiam os cães que habitam o Canil Municipal. Tudo isto redesenha metaforicamente as linhas com que se cose a desumanização desta comunidade, perante uma indiferença generalizada do resto da sociedade. Acrescente-se ainda que a passagem de um esgoto a céu aberto pelo centro do bairro, tantas vezes entupido, tem contribuído para a proliferação de ratazanas e baratas que acordam, a horas tardias, o sono das famílias.

Ao racismo ambiental soma-se ainda uma precariedade habitacional obtusa, já que no Bairro das Pedreiras ora se habitam modestas casas de alvenaria em sobrelotação, ora se habitam barracas, tendas e velhas roulottes sem acesso a água, luz ou saneamento. O início desta história remonta a 2005, quando a Câmara Municipal de Beja construiu – sem qualquer tipo de plano urbano, em terrenos da Santa

xxxx

Casa da Misericórdia – um conjunto de cinquenta habitações exíguas onde foram realojadas, em 2006, um conjunto de famílias que habitavam então nos arredores de uma lixeira, no Carmo Velho (hoje, Bairro da Esperança). Nesse processo de realojamento, pareceu não importar que nas casas não coubessem todos, o que naturalmente propiciou a construção adjacente de pequenas tendas que serviram para albergar os restantes membros dos agregados. À medida que se casavam filhos e filhas, outras tendas surgiram, já que, à imagem dos seus pais, também muitos deles não possuíam condições económicas para poderem sair do bairro. Alguns que possam ter tentado terão enfrentado ademais a recusa dos senhorios em arrendar casa a pessoas ciganas. Neste sentido, não deixa de ser fundamental perceber de que forma uma comunidade que se imagina historicamente como nómada tem, paradoxalmente, uma exígua margem de escolha face aos lugares que habita, já que a perseguição histórica tem vindo a limitar as suas opções de habitação, seja pela acção do Estado (expulsão ou segregação), pela condição económica das populações, ou pelo racismo quotidiano.

Assim, à medida que o tempo foi passando, as pessoas ali continuaram a viver. No entanto, em 2015, foi ordenado pela Câmara Municipal a todos os que haviam construído as suas barracas de tenda e lona, que dali levantassem acampamento e se mudassem para uma pequena colina, uns metros mais afastada das casas de realojamento, mas sempre no mesmo terreno. Assim fizeram e uma vez mais, pelas suas próprias mãos, reconstruíram as suas casas, tal como muitos outros fizeram antes de si, repetindo *ad aeternum* uma luta pela sobrevivência e pela dignidade. Contudo, no passado Agosto de 2017 – em plena campanha para as eleições autárquicas – a Câmara Municipal de Beja viria a emitir uma ordem de despejo, decretando que as famílias que habitavam nas tendas e roulottes deveriam abandonar o terreno. E, uma vez mais, os moradores e moradoras reagiram, iniciando um processo de contestação à acção com a ajuda de um advogado e de activistas ciganos e ciganas. Este processo conduziu a que a autarquia se comprometesse a não efetuar expulsões enquanto uma solução não fosse encontrada com a Secretaria de Estado para a Igualdade e Cidadania. Sublinhe-se, no entanto, que embora ali permaneçam até aos dias de hoje, estas famílias continuam a viver numa situação de precariedade habitacional imensa, sem acesso a água, luz ou saneamento básico, mas frequentando a escola, cursos de formação e alfabetização, e reivindicando melhores condições de habitação, que os protejam das chuvas e do frio do Inverno, das cobras que ali se passeiam no Verão, e que lhes tragam a água pelos canos e a luz pelas fichas.

(...) no passado Agosto de 2017 – em plena campanha para as eleições autárquicas – a Câmara Municipal de Beja viria a emitir uma ordem de despejo, decretando que as famílias que habitavam nas tendas e roulottes deveriam abandonar o terreno. E, uma vez mais, os moradores e moradoras reagiram, iniciando um processo de contestação à acção com a ajuda de um advogado e de activistas ciganos e ciganas

**/// NOTAS**

**1** European Union Agency for Fundamental Rights (2016), "Novo inquérito revela que 80 % dos cidadãos ciganos correm risco de pobreza", Comunicado de Imprensa, 29 de Novembro.

**2** Fanon, Frantz (2008 [1952]), Black Skin, White Masks. London: Pluto Press.

3 Auzias, Claire (2001), Os Ciganos ou o Destino Selvagem dos Roms do Leste. Lisboa: Antígona, pp.47.

**4** apud Cortés, Augustin (1997), "Los gitanos en España". Disponível em: http://www.unionromani.org/histo.htm. Consultado a 06/11/2017.

**5** Isabel y Fernando, Medina del Campo ,1499, recogido en la Novísima Recopilación, Libro XII, título XVI.

6 Bastos, José G. Pereira (2007a), "Que futuro tem Portugal para os Portugueses Ciganos", in Mirna Montenegro (ed.), Ciganos e Cidadanias, Lisboa: Cadernos ICE, nº 9.

**7** "Memoria das prncipaes providencias que se derão no terremoto, que padeceu a Corte de Lisboa no anno de 1755". Lisboa, 1758, pag. 106.

**8** Bastos, José G. Pereira (coord.) (2007b), Sintrenses Ciganos: uma abordagem estrutural – dinâmica. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

**9** Maeso, Silvia; Araújo, Marta (2011), "Civilizing the Roma/Gypsies. Public Policies, employability and the depolitisation of (anti-)racism in Portugal", Centro de Estudos Sociais, Novembro 2011.

**10** Lei pela qual D. João V proibia que se usassem os trajes e a língua dos ciganos. Lisboa, 1708, Novembro, 10 - "e os chamados ciganos ou pessoas que como taes se tratarem não morem juntos mais que athe dous cazaes em cada rua nem andem juntos pellas estradas nem pouzarão juntos por ellas ou campos nem tratarão em vendas e compras de bestas".

**11** Nimako, Kwame; Willemsen, Glenn (2011), The Dutch Atlantic: Slavery, Abolition and Emancipation. London: Pluto Press.

**12** European Commission against Racism and Intolerance (2013), Relatório da ECRI sobre Portugal (quarto ciclo de controlo), Julho. Estrasburgo: Concelho da Europa.

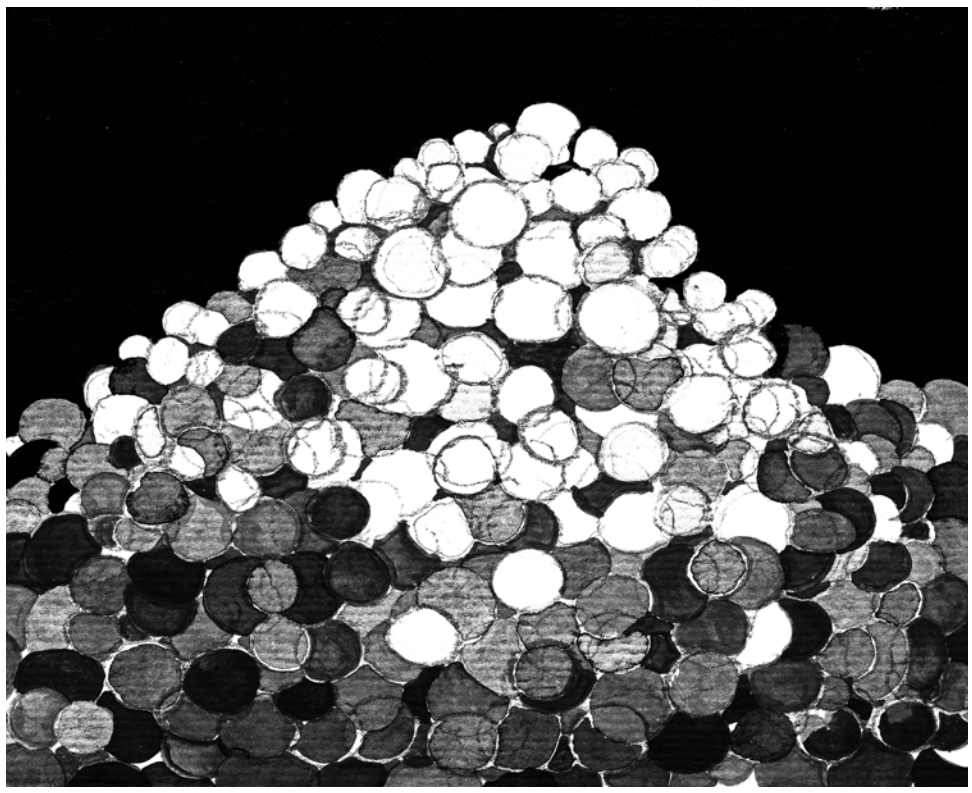
**13** Butler, Judith (2009), Frames of War: when is life grievable? London, New York: Verso.

**14.** SOS Racismo, Agenda 2006 e SOS Racismo, Agenda 2018.

# O QUE É ISSO DO PRIVILÉGIO BRANCO?

**pri·vi·lé·gi·o**
(latim *privilegium*,-ii, lei de excepção, favor)
*substantivo* masculino
Direito ou vantagem concedido a alguém, com exclusão de outros.

**M. LIMA**
M.LIMA@JORNALMAPA.PT
**ILUSTRAÇÃO** DANIELA RODRIGUES
DANIELAFILIPERODRIGUES.TUMBLR.COM



Muitas vezes há um desconforto quando se fala de racismo e privilégio branco, como se estivéssemos a ser provocadores ou a tentar encontrar culpados. Neste texto pretende-se falar em termos sistémicos, olhar para a sociedade ocidental de um modo estrutural, em vez de falar de indivíduos e das suas escolhas individuais. Se, por um lado, sabemos que a civilização ocidental se ergue em cima da escravatura, de colonizações e segregações, por outro lado parece que só somos ensinados a ver atos de racismo em certas pessoas ou em pequenos grupos, nunca em práticas quotidianas, por vezes invisíveis e sedimentadas, que continuam a conferir vantagens ao grupo dos brancos.

O privilégio branco de que aqui se fala é para ser pensado como um conjunto de benefícios institucionais (e não pessoais) garantidos aos que, por questões raciais, se parecem com as pessoas que ocupam maioritariamente cargos de liderança em instituições de poder. Se privilégio é o direito e vantagem mantidos por um grupo, ou por uma maioria, que se baseia na opressão e supressão de grupos minoritários, então é algo que temos de abordar se queremos mesmo afirmar que o racismo e a exclusão estão a ser combatidos. Para abordar esta questão do racismo endémico e o privilégio em sociedades ditas cosmopolitas, há vários anos que pessoas e coletivos têm desenvolvido questionários de consciencialização, precisamente para levar a novas reflexões sobre a diferença disfarçada de igualdade. A exclusão que não nos afeta porque vivemos na ilusão da inclusão. Este exercício aqui reproduzido, usando algumas questões tiradas de diferentes publicações[1] e outras da minha autoria, contém apenas algumas das muitíssimas possíveis perguntas:

**1.** Já ouviste ou ouves a expressão "cor de pele"? Lápis cor de pele, pensos rápidos e ligaduras em cor de pele, creme base em tons de pele... Essa cor condiz com a da TUA pele?

**2.** Se quiseres, estás em ambientes com pessoas da tua 'raça' a maior parte do tempo?

**3.** Quando ligas a televisão ou abres um jornal, esperas ver pessoas da tua 'raça' amplamente representadas? E em instituições públicas, esperas ser atendida/o por pessoas da tua cor?

**4.** Mostram-te como as pessoas da tua cor moldaram a história e a civilização para serem o que atualmente são?

**5.** Podes estar descansada/o que os teus filhos terão acesso a materiais curriculares que testemunhem a existência e história da sua 'raça'?

**6.** És levada/o a falar em nome de todo o teu grupo étnico? Podes falar publicamente a um grupo poderoso sem pôr a tua 'raça' em causa?

**7.** Podes ser bem-sucedido/a sem que isso seja atribuído a toda a tua 'raça'?

**8.** Podes facilmente encontrar posters, postais, livros com imagens, brinquedos, bonecos e livros para crianças em que figurem pessoas da tua 'raça'?

**9.** Muitas pessoas da tua cor possuem automóvel próprio, postos de trabalho de chefia, casas no centro da cidade?

**10.** Temes que a cor da tua pele afete o tratamento que recebes por parte de autoridades ou instituições? Suspeitas que não te deram trabalho por causa da cor da tua pele?

(Quando se usa aqui o termo 'raça' não nos estamos, naturalmente, a referir ao conceito da biologia que se aplica à divisão por grupos de animais da mesma espécie com diferenças genéticas. Nos seres humanos as características genéticas correspondem a uma só raça, mas o mesmo não pode ser dito em termos sociais e culturais, onde se trata as pessoas de modo diferente em função da sua aparência, uma construção social "positiva" para uns e "negativa" para outros, também chamada de processo de racialização.)

**E cá em Portugal?** Muita da polémica sobre o privilégio branco tem vindo dos eua, um território usurpado aos índios americanos e povoado com mão-de-obra escrava africana, onde os negros ainda hoje têm de reclamar que *black lives matter*, onde atualmente um presidente branco e rico é aclamado pelos seus discursos anti-imigração e onde a extrema direita fez um atentado numa manifestação antifascista, que resultou na morte de uma mulher. Mas cá em Portugal, estarão as coisas melhor? Existe segregação racial em bairros periféricos, morrem miúdos negros às mãos da polícia e mantemos uma imagem do colonialismo que assenta mais nos nossos grandes feitos do que na barbárie que infligimos. Condições perfeitas para que o privilégio branco seja um dado adquirido, mas não assumido.

> É preciso que fique claro que não existe tal coisa como abdicar do seu privilégio para estar "fora" do sistema. Estamos sempre dentro do sistema.

Em declarações ao jornal Público, no trabalho Racismo à portuguesa de Joana Gorjão Henriques, a artista Grada Kilomba explica o seguinte sobre privilégio branco: "Quando falamos de branquitude estamos a falar de entidades e de estruturas políticas, não de uma pessoa que é boa ou má." Ou seja, "não tem a ver com moral". Tem a ver com o facto de, "por questões históricas, sociais e políticas" haver um grupo de pessoas com "acesso a privilégios" (...) "Há um privilégio branco que eu não tenho como mulher negra. Uma mulher branca tem acesso a estruturas, a uma representação, a uma voz que eu não tenho. Quando abro o jornal não me vejo representada, entro num supermercado e não vejo as minhas crianças nos champôs. Sou constantemente confrontada com uma imagem que não é a minha e com a falta de representação. É um privilégio ser representado."

**Mas e nós, @s branc@s ativistas, revolucionários, anarquistas,... os anti-racistas?**

Ao ler algumas das perguntas acima enumeradas, é possível sentir "mas eu não me identifico com os brancos e com esta sociedade; critico os jornais e televisões pelos seus discursos, estejam eles cheios de pessoas de todas as cores ou não, porque o conteúdo não muda; questiono a História ocidental e critico todo o domínio sobre outros e não acho que o colonialismo tuga tenha sido menos mau do que os outros."

Nós que queremos um mundo com privilégios para tod@s, sem divisões de 'raça' ou outras, e em que a diferença seja celebrada, podemos e devemos continuar a falar de privilégio branco. Primeiro, porque ao acharmos que a sociedade não nos condicionou ou que já desconstruímos o racismo, estamos a permitir que certas injustiças, mesmo que nos pareçam micro-injustiças, persistam. E também porque apesar de umas poucas pessoas transgredirem a norma social, não quer dizer que a norma social esteja vencida. Uma pessoa não se identificar com os brancos não quer dizer que não seja identificada como branca. Segundo Harry Brod, um sociólogo norte-americano, "é preciso que fique claro que não existe tal coisa como abdicar do seu privilégio para estar "fora" do sistema. Estamos sempre dentro do sistema. A única questão é se estamos dentro do sistema para desafiar o status quo ou fortalecê-lo. O privilégio não é algo que eu use e escolha, portanto, não usar. É algo que a sociedade me dá e, a não ser que eu mude as instituições que mo dão, irá continuar a dar-mo e eu continuarei a tê-lo, por muito nobres e igualitárias que sejam as minhas intenções." [2]

Quando fazes certas escolhas de vida, quando optas por desafiar o *status quo*, é verdade que também sofres discriminações, perseguições policiais, desconfiança por parte de vizinhos e mais uma série de abusos de poder, com os quais as pessoas de outras cores têm de lidar quotidianamente. A grande diferença está, precisamente, em "escolher", em "optar". Não levaste com isso desde que nasceste só porque sim. Mesmo nos casos de outras faltas de privilégios, por exemplo o caso da pobreza, não se sofrem uma série de discriminações que só sofrem as pessoas cujo tom de pele é mais escuro que o dos europeus. De facto, várias pessoas brancas admitem que, mesmo não sendo normativas ou privilegiadas em vários aspetos, usufruem de uma série de condições à priori que pessoas não-brancas não têm. É importante falar sobre isto porque esse privilégio só existe para um grupo porque há outros grupos a serem subjugados.

Existem muitos tipos de injustiças sociais, ambientais e animais, e o racismo é uma delas. Audre Lorde, uma escritora que se definia como negra, feminista e lésbica, afirmou que "A rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta numa economia de lucro que precisa de excluídos como pessoas excedentes."[3]

Isto é, a sociedade como a conhecemos só se mantém precisamente porque se alimenta da exclusão e da exploração, seja do sexo mais fraco, da classe mais fraca ou da etnia "menos evoluída". Outro modo de articular este pensamento pode ser afirmando que o racismo é um produto do capitalismo e para acabar com um é preciso acabar com o outro.

Dizer que todas as pessoas brancas são racistas pode ser um erro e pode ofender muita gente, embora eu como mulher branca e ativista anti-racismo esteja disposta a admitir que a minha socialização, o meu crescimento, enquanto branca em Portugal me condicionou de tal modo que é provável que involuntariamente o seja. É a minha opinião que expresso com tristeza embora sem sentimento de culpa. Mas dizer que todas as pessoas brancas são privilegiadas não é uma opinião, é um facto. Esse privilégio só desaparecerá quando houver uma mudança profunda e estrutural na sociedade. Mas é possível abdicar já de outro privilégio que é o do silêncio.

**/// NOTAS**

**1** Perguntas retiradas e reformuladas a partir de "understanding white privilege" por Francis E. Kendall, 2002 e "White Privilege: Unpacking the Invisible Knapsack" de Peggy McIntosh

**2** Tradução literal do parágrafo do autor Harry Brod

**3** Tradução literal da frase "Institutionalized rejection of difference is an absolute necessity in a profit economy which needs outsiders as surplus people." da autora Audre Lorde

# RELATOS DE GUERRA E RACISMO INSTITUCIONAL: A LUTA POR UMA HABITAÇÃO DIGNA AQUI E AGORA

**M. LIMA**
M.LIMA@JORNALMAPA.PT
**ANA RITA ALVES**

Volvidos mais de dez anos, a Câmara Municipal da Amadora congratula-se por ter *erradicado* um conjunto de bairros *ilegais* como aconteceu com a Azinhaga dos Besouros, as Fontaínhas, o Casal de Santa Filomena ou o Bairro Estrela d'África. A destruição destes bairros autoconstruídos pelas populações, tem vindo a acontecer no âmbito do Programa Especial de Realojamento (1993). Embora este programa tenha contribuído de forma inequívoca para suprir as carências habitacionais de um conjunto de famílias, foi no âmbito do mesmo que muitas viram o seu único tecto ruir, sem que qualquer alternativa digna lhes fosse apresentada por parte da autarquia, fazendo do Programa de Realojamento, paradoxalmente, um programa de desalojamento. De acordo com dados fornecidos pela Câmara Municipal da Amadora, de acordo com o documento "Execução do PER – dez. 2016"1 contabilizam-se 746 agregados excluídos do Programa Especial de Realojamento, somente nos quatro bairros mencionados, o que, se contabilizarmos uma média de quatro pessoas por agregado, equivaleria a já cerca de 2984 pessoas (muitas delas crianças, idosos e doentes) despejados diretamente pelas mãos do Estado português, unicamente nestes quatro territórios. Não obstante um conjunto de vozes de moradores e moradoras dos bairros, associações, colectivos e plataformas da sociedade civil, membros do governo, o Provedor de Justiça e a Relatora Especial das Nações Unidas para a Habitação Adequada se ter levantado, apelando à suspensão imediata das demolições que ocorrem nos últimos dois anos, em particular no Bairro 6 de Maio, Carla Tavares (PS), recentemente reconduzida – com maioria absoluta – ao cargo de Presidente da Câmara Municipal da Amadora, fez anunciar no seu programa eleitoral (2017-2021) que se comprometeria a "Concluir a erradicação dos Bairros 6 de Maio e Estrada Militar Reboleira/Damaia".2 Deste modo, face à luta dos moradores, e numa altura em que o Governo anuncia um novo Programa de Realojamento – o Primeiro Direito – a Câmara Municipal da Amadora responde com uma nova promessa de demolições, muitas delas sem alternativa; continuando um processo de violência estatal racializada, que tem expulsado das suas casas e do centro da cidade da Amadora maioritariamente população negra e cigana, tantas vezes de madrugada e sem qualquer notificação prévia. Se para muitos dos lisboetas o direito à habitação é um problema cada vez maior, para os moradores do Bairro 6 de Maio a situação é de desespero. Foi nesse sentido que, no passado dia 24 de Outubro, os moradores do bairro se juntaram para entregar uma carta aos membros da recém-eleita Assembleia Municipal da Amadora, na esperança de, uma vez mais, tentar deter as demolições forçadas que se avizinham. Carta essa que publicamos aqui como forma de solidariedade com as/os moradoras/es em luta.

Às eleitas e aos eleitos da Assembleia Municipal da Amadora e da Câmara Municipal da Amadora para o quadriénio 2017-2021

Vitorino construiu a sua casa no Bairro 6 de Maio na década de oitenta e aí foi albergando a sua família. Maria mudou-se para a casa onde até hoje habita, após o falecimento do marido, e foi na intimidade dessas paredes que chorou as injustiças de que foi alvo. Eugénia há vinte anos que encontrou na sua casa um espaço para viver e onde esperava envelhecer no aconchego do seu lar. Faz hoje exatamente dezoito anos que Francelina para ali se mudou e Ondina ali vive também, no bairro a que chama casa e onde encontrou a solidariedade dos que com ela ali moram ou moraram. Também Helena e Maria ali construíram as suas famílias e ali viram nascer e crescer os seus filhos. À imagem de muitos outros, foi para ali que veio Elizabete, quando veio para Portugal à procura de trabalho, ou Suleimane quando veio para Portugal para tratamentos médicos. Moser ali cresceu, ao lado da sua avó Maria Cristina. Sanhá e Alcides, tal como Bamba, também ali viveram grande parte das suas vidas.

Vitorino construiu a sua casa no Bairro 6 de Maio na década de oitenta e aí foi albergando a sua família. Também Helena e Maria ali construíram as suas famílias e ali viram nascer e crescer os seus filhos.

Estas são algumas das histórias de muitos de nós, moradores do Bairro 6 de Maio na Damaia, que se precipitaram a partir do momento em que nos disseram que *não tínhamos direito* a casa. Todos nós perdemos a nossa casa ou corremos o risco de, em breve, vir a perdê-la em virtude das demolições realizadas pela Câmara Municipal da Amadora, no âmbito do Programa Especial de Realojamento. A razão apresentada pela Câmara é que não estamos abrangidos pelo Programa, seja porque alguns de nós ainda não vivíamos no Bairro 6 de Maio ou não estávamos em casa à data do Recenseamento (1993), seja porque fomos excluídos por reivindicar uma tipologia adequada ao agregado familiar, numa altura em que a Câmara se recusa a fazer desdobramentos. Confrontados com esta situação, tentámos começar um diálogo com a Câmara Municipal da Amadora, mas nunca obtivemos qualquer resposta. Aliás, a única resposta foi a chegada de cordões policiais que anunciam as máquinas que pelas sete da manhã, sem notificação prévia, vêm prontas a destruir brutalmente aquilo que muitos demoraram uma vida a construir.

Perante este silêncio da Câmara, decidimos recorrer a outras entidades. Batemos à porta de várias, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia ao da Segurança Social, do Alto Comissariado para as Migrações à Embaixada de Cabo-Verde e ainda à Assembleia da República, muitos têm sido os quilómetros percorridos pelas nossas pernas, já tão cansadas. Embora tenhamos sido recebidos de formas bastante diferentes, até agora ninguém foi capaz de garantir que as demolições parem e que seja encontrada uma solução digna para todos aqueles que já ficaram sem casa ou que estão em risco de a perder. Destas instituições ouvimos que o Programa Especial de Realojamento é um assunto camarário e que pouco podem fazer, já que o Estado Central não pode ingerir sobre assuntos autárquicos, dizem. Por outro lado, a Câmara diz que quem não está incluído no Programa, não é da sua responsabilidade.

Nós não podemos acreditar que assim seja. Em primeiro lugar, o Programa Especial de Realojamento é, na sua génese, um projecto ministerial e além do mais, questionamo-nos sobre como pode um Estado fechar os olhos quando se propagam atropelos aos Direitos Constitucionais e aos Direitos Humanos no seu território, escudando-se no argumento da não-ingerência, quando a Câmara ingere de forma tão definitiva nas nossas vidas. Como é possível que seja o próprio Estado a colocar na rua, ao frio, famílias, crianças e idosos que não têm qualquer alternativa habitacional? Sobre isto relembramos que tanto o Provedor de Justiça como mais recentemente a Relatora Especial das Nações Unidas sobre Habitação Adequada recomendaram a suspensão imediata das demolições, bem como a urgência de encontrar soluções para nós, seja os que estão já sem-abrigo vivendo da solidariedade de familiares e amigos, seja os que estão na iminência de o ficar.

Numa altura em que a Câmara Municipal da Amadora, assume novo mandato, não deixamos de nos questionar aqui quais são os nossos direitos perante os direitos humanos. Exigimos que nos respeitem como cidadãos e que respeitem os nossos direitos. Como tal, reclamamos a suspensão imediata das demolições enquanto uma solução digna não for encontrada, conjuntamente connosco, e que todos aqueles que perderam casa vejam a sua situação resolvida, com a maior brevidade possível. Sob ameaça iminente que retomem as demolições, necessitamos de respostas urgentes e que garantam o nosso bem-estar físico e emocional. Se a essência dos direitos humanos é o direito a ter direitos, não entendemos como é que pode ser dito a alguém que *não tem direito* a casa.

Obrigado.
Um abraço,
Os Moradores do Bairro 6 de Maio

Amadora, 24 Outubro 2017

# Discutir "turistificação" também é discutir o direito à habitação

Assinalando a passagem da Caravana da Habitação pelo Porto, cerca de 150 pessoas juntaram-se na Avenida dos Aliados com preocupações centradas nas questões do direito à habitação e à cidade que as novas dinâmicas urbanas têm posto em causa.

**ZITA MOURA**
ZITABMOURA@JORNALMAPA.PT

"Gentrifica-mos", lê-se num cartão pousado nas escadas da estátua de Almeida Garrett, orgulhosa guardiã da Câmara Municipal do Porto. Ao seu redor, há fitas com a palavra "frágil" a vedar simbolicamente o acesso ao edifício municipal. Reúnem-se cerca de 150 pessoas na manifestação "O Porto não se vende, ponto!", que assinala a passagem da Caravana da Habitação pela cidade.

A passo e passo, manifestantes de todas as origens sociais e com diferentes histórias vão subindo as escadas que servem de palco à manifestação. Os episódios que contam partilham alguns denominadores comuns. Alguns contam como, quando as casas e a cidade estavam degradadas e entregues ao abandono, poucos ou nenhuns se preocupavam com o estado dos imóveis, senhorios incluídos. Mas o Novo Regime de Arrendamento Urbano e o recente interesse do capital imobiliário na cidade reacenderam a atenção dada à cidade. Agora, os inquilinos que durante anos, ou décadas, arrendaram casas que pela sua mão foram arranjando e mantendo conforme podiam, estão a ser convidados e assediados a saírem de lá, para darem lugar a novos empreendimentos e inquilinos.

> [...] os inquilinos que durante anos, ou décadas, arrendaram casas que pela sua mão foram arranjando e mantendo conforme podiam, estão a ser convidados e assediados a saírem de lá [...]
>
> "As rendas aumentaram, até na habitação social. Foi um processo que depois se reverteu, mas as dívidas acumularam na mesma".

Essa é a história de um dos manifestantes que sobe a escadaria onde se agregram os restantes. Conta que vive na Rua do Almada há oito anos, rua essa onde o seu sogro tem uma loja de comércio tradicional, e que há aproximadamente dois anos terá começado o assédio por parte de agências imobiliárias. Em dada ocasião, o senhorio do prédio ter-se-á deslocado ao estabelecimento para lhe comunicar que "queria ali um negócio mais bonito, uma hamburgueria *gourmet*", conta o manifestante. E enche o peito de orgulho quando diz, alto e bom som, que o sogro lhe respondeu em jeito de desafio que "aqui somos tripeiros, é tripas que comemos".

### "Não é a saudadezinha"

Tatiana, que ajudou a mobilizar a manifestação e integra a Caravana da Habitação, assinala que isto já se viu "em muitas cidades, sabemos qual é o processo". Conta como a Caravana passou por alguns bairros do Porto que começam a ser afectados pela crescente turistifcação da cidade, e se cruzou com "situações desumanas". Uma das histórias que ressalva é a de uma moradora de Miragaia, que investiu 44 mil euros na reparação da casa que arrendava, e que vivia com uma reforma de 600. Quando o seu senhorio, também idoso, faleceu, os herdeiros venderam o prédio onde ela vivia. "Tem dois anos para sair daquela casa", diz Tatiana, quase entredentes. "É verdade que as pessoas pagavam rendas baixas, mas viviam em condições miseráveis".

Também ela moradora no Porto, Tatiana perdeu a sua casa para alojamento local, mas conseguiu encontrar outra habitação ainda no centro da cidade. Sublinha que "tirar as lojas daqui não é saudadezinha", é um fenómeno que leva a que as pessoas se afastem das suas ruas e dos seus bairros. Fechando as padarias, as lojas de ferragens, as drogarias e mercearias, as pessoas que nelas trabalham perdem o seu sustento e têm de se afastar, porque não conseguem fazer frente às rendas. E as pessoas que delas se serviam, a clientela, perdem os seus referentes e a sua comunidade.

### Diferentes cidades, diferentes problemas, a mesma ameaça

"É sempre o direito à habitação que está em causa", garante Maria João Costa, da Habita Lisboa, "portuense a viver em Lisboa há muitos anos", como a própria se descreve. Falar sobre problemas habitacionais no Porto e na Amadora, por exemplo, é falar de problemas diferentes, mas há uma questão subjacente a todos. O direito à habitação, contemplado na Constituição da República Portuguesa, fica suspenso à entrada de bairros como o 6 de Maio e o Casal da Boba, na Amadora.

"Degradação das habitações, falta de transportes, demolições, sobrelotação" são alguns dos problemas que Maria João aponta quando fala sobre as questões habitacionais nesses bairros da periferia lisboeta. "As rendas aumentaram, até na habitação social. Foi um processo que depois se reverteu, mas as dívidas acumularam na mesma".

Antes de chegar ao Porto, a Caravana da Habitação passou em Lisboa, Amadora, Beja e Loures, e ainda ia seguir para Coimbra. Em cada cidade, ouviram histórias diferentes, mas Maria João afirma que ouviu em Lisboa as mesmas coisas que veio ouvir depois na Avenida dos Aliados. Quando se fala sobre Lisboa central e Porto central, o problema prende-se com uma mesma causa subjacente: a especulação imobiliária e a turistificação das cidades. Mas não são só essas as histórias que Maria João conhece e enumera.

Em Loures, no Bairro da Torre, os moradores ficaram sem luz durante um ano. Por serem construções ilegais e precárias, a EDP "desfez algumas ligações elétricas ilegais em habitações ilegais", uma vez que "podiam colocar em causa a segurança das pessoas e bens", lia-se em comunicado enviado à agência Lusa em Dezembro de 2016. No Bairro da Jamaica, no Seixal, as famílias residentes "estão na iminência de ficarem sem luz também", conta Maria João. No Bairro 6 de Maio, na Amadora, as demolições são constantes.

Soleiman Bamba, morador do 6 de Maio há 32 anos, foi um dos afectados pelas demolições. Continua a viver no bairro, na casa de um familiar, mas a sua casa "também veio abaixo", conta. Fala sobre o despejo e demolição da sua casa com uma expressão imperturbável, e apenas lhe treme a voz quando levanta o dedo e sublinha "cheguei a Lisboa em 1985 e fiz tropa portuguesa".

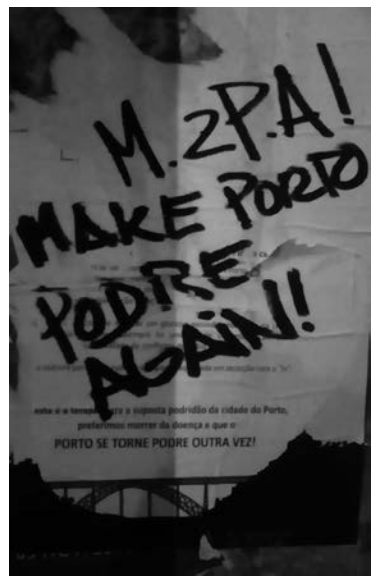
> "Há um reconhecimento do que se passa no Porto até Campanhã, a monofuncionalização ligada ao turismo, mas mais para oriente não há noção da realidade", critica. "Mesmo nestas manifestações, essas pessoas são deixadas de fora".

Não é só nas periferias que estes problemas tão crus existem, no entanto. Daniela Alves Ribeiro, da Habita Porto, aponta o dedo às situações extremas que se vivem na zona leste do Porto. "Há um reconhecimento do que se passa no Porto até Campanhã, a monofuncionalização ligada ao turismo, mas mais para oriente não há noção da realidade", critica. "Mesmo nestas manifestações, essas pessoas são deixadas de fora". Daniela fala sobre como a classe política do Porto gosta de dizer que não há bairros de barracas na cidade, mas sabe que isso não é verdade. Na zona Oriental da cidade, há pessoas a viver em situações de profundo isolamento, e não há equipamentos que as apoiem.

Portanto, falar sobre o problema da habitação em Porto e Lisboa não é só discutir a crescente gentrificação e especulação imobiliária que envolvem as cidades: é discutir, também, o direito a nelas habitar com dignidade. Seja nos centros altamente turistificados, ou nas periferias profundamente abandonadas.

# Morto e Companhia

No Porto tem havido movimentações que pretendem agitar a normalidade das transformações na cidade, obrigando a relectir. Primeiro foram mensagens de pintar ou colar, depois uma concentração e, mais recentemente, uma ocupação duma escola abandonada.




**TEÓFILO FAGUNDES**
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

A recente polémica de Rui Moreira a propósito dos autocolantes «Morto Ponto» serve para mostrar que o autarca só agora reparou que alguns dos seus munícipes tinham acordado do sonho turístico. Ou que talvez nunca se tenham deixado embalar pelo seu canto. Para quem anda nas ruas do Porto para além das alturas de campanha eleitoral, frases como «Smells like piss and tourists», «Make Porto Podre Again», ou mesmo os autocolantes «Morto Ponto» fazem parte do mobiliário urbano há meses. Uma outra variante de subversão da cidade-marca, «Hotel Ponto», também não é assim tão recente.

O Rui posto depois da morte do anterior não é, afinal, assim tão diferente dele. A política de gestão da cidade, sabia-se, não o seria. Moreira é, há muito, um dos arquitectos do conceito e dos pilares fundamentais da chamada reabilitação urbana. Mas poder-se-ia pensar que era suficientemente inteligente para permitir a crítica, mostrar espírito democrático, sabendo que tinha caminho aberto para levar as suas ideias por diante, numa conjuntura em que a reeleição era o cenário mais provável.

E tudo parecia encaminhar-se por aí. Terá havido poucas situações – se é que houve alguma – em que Rui Moreira reagiu intempestivamente perante alguma voz crítica. Não é novidade, por outro lado, que distribui subsídios e apoios a pessoas e colectivos – nomeadamente criadores artísticos – que são publicamente duma área ideológica distante da do presidente da Câmara Municipal do Porto (CMP). Mas, de repente, uma nota fora de tom, um grunhido.

Aproveitando a época pré-eleitoral para sair à rua, Moreira viu uns autocolantes que, imitando a imagem gráfica que a CMP comprou para a cidade, a subverteu, transformando «Porto Ponto» em *«Morto Ponto»*. Não se conteve e avançou com uma queixa contra quem quer que tenha inventado tais autocolantes, numa histeria que incluiu acusações de jogos partidários, radicalismo e – pasme-se – ódio à cidade. O argumento: uso abusivo duma marca patenteada. Dito doutro modo, o presidente da Câmara duma cidade processou cidadãos dessa mesma cidade por utilizarem uma imagem gráfica que essa Câmara comprou com o dinheiro desses e doutros cidadãos.

Uma inversão perigosa do conceito de cidade, onde os habitantes não têm direito ao uso do que é seu património. Uma inversão perigosa do conceito de liberdade de expressão, onde uma crítica a uma política é transformada em ódio a todo o Porto. O autarca moderno e evoluído, apaixonado por arte urbana, é afinal um déspota em potência. A sair da toca.

Ao mesmo tempo que estalava esta polémica, um grupo heterogéneo de colectivos e pessoas da cidade preparava uma concentração, «O Porto não se vende, ponto»[1], com preocupações centradas nos problemas de habitação trazidos pelas mais recentes transformações da cidade. Na semana que antecedeu a concentração de 23 de Setembro, brigadas da CMP perderam horas a retirar a maioria das centenas de cartazes que a organização tinha colado. O déspota atacava de novo e as cerca de 200 pessoas que se concentraram já o fizeram também pelo direito a pensar e agir.

A contestação parecia aumentar, era pelo menos mais visível, mas mantinha-se de facto limitada a um núcleo ainda restrito, subterrâneo, com aparições esporádicas e, acima de tudo, a focar as suas acções longe do palco eleitoral. Sem espanto, Rui Moreira acabou por conseguir a maioria nas eleições autárquicas de Outubro.

> Para quem anda nas ruas do Porto para além das alturas de campanha eleitoral, frases como "Smells like piss and tourist", "Make Porto Podre Again", ou mesmo os próprios autocolantes do "Morto Ponto" fazem parte do mobiliário urbano há meses. Uma outra variante de subversão da cidade-marca, "Hotel Ponto", também não é assim tão recente.

Se o fim do primeiro mandato trouxe à superfície o carácter do autarca perante a crítica, o início do segundo apresentou imediatamente novos desafios. A 14 de Outubro, um grupo também heterogéneo mas marcadamente libertário ocupava a abandonada Escola José Gomes Ferreira, passando a chamar-lhe Espaço Okupado Travêssa dos Campos. Assumindo que «o que tomamos é apenas parte do que nos pertence», recusavam liminarmente qualquer tipo de institucionalização, conforme vem patente no seu manifesto de ocupação.[2]

Com um discurso igualmente muito crítico em relação às «profundas transformações quotidianas da nossa cidade», esta ocupação não se afirmou como resposta a problemas de habitação. Antes como um escarro na «cidade-montra, falsa, feita para o entretenimento rápido e temporário» e como alternativa real de existência para além dos «cânones impostos pelo sistema actual». Um local para «experimentar colectivamente» a gestão partilhada de espaços e necessidades, «organizando lutas fora de partidos, sindicatos, ou outro tipo de organizações institucionais».

Não chegou a durar 48 horas. A CMP, apesar de – segundo diz – ter aquele espaço alugado ao Instituto Politécnico do Porto, apressou-se a ordenar o despejo, como se depreende facilmente pelo comunicado[3] com que justificou a operação que resultou em 21 pessoas detidas e uma cadela. O poder autárquico não quer dar espaço de implantação a projectos de reapropriação do que o abandono retira à comunidade. E preza a propriedade acima de tudo. Acima da cidade, acima das possibilidades de reabilitação verdadeira e, principalmente, acima das vontades das pessoas. As que ocupam e as que as recebem de braços abertos.

As conversas nos cafés e mercearias da zona, as boas vindas dos moradores da Travessa dos Campos (corporizada em visitas frequentes, palavras encorajadoras, ofertas várias) e a muita disponibilidade e até participação foram provas concretas de que as populações esquecidas pelos poderes acham a ocupação mais natural do que o abandono e as relações de pertença e vizinhança mais importantes do que o dinheiro que se pode fazer com uma casa. Uma realidade que nenhum despejo e nenhum resultado eleitoral podem pôr em causa.

A cidade-postal avança a passos largos, por vezes com simulacros de dor pelo que destrói, mas sem dó pelas pessoas que partem nem amor pelas que passam. É agora apenas uma grande caixa registadora a céu aberto onde se acumulam talões de balanços e balancetes de especulação imobiliária. Onde os ganhos e as perdas são proporcionais à posição social. No entanto, mais ou menos institucionais, há várias lutas que se cruzam neste momento, que partilham muitas análises e alguns caminhos e que, de formas diferentes, contactam com as populações expulsas ou em risco de o ser. Os últimos tempos parecem mostrar um início de reacção visível de quem se recusa a ser um produto duma marca, um figurante não remunerado dum parque temático. E essa visibilidade tem tido um eco encorajador nas pessoas que toca. Um processo a seguir.

**/// NOTAS**

**1** goo.gl/wRV6WY
**2** goo.gl/q1FLaj
**3** goo.gl/YznaCo

# Jornadas: As Prisões e as Mulheres

De 30 de junho a 2 de julho decorreram as Jornadas: as Prisões e as Mulheres, no Centro de Cultura e Intervenção Feminista da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), em Lisboa.

**COLETIVO ORGANIZADOR DAS JORNADAS**

A organização das jornadas foi levada a cabo por um conjunto de pessoas de diferentes coordenadas geográficas, profissionais e interventivas, com o apoio da UMAR e do Observatório Europeu das Prisões. Os objetivos que nos moveram foram visibilizar, informar e refletir sobre a situação das mulheres no sistema prisional; pensar a prisão como instituição política: usos e práticas; promover o diálogo conjunto entre pessoas, coletivos e associações, profissionais, pessoas presas, ex-presas e respetivos familiares/pessoas relativas; partilhar experiências e aprendizagens com grupos de apoio a pessoas presas e de luta contra a impunidade do sistema prisional e, por fim, coletivamente definir estratégias de ação. Partindo destes objetivos foram sugeridos os motes para as rodas de conversa: toda a prisão é uma prisão política; a prisão para as mulheres; redes familiares e prisões, e grupos de apoio e de resistência de mulheres presas. Participaram, como animadoras das conversas, profissionais na área do direito, técnicas sociais, ativistas de diferentes grupos que têm trabalho com mulheres, crianças e jovens, bem como grupos que no Brasil, na Galiza e no País Basco intervêm nas prisões.

A prisão resulta de opções governativas e legislativas que, além de responsáveis pela gestão dos espaços prisionais, definem o que é crime, a prática do crime e as respetivas consequências jurídicas - entre as quais a prisão efetiva. Por isso, é necessário perceber os seus usos e benefícios para a manutenção da ordem política, económica e social. **Controlar, punir e castigar, legitimando a subalternização de determinados grupos sociais, foi sempre a principal função da prisão moderna**. Roldana imprescindível de uma política de exclusão, reiterou-se que a prisão é obsoleta, uma vez que é incapaz de resolver os fins a que juridicamente se propõe - ressocialização e reinserção. Restando-lhe, então, cumprir (excessivamente) com a função punitiva e do castigo. Sobre isto foi expresso que em Portugal não existe vontade política de mudar e olhar para outros modelos e opções penais.

Tal como nos diz Angela Davis (norte-americana, ex-presa política dos Black Panthers, investigadora ativista feminista e abolicionista das prisões), *a prisão torna-se num meio de fazer com que as pessoas desapareçam, sob a falsa promessa de que também desaparecerão os problemas que elas representam…*, perceção esta reproduzida socialmente não só pelos sistemas político-legais. Contudo, se a prisão resolvesse os fenómenos "criminais", e tendo em consideração toda a prática histórica da prisão, isto implicaria que os "crimes" que levaram e levam as pessoas à prisão estariam hoje resolvidos, o que não é verdade. Em Portugal, segundo dados estatísticos, existiam 627 mulheres presas (5,4%) em 2010. Em 2017 este número sobe para 872 (6,3%), o que revela um aumento de 28% de mulheres presas. Por comparação, ao nível europeu, enquanto que em 2015, em Portugal, as mulheres presas correspondiam a 6,1% do total da população prisional, a média europeia era de 5,3%. Já as mulheres de cidadania estrangeira presas em Portugal, no mesmo ano, representavam 26,6% do total das mulheres presas, enquanto que a média europeia era de 20,4%.

A volatilidade do sistema jurídico-penal passa pela definição dos crimes, o que é tudo menos um sistema natural, antes construído para e pelos grupos de poder e segundo os interesses políticos e económicos dos governos. A definição de crime é, então, política e subjetiva, sendo ilustrativo o exemplo dado do aborto que, até 2007, estava previsto como crime e foi desde então descriminalizado até às 12 semanas. Embora muitas mulheres tenham sido punidas e presas por abortarem, não foram perseguidas e presas todas as mulheres que o praticaram, até pela incapacidade do sistema penal e prisional em fazê-lo, já que é uma prática comum no percurso de vida de muitas mulheres. O mesmo aconteceu com a despenalização do consumo de drogas que, apesar de ser praticado por uma larga percentagem da população, levou e leva apenas uma franja do tecido social ao sistema de justiça e às prisões.

Daqui decorre a desigualdade na aplicação da lei: as penas e as condenações não são iguais para todas as pessoas. **Tal como o acesso à saúde ou a proteção na infância não são iguais para todas, o acesso à justiça também não o é**. Por exemplo, no acesso à defesa parte-se do pressuposto jurídico de que estamos todas em igualdade de circunstância perante o sistema de justiça, o que é falso. Quem não tem recursos económicos, para além de não poder ser ela própria autora da sua defesa (porque o sistema em Portugal não o permite), tem de recorrer à advocacia oficiosa. Em média, uma advogada oficiosa recebe 200 euros por processo, valor esse que tem de suportar as despesas de deslocação (podem ser-lhes atribuídos casos em diferentes regiões do país) e independentemente do tempo de resolução do processo - que pode arrastar-se ao longo de vários anos. Sob estas condições, fica comprometido o cumprimento do seu papel de defesa nos processos que lhes são entregues. Por outras palavras, quem não tem recursos para pagar a sua defesa pode estar condenada logo à partida. Porém, isto não deve ser considerado como um mero acaso ou fruto da desorganização do sistema jurídico, mas sim como um requisito fundamental para o funcionamento do sistema político-legal, como crucial para a manutenção da ordem política e económica e para a respetiva legitimação do poder através da naturalização das desigualdades, culpabilizando determinados sujeitos alvo de retaliação por parte do Estado.

A prisão resulta de opções governativas e legislativas que, além de responsáveis pela gestão dos espaços prisionais, definem o que é crime, a prática do crime e as respetivas consequências jurídicas

No concernente aos usos políticos da prisão foi, ainda, discutido o fato de o Estado português ter sido já consecutivamente condenado pelo Tribunal dos Direitos Humanos (20 vezes entre 2005 e 2015) devido à criminalização e punição da liberdade de expressão, através da aplicação da provisão legal obsoleta sobre a prática de injúria e difamação. Portugal é o único país da Europa que prevê a pena de prisão para casos de difamação e injúria, agravada em 50% se dirigida a um órgão constitucional ou a um magistrado, um advogado ou um funcionário público. A classe política escuda-se da crítica através da censura e punição. Neste âmbito, o representante do Movimento de Libertação da Maria de Lurdes (MLML) afirmou que a pena de Maria de Lurdes teve um agravamento de 2 para 3 anos de prisão efetiva como consequência das alegadas ofensas dirigidas à magistratura. Maria de Lurdes foi condenada por crime de injúria agravada e presa, no Estabelecimento Prisional (EP) de Tires, a 29 de setembro de 2016, para cumprir uma pena de 3 anos. Face a este cenário, o MLML decidiu que a luta do movimento deveria direcionar-se para a abolição desta provisão legal. Segundo o representante do MLML, em conformidade com os dados do Observatório dos Direitos Humanos em Portugal, existem 11 presas políticas, por crime de injúria - 2 mulheres e 9 homens com penas entre os 33 meses e os 57 dias - mas há um grupo muito mais alargado com processos deste género, porque é comum com o crime de difamação acumularem-se outros crimes como injúria agravada, difamação agravada, denúncia caluniosa, ofensa a organismo coletivo e perturbação da ordem constitucional e, assim, existem

168 recursos neste momento.

O movimento de Mulheres Livres do Curdistão (TJA) participou desta conversa através do envio de um comunicado sobre a situação política na Turquia e Curdistão, a perseguição política, o encarceramento massivo de pessoas pelo regime de Erdogan - principalmente depois da suposta tentativa de golpe de Estado em julho de 2016 -, bem como sobre as condições desumanas a que são sujeitas as pessoas nas prisões turcas. Nas suas palavras, *as prisões são instituições de repressão do sistema hegemónico patriarcal capitalista no mundo inteiro. O sistema prisional serve não só para invisiblizar e individualizar as causas dos denominados ou definidos crimes, mas primeiramente assegura o silenciamento da oposição política e resistência social*[1].

Considerando a estratificação de género e económica, subjacente aos contextos socioculturais heteropatriarcais, colonialistas e capitalistas, as que são criminalizadas e encarceradas são aquelas que atravessam a rota da exclusão, da discriminação, da pobreza e da violência. A maioria dos crimes a que as mulheres são condenadas, no contexto português, está ligada ao tráfico de droga - normalmente pequeno tráfico e retalhista, em muitos casos como estratégia de sobrevivência. Catarina Fróis, na apresentação do seu livro *Mulheres Condenadas - Histórias de Dentro da Prisão*, falou-nos sobre as mulheres presas em Odemira. A maioria destas mulheres tem trajetórias com contato prévio com instituições, muito prolongado, tais como a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a Segurança Social e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Portanto, a institucionalização não acontece apenas no momento da prisão. A autora, com este livro, pretende trazer trajetórias de vida que podemos acompanhar e que não se centram só na forma como as pessoas vivem a prisão, mas propõe refletir sobre a prisão de mulheres, mulheres presas e mulheres na prisão - isto porque, em alguns casos, nas suas palavras, *a sensação com que nós ficamos é que aquelas mulheres estavam já presas a um ciclo de pobreza, de violência e de exclusão social muito anterior ao momento de encarceramento*.

No entanto, no contexto português, as mulheres enredadas no sistema prisional são invisibilizadas nas reivindicações e intervenção dos movimentos sociais, nomeadamente dos feministas. Nos discursos e intervenções de combate à violência de género as presas continuam a ser excluídas. A experiência da Associação Contra Exclusão pelo Desenvolvimento (ACED), partilhada por Ricardo Loureiro, na denúncia de queixas sobre as prisões portuguesas, destaca 5 casos que envolveram mulheres: a morte de uma mulher em Tires; a preocupação de mães e companheiras de presos sobre uma greve e tensão na prisão; os maus tratos de guardas prisionais contra uma mulher presa em Santa Cruz do Bispo; uma mulher vítima de abuso sexual por parte de uma guarda prisional no momento da revista, e um casal de mulheres castigadas pela sua orientação sexual. Em 2015, a taxa média de mortes nas prisões portuguesas era o dobro da taxa média europeia. A perceção de que as prisões portuguesas são um paraíso esbarra na realidade das queixas e experiência das pessoas presas, familiares e amigos/as.

Pensar sobre as mulheres e as prisões implica pensar, também, em outras duas dimensões de análise: as mulheres presas e as mulheres que visitam as prisões. As mulheres presas estão sujeitas a violência física (por exemplo, agressões), psicológica, emocional, verbal e sexual, a estigma/preconceito, são discriminadas, sujeitas a represálias e invisibilizadas socialmente. As mulheres que visitam as prisões estão sujeitas ao mesmo tipo de processos, ficando ainda sujeitas a uma terceira jornada diária (trabalho, trabalho doméstico e visitas/preparação de visitas) e vivem em situação de vulnerabilidade económica, ficando muitas vezes sozinhas com crianças a seu cargo. Não podemos esquecer o papel de cuidadoras imposto às mulheres. Quando uma mulher é presa toda a família é penalizada o que, para Aurora Rodrigues, constitui uma questão política. São especialmente penalizadas as crianças, uma vez que as mulheres, além de serem responsabilizadas pelos cuidados, são, também e geralmente, as provedoras de recursos para os núcleos familiares.

Quando uma mulher é presa toda a família é penalizada o que, para Aurora Rodrigues, constitui uma questão política. São especialmente penalizadas as crianças, uma vez que as mulheres, além de serem responsabilizadas pelos cuidados, são, também e geralmente, as provedoras de recursos para os núcleos familiares.

A prisão, diferentemente do imaginário (re)criado pelas estruturas que a gerem e pelos media, é uma instituição central para a (re)organização política e económica, que consome e gera bens e serviços, estando presente nas vidas de uma maioria silenciada. Ela coexiste com as vidas de muitas comunidades, famílias e crianças para quem a prisão é uma realidade quotidiana e comum. As redes familiares e reclusão foram mote para uma roda de conversa animada por Sofia Freitas, da rede Children of Prisoners in Europe, e por Carla Mendes, do Projeto Trampolim, em Coimbra. O Projeto Trampolim E6G, apoiado pela Câmara Municipal de Coimbra, centra a sua ação na ocupação de tempos livres e na prevenção dos comportamentos de risco de crianças e jovens, e tem como objetivo geral a inclusão social e a promoção da igualdade de oportunidades. Das 125 crianças com quem trabalham, atualmente, 34 têm ou tiveram familiares detidos/as (desde março de 2017); 12 já tiveram mãe, pai ou ambos detidos; 22 têm mãe, pai ou ambos detidos (2 têm a mãe detida, 3 têm ambos detidos e 17 têm o pai detido), e 13 outros jovens têm familiares diretos detidos. Dos 42 jovens (menores de idade), 2 têm ou tiveram mãe, pai ou ambos detidos, e 3 foram ou ainda estão detidos.

Os territórios de intervenção do projeto são o Bairro do Ingote, Bairro da Rosa e Centro de Estágio Habitacional do Campo do Bolão (para famílias de etnia cigana). Os dois primeiros são bairros sociais muito associados ao tráfico de droga, onde acontecem muitas detenções e rusgas. As rusgas, as detenções e as visitas à prisão afetam emocionalmente as crianças, verificando-se alterações da rotina. Durante a semana e em período escolar é necessário faltar às aulas para poderem visitar a família presa; o fim-de-semana é passado em deslocações e visitas na prisão e, nos casos em que a pessoa presa é a mãe, implica uma deslocação acrescida de Coimbra para o Porto (Santa Cruz do Bispo) e/ou Lisboa (Tires). A prisão gera, também, uma responsabilização dos/as irmãos/ãs mais velhos/as que muitas vezes assumem as responsabilidades sobre aqueles mais novos/as, o que revela impactos ao nível do rendimento escolar. Como consequências geradas pela prisão, destaca-se a diminuição da vinculação emocional com o/a parente detido/a, a instabilidade emocional (tristeza, revolta, depressão), o impacto na escola (comportamentos agressivos, opressores), os oprimidos que se tornam opressores, a dificuldade de expressão emocional/sentimental, aumento das reações agressivas e impulsivas, os comportamentos de risco (furto, consumos e agressão), são maior suscetibilidade a discriminação na escola e a baixo rendimento escolar.

Um estudo realizado pelo projeto destacou que as crianças/jovens revelaram muita ansiedade e nervosismo no momento antecedente à visita, e tristeza no momento da despedida. Por outro lado, as mães revelaram ansiedade antes da visita, culpabilização pela situação, tristeza na despedida, a consciência do impacto das despesas associadas à visita (deslocação, bens…), bem como a perda do crescimento dos/as filhos/as. Face a um quadro social e emocional frágil, os/as crianças e jovens sofrem, igualmente, os efeitos da prisão, pelo que a importância de projetos deste género calcula-se a partir de uma mediação familiar e escolar, bem como pelo apoio psicológico prestado aos/às jovens, e a soma destas intervenções traduz-se na tentativa de desviar estes/as jovens da rota da exclusão.

Sobre o encarceramento e institucionaliza-

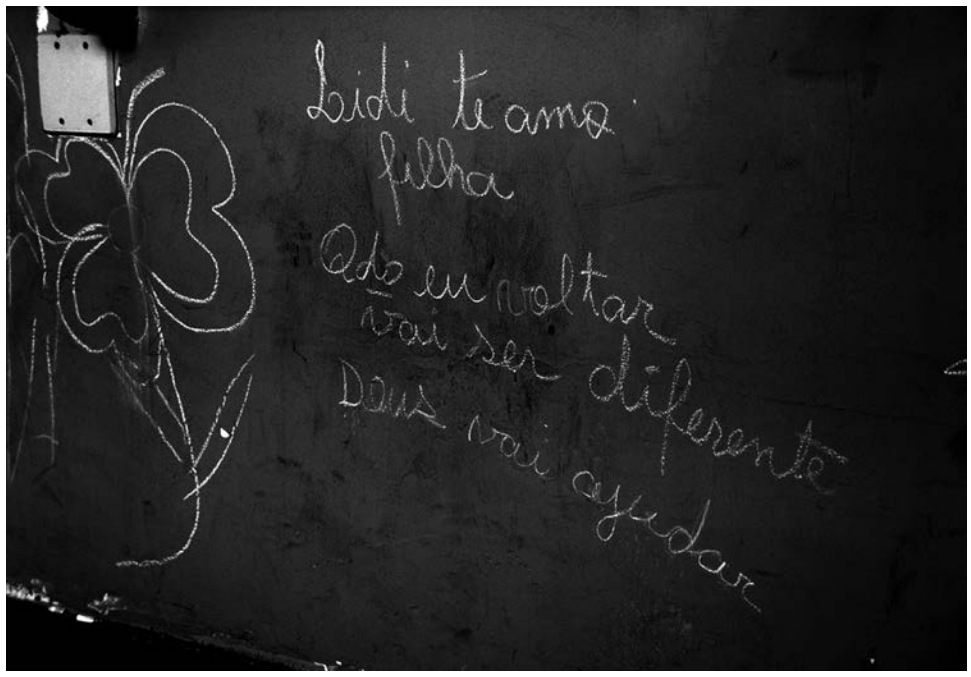
lização de crianças e jovens referimos que, contrariamente ao estabelecido por lei, há em Portugal vários casos de jovens com menos de 21 anos a cumprir penas em prisões para adultos. Mais ainda, um número considerável de menores encontra-se a cumprir medidas tutelares educativas em instituições. **Em Portugal, mais de metade da população prisional é constituída por pessoas que, desde crianças, passaram por várias instituições estatais tais como centros educativos, instituições de acolhimento e, finalmente, prisões.**

Sofia Freitas, da rede Children of Prisoners in Europe, revelou-nos que atualmente existem, na Europa, cerca de 1 milhão de crianças com pai e/ou mãe presos, e que estas crianças estão sujeitas a processos de estigma (por exemplo, ao nível do preenchimento da ficha escolar), isolamento social, vergonha e medo. O estigma social não permite que estas crianças tenham voz para falarem sobre o que sentem e/ou procurarem apoio. As detenções, as rusgas e o facto de as crianças assistirem a estas situações, muitas das vezes com violência por parte da polícia, são geradoras de impactos negativos, nomeadamente ao nível escolar e comportamental. Referiu também a 3ª jornada das mulheres com familiares presos/as, apresentando um caso que acompanhou de uma mulher que tinha diversos familiares presos e era mãe solteira, sendo a única pessoa que assegurava toda a dinâmica no exterior.

Da investigação, evidenciou que as relações familiares construtivas melhoram a qualidade de vida das crianças. Sugeriu que o Centro de Apoio Familiar e Apoio Parental (CAFAP) pode ser um serviço que deve responder e apoiar estas famílias, e que é preciso repensar a manutenção das relações familiares nas situações de reclusão. Por outro lado, os laços familiares permitem contribuir para a redução da reincidência. Recomenda a promoção dos direitos das crianças com mãe e/ou pai em prisão, direitos estes que têm sido invisibilizados; a realização de sessões sobre este tema em particular; a formação de diversos agentes (educação, justiça, polícias, saúde…), e a criação de visitas familiares. No seguimento desta roda de conversa foi projetado o documentário *Anti-Mulleres. Existir Mal,* que nos mostra o movimento galego Nais Contra a Impunidad, constituído por mulheres que têm ou tiveram filhas/os presas/os, e que se insurgem denunciando a repressão, a tortura e a impunidade do sistema prisional no Estado espanhol.

Estas jornadas não poderiam negligenciar a vertente da ação coletiva de combate e de resistência às prisões e, por isso, foram convidados movimentos associativos do Brasil (Pastoral Carcerária Nacional e Elas Existem - Mulheres Encarceradas) e País Basco (Salhaketa), para trocarem as suas experiências de modo a proporcionar aprendizagens, uma vez que a dinâmica de oposição às prisões é praticamente inexistente em Portugal. Uma linha transversal atravessou as três exposições: as prisões são feitas por e para homens, pelo que daí resulta um agravamento da experiência da reclusão para as mulheres. Estes três coletivos unem-se pela política de exposição e denúncia - jurídica e pública - de violações à integridade das mulheres encarceradas, posicionamento este que, tal como referido por Petra (Pastoral Carcerária brasileira), é incompatível com a lógica prisional. Daí resulta, por um lado, a restrição de acesso às prisões de ações desta tipologia e, por outro, a manutenção de movimentos (religiosos, de voluntariado) dentro das prisões que veiculam o discurso institucional. Se na realidade portuguesa isto também se verifica, o contributo da Salhaketa (País Basco) permitiu-nos pensar na necessidade de apoiar, de trabalhar igualmente com as pessoas que também sofrem as consequências do encarceramento, nomeadamente os familiares.

Por fim, apresentamos algumas conclusões retiradas destas jornadas. É crucial pensarmos que a retaliação exercida pelo Estado numa condenação pelo sistema penal tem, na sua base, o mesmo sentimento de retaliação exercida na exclusão e discriminação diariamente performatizadas. Esta é uma ideia base, fundamental, para haver uma real ação de subversão e de transformação política em que todas nos responsabilizamos, o que implica a compreensão dos mecanismos que reforçam e reproduzem este sistema social punitivo e a lógica prisional.




Também ficou claro que **a estratégia passa por tornar as pessoas diretamente afetadas pelo sistema prisional as protagonistas da ação sobre as prisões, ao invés de serem apenas objeto das formas de assistencialismo**. Assim, defendemos maiores recursos para a autonomização das pessoas na defesa dos seus direitos e na construção das nossas vidas. Consequentemente, isto implica uma responsabilização realmente coletiva e individual para a construção de sistemas de justiça equitativos que desmantelem a lógica punitiva.

Esta dinâmica de transformação convida, igualmente, a ouvir e a atuar conjuntamente com as/os profissionais que diretamente trabalham com as pessoas vulnerabilizadas e condicionadas à rota prisional, pese embora a sua prática ser limitada por vários constrangimentos institucionais. Este argumento é corroborado pelo facto de o sistema prisional não poder ser entendido isoladamente, uma vez que, tal como já foi referido, mais de metade das pessoas presas têm percursos de institucionalização desde crianças. Neste sentido, é crucial desenvolverem-se estratégias de comunicação e pedagogia em espaços comuns de entendimento e de partilha de aprendizagens entre todas: presas, familiares e pessoas relativas, ativistas, investigadoras e profissionais sociais, do direito, entre outras. Estratégias estas fundamentais para que se criem e desenvolvam ferramentas e recursos realmente eficazes para a desconstrução do paradigma penal hierárquico-punitivo e, consequentemente, para a construção de sociedades sem prisões.

**///NOTAS**

**1** Pode ler-se o comunicado em https://tinyurl.com/yd5lra6l.

A Associação Rosa Imunda acolheu um jantar-benefit para as *Jornadas as Prisões e as Mulheres*, ao qual se seguiu a apresentação do livro *Mulheres Guerreiras - A caminho da liberdade,* bem como um debate em torno das questões levantadas pelo encarceramento de mulheres. O livro é um dos resultados do projeto *PoeZine - oficina de poesia experimental e fanzine,* desenvolvido no E.P. de Santa Cruz do Bispo Feminino, e subdivide-se na fanzine escrita pelas pessoas privadas da liberdade e num conjunto de textos de pessoas convidadas. Desde logo chamou-nos a atenção o facto das autoras detidas terem sido excluídas do seu lançamento, que ocorreu no mesmo E.P. aquando de umas jornadas sobre a saúde em meio prisional, aspecto este que, de certa forma, ilustra os "mistérios da fé" de uma parceria público-privada, entre o Estado e a Santa Casa da Misericórdia do Porto, para a gestão partilhada desse E.P..

A conversa iniciou-se com as tensões e paradoxos inerentes ao projeto, na forma em que se concretizou,passando à reflexão sobre os projetos artísticos de envolvimento comunitário em contexto prisional. Debateu-se sobre a dificuldade de projectos deste tipo assumirem a sua potência política e artística, porque quase sempre acanhados intencionalmente pelo poder hierárquico, e serem pervertidos pela instituição e regime vigentes. Isto é, acontece que estes projetos servem, também, para cumprir os objectivos institucionais, mais preocupados com a sua vertente ocupacional e terapêutica, e não como um encontro/confronto com as subjectividades das pessoas privadas da liberdade, nomeadamente com a revelação da violência (sistemática e social) a que estão sujeitas. Assim, mina-se a possibilidade destas se colocarem e expressarem como sujeitas desejantes, pensantes e falantes, fora daquilo que seriam as nossas expectativas e projecções.

A partir deste projecto foi possível reflectir sobre o impacto de iniciativas deste género tanto para as pessoas encarceradas, quanto para as que os dinamizam, bem como para a instituição. Uma análise romântica verá este projecto como um espaço exótico de expressão poética prisional que chega ao exterior, enquanto que um olhar mais crítico não pode descurar os benefícios colhidos pelas dinamizadoras destas iniciativas e pelas instituições. Neste sentido, é significativa a afirmação do dinamizador do PoeZine "o que acontece é que acabamos também por contribuir para a institucionalização pacífica daquelas pessoas num contexto especialmente violento". Por um lado, o exótico reflecte-se, também, a partir dos CV's das dinamizadoras, na medida em que trabalhar nestes contextos proporciona uma sobrevalorização dos seus percursos - benefícios estes altamente assimétricos em comparação com o impacto destas iniciativas na vida das pessoas privadas da liberdade. Por outro lado, salientou-se que através destes projectos não financiados, o Estado desresponsabiliza-se parcialmente da sua suposta missão de ressocialização, embora estas instituições acabem por se apropriar destes projectos para veicular a imagem do "bom samaritano".

Ocupou grande parte da conversa o dilema com que estes projectos se debatem, por um lado ao serem potencialmente perversos legitimando o discurso institucional, por outro ao constituírem uma oportunidade para as pessoas detidas combaterem os efeitos do encarceramento. Assim, perguntou-se quais as estratégias que podem subverter a lógica prisional, contribuindo para a problematização da instituição? Na base desta pergunta está a escrita tímida das mulheres, sobre o que à partida seria expectável, culpa, arrependimento, saudade, família, ao invés de uma crítica desejável ao sistema em si. Aspecto este que deve ser entendido à luz do contexto do projecto mas, por outro lado, note-se que o facto de os seus textos terem extrapolado os muros permite-nos questionar, no limite, toda a rota da exclusão, na qual a prisão é um instrumento crucial. Ou seja, mesmo que a disseminação desta zine tenha sido limitada (e é interessante questionar porquê), e apesar da maioria dos textos das reclusas serem "simples", é importante, realçar o seu papel na diminuição da distância entre o dentro e o fora ao permitirem, quando atingem o exterior, a reflexão e problematização do sistema prisional.

Por último, destaca-se a diferença física entre os cadernos que compõem a obra Mulheres Guerreiras - A Caminho da Liberdade, uma vez que contrasta com a zine (das reclusas) fotocopiada um caderno, cuidadosamente editados digitalmente, com textos de pessoas do exterior mais ou menos ligadas às temáticas suscitadas pela zine. Diferença esta que aponta para um desequilíbrio da relação de forças, acabando por reproduzi-la, e que, infelizmente, esta desigualdade não é assumida nem criticada nas notas de apresentação do coordenador do projecto. Os lugares de privilégio e opressão em que cada dimensão está dão-se simplesmente como naturais.

# Deter imigrantes em Portugal: quebrar o silêncio

SEF

**ARIA MARIPOSAS**

Os centros de detenção de migrantes são centros onde as pessoas, legalmente tidas como «indocumentadas», «irregulares» ou «ilegais» (linguagem frequentemente utilizada no debate público), são confinadas enquanto esperam ser identificadas e, porventura, deportadas para os seus países de origem. É importante realçar que estas pessoas, adultos e crianças, se encontram encarceradas nestes lugares sem terem cometido qualquer crime. Expiam somente a *culpa* de não terem documentos «regulares», segundo a lei de imigração em vigor (que é uma sanção administrativa e não penal). É por isso que, de acordo com outras ativistas e académicas que estão a trabalhar sobre este tema, optamos por usar a expressão «legalmente produzidas», pois esta «ilegalidade» resulta de uma construção sociopolítica e legal historicamente situada.

Nos últimos anos, os centros de detenção para migrantes têm proliferado na Europa e no mundo, paralelamente à proliferação de fronteiras, internas e externas, e de dispositivos para gerir a mobilidade humana, filtrá-la e selecionar quem é excluído/a, às vezes temporariamente, outras vezes permanentemente, das nossas sociedades. No entanto, quem é incluído/a, frequentemente é exposto/a à violência e à exploração, sem garantia de direitos.

Em Portugal, a prática de confinar as pessoas devido ao seu estatuto migratório é relativamente recente. Remonta a 2006 a abertura do primeiro centro de detenção –denominado Unidade Habitacional de Santo António (UHSA) **–**, na cidade do Porto. Desde então, outros cincos Centros de Instalação Temporária (CIT) foram abertos dentro dos principais aeroportos nacionais, nomeadamente Porto, Lisboa, Faro, Funchal e Ponta Delgada. Nestes centros, encontram-se pessoas com histórias e percursos diversos: requerentes de asilo (incluindo aqueles que pedem o asilo nos aeroportos, podem também ficar retidos na pendência do processo por um período não superior a 60 dias); mulheres em fuga de situações de violência doméstica (podem requer a concessão de título de residência desde que o Ministério Público deduza acusação contra o agressor); pessoas provenientes dos estabelecimentos prisionais (no âmbito de uma condenação com pena assessória de expulsão, mas, importa referir que, com as alterações à Lei da Imigração ocorridas em Setembro de 2017, foram repostas os limites à expulsão administrativa); e outras que estiveram a viver e trabalhar em Portugal durante muitos anos. Muitas pessoas detidas vêm das ex-colónias portuguesas (por exemplo do Brasil e de Cabo Verde). O que demonstra como estas instituições incorporam e reproduzem um poder colonial (inclusivamente racista e heteropatriarcal). É também importante realçar que, ao contrário de outros países europeus, em Portugal as crianças podem ficar retidas com os seus progenitores durante os 60 dias previstos pela lei em vigor.

> É importante realçar que estas pessoas, adultos e crianças, se encontram encarceradas nestes lugares sem terem cometido qualquer crime. Expiam somente a culpa de não terem documentos «regulares», segundo a lei de imigração em vigor.

Hussaini refugiado do Paquistão que fugiu da guerra dos talibãs e que partilhou a sua história, podendo nós, através dela, perceber as condições a que são submetidas as pessoas em centros de detenção e a forma violenta e repressiva como são tratadas pelas autoridades: «A polícia apanhou-nos no Porto. Nós pedimos asilo e um polícia disse que "não havia asilo em Portugal". Eu disse: "deixem-me ir para qualquer outro lugar, pois necessito de proteção internacional". Levaram-me algemado para a prisão, como se fosse um criminoso. Puseram-me numa pequena cela e eu passei uma noite ali, sem qualquer tipo de conforto e comida. Na manhã seguinte, levaram-me para o tribunal, mas o juiz decidiu pôr-me no centro de detenção do Porto durante dois meses, sem ter cometido qualquer crime, só porque não tinha a devida documentação. Nunca fiz nada de errado, era apenas um refugiado. Fui muito mal tratado no centro de detenção. Não havia condições, comida decente, não conseguíamos dormir bem, não havia com que lavar a nossa roupa, não havia atividades em que participar para passar o tempo e sobreviver de uma melhor forma. Não havia forma de sair, pois não podíamos contactar quaisquer advogados, amigos ou famílias que nos apoiassem, para que pudéssemos sair daquele inferno. Fiquei completamente desorientado, pois perdi as minhas esperanças e desejos. Não via futuro à minha frente, pois parecia estar cego. Não podia ouvir nada, não conseguia dizer o que quer que fosse, não tinha como lutar pelos nossos direitos. A maioria dos presos ficam mentalmente perturbados, alguns deles tentaram suicidar-se e outros tentaram fugir daquele inferno, mas não havia como escapar. Estavam a afligir-nos mentalmente, grande parte dos detidos estavam completamente perdidos. Nunca vi refugiados serem tratados assim. Asilo significa proteção, não ser posto num inferno. Não há lei que legitime pôr refugiados num ambiente prisional como aquele. Pois, toda a gente quer viver com as suas próprias as-

**Continua na página 26**

# DESAFIAR A INVISIBILIDADE DA PRISÃO

## FOTOGRAFIAS DE WILLIAM SANDS

## PROJECTO VOIZES ARCHIVE

O Jornal MAPA dá espaço à fotografia de William Sands e ao projeto VOIZES, sediado em Barcelona. As imagens tencionam levar o leitor a tornar-se ouvinte em *voizes.org* onde está depositado um arquivo de vozes de quem esteve preso.

VOIZES desafia os mitos e estereótipos do encarceramento mas também desmistifica a experiência da prisão para que exista lugar para uma conversa sincera e transparente acerca da reforma da justiça criminal e da abolição da prisão. Enquanto arquivo de vídeo *online* de entrevistas a pessoas que estiveram presas em instalações estatais, o seu objetivo é desafiar a invisibilidade do encarceramento através da experiência daqueles que estiveram presos. O projeto cumpre três funções principais: documento histórico, ferramenta e recurso educativo, e ser parte de uma rede de apoio a indivíduos e coletivos que desafiam o complexo prisional. Atualmente, *Voizes Archive* é composto por 18 entrevistas, realizadas entre Espanha e os Estados Unidos, e pela *Detention Architecture,* uma série fotográfica de imagens satélite de complexos prisionais, centros de detenção de imigrantes e outras instalações de encarceramento.

Em setembro foi lançado uma campanha de *crowdfunding* para financiar a realização de mais entrevistas, através de colaborações pagas com coletivos de *media*, mas também para melhorar o uso do *site* do projeto para fins educativos. A colaboração com o projeto peruano de comunicação popular *Tomate Colectivo* será a primeira neste âmbito, prevendo-se outras nos Estados Unidos, México, Chile, Argentina, Egipto, Palestina, Chipre e Rússia.

O projeto VOIZES acredita que uma reforma na justiça criminal deve ser baseada na experiência e guiada por aqueles que foram mais afetados pelo complexo industrial prisional. O projeto pode ser apoiado através do *site* de *crowdfunding* em: **chuffed.org/project/voizes**

Prisão de Botafuegos (Espanha)

Prisão de Valley State (California, EUA)

Prisão de Estremera (Espanha)

FCI Gilmer (EUA)

Soto del Real (Espanha)

Prisão de Rikers Island (Nova Iorque, EUA)

Prisão de Ucciardone (Palermo, Itália)

Prisão de Jews Valley (EUA)

**Continuação da página 23**

pirações, desejos e esperanças. E ninguém tem o direito de arrebatar os objetivos e esperanças de quem quer que seja.»

As estatísticas nacionais acerca das pessoas detidas em Portugal são pouco claras. O último Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo refere que, no ano de 2016, aumentaram significativamente as atividades de identificação de «cidadãos estrangeiros em situação irregular» (cit.) (através de um incremento nas ações de inspeção e de fiscalização), o que levou à instauração de 835 processos de afastamento coercivo do país. Trezentas e setenta e cinco pessoas foram efetivamente afastadas, ou seja, deportadas (3,3 % mais do que em 2015), tendo a maioria das quais sido detidas (só na UHSA foram detidas 187 pessoas ao longo de 2016). É significativo realçar que, em muitos casos, estas pessoas tinham sido previamente encarceradas em instituições prisionais ou, como salienta o mesmo relatório, «associadas a criminalidade grave e/ou violenta em todo o território nacional» (confirmando a forte ligação entre os dois sistemas, prisional e de detenção administrativa).

As políticas de imigração promovem a criminalização de quem denuncia, mediante a sua subalternização, as desigualdades sociais promovidas pelos estados. Querendo dirigir a atenção para as questões de género, as estatísticas europeias, assim como vários estudos, demonstram uma maior criminalização e encarceramento de cidadãs estrangeiras pelos sistemas de justiça. Além disso, como se verifica em Portugal, as penas aplicadas a cidadãos e cidadãs estrangeiras são maiores do que as aplicadas a quem tem nacionalidade portuguesa, apesar de vários estudos comprovarem a matriz racista deste fenómeno verificando que pessoas com nacionalidade estrangeira cometem menos crimes.

> Não há lei que legitime pôr refugiados num ambiente prisional como aquele. Pois, toda a gente quer viver com as suas próprias aspirações, desejos e esperanças. E ninguém tem o direito de arrebatar os objetivos e esperanças de quem quer que seja.

É importante relevar como os nacionalismos se erigem numa base patriarcal, conferindo especificidades na construção social da mulher imigrante. A interseccionalidade sobre esta questão interpõe-se para que seja possível perceber como as diferentes formas de opressão com base no género, classe, raça, etnia, local de origem, sexualidade, entre outras categorias identitárias, definem as experiências das mulheres de nacionalidade estrangeira.

Em Portugal, e especificando as mulheres cidadãs de países terceiros nas prisões, a taxa de encarceramento, desde o ano 2000, tem crescido consideravelmente, situando-se nos últimos anos entre os 24 e os 25 %. Daí que Portugal seja um dos países da Europa com maior número de mulheres de nacionalidade estrangeira nas prisões. Segundo as estatísticas mais recentes da Direção Geral dos Serviços Prisionais, correspondentes ao 3.º trimestre de 2016, 24,74 % das mulheres presas são mulheres de nacionalidade estrangeira, sendo 53,8 % destas de países africanos, nomeadamente de Cabo Verde, que é o país com maior representação, com 29,9 %. Cerca de 20 % provêm de países da América Latina, de entre as quais 15,4 % são brasileiras. Relativamente à taxa de mulheres estrangeiras em prisão preventiva, esta é altíssima, situando-se nos 41,5 % e constituindo mais do dobro em comparação com a taxa de mulheres portuguesas em prisão preventiva, que é de 18,1 %.

Dentro das prisões femininas, os dispositivos de controlo e punição são enviesados pelas noções de género, sexualidade, etnia, local de origem, entre outras marcas identitárias, particularizando a experiência das mulheres de nacionalidade estrangeira encarceradas. O sistema judicial, da mesma forma, reproduz noções hegemónicas de feminino e feminilidade na forma como pune as mulheres. A tendência é para uma maior exclusão e discriminação, reproduzindo também o racismo institucional. Por exemplo, à aplicação da prisão preventiva, à dificuldade ou quase impossibilidade de obter saídas precárias, para algumas mulheres acresce a dificuldade da língua, o desconhecimento das leis e a desconfiança do sistema judicial que normalmente as persegue, a falta de visitas e o extremo isolamento. Vários estudos demonstram, também, que tendencialmente são aplicadas penas maiores às mulheres em comparação com as penas aplicadas a homens de nacionalidade estrangeira, perante o mesmo tipo de crime.

As políticas de controlo das fronteiras e de imigração levam-nos ao questionamento dos discursos e práticas ancorados em noções de nação, identidade nacional, território nacional, fronteira, cidadania. A ideia de nação, essa comunidade imaginada, construiu-se e (re)produz-se através de narrativas que tentam veicular a ideia de pertença a um determinado território por um determinado grupo populacional regulado por um aparelho de estado. Estas narrativas baseiam-se numa noção de cultura monolítica e ficcionada, que está subjacente aos processos de construção de identidade nacional e servem os propósitos de legitimação do poder do estado, especialmente no que concerne à livre entrada, circulação e permanência de pessoas no que é definido como território nacional. Desta forma, o controlo das fronteiras e da população que dentro delas existe é uma necessidade intrínseca à existência desta formação político-ideológica de estado-nação. A construção da identidade nacional estabelece-se através de processos de outridade excludentes que resultam no racismo e xenofobia tão necessários para a manutenção da ordem política económica, pois naturalizam as desigualdades sociais desresponsabilizando as autoridades políticas e legitimando a repressão e violência de estado. A diversidade cultural intrínseca a qualquer sociedade é ignorada. A produção da diferença como negativa e a construção de outros hostis transparece nas políticas de imigração e de controlo das fronteiras, nos *media* e nas instituições. Produzir simbolicamente pessoas de segunda, desumanizar determinados grupos e pessoas, serve a sustentação da hierarquia necessária à manutenção da ordem política e económica capitalista, colonialista e heteropatriarcal.

# Catalunha na Berlinda

**Caganers que representam os principais actores do conflito catalão, desde os presidentes Puigdemont e Rajoy às polícias de cada um dos governos. O Caganer é um elemento satírico imprescindível em qualquer presépio catalão.**

**DELFIM CADENAS**
DELFIMCADENAS@JORNALMAPA.PT

A aspiração manifesta dos independentistas a constituir um novo estado na Catalunha não questiona o facto da organização de uma nação em estado beneficiar sobretudo as suas elites, sejam elas económicas, políticas, religiosas ou militares. Para a vida da gente normal, pagar impostos a um estado novo ou a outro já existente, na verdade não faz grande diferença. Contudo, a auto-determinação da Catalunha traria uma grande vantagem para os que sabem que neste sistema, o Estado, seja ele qual for, será sempre dos mesmos: os catalães livrar-se-iam do problema nacional, que lhes enreda a existência, e poderiam canalizar a energia daí resultante para encarar outros aspectos da vida que vai de mal a pior à escala local e planetária. Mas conseguir esse objectivo não lhes será nada fácil.

Dito isto, observemos em retrospectiva a actualidade neste cenário de um conflito com séculos de história que periodicamente ressurge, onde, desde há meia dúzia de anos, literalmente, a independência passou de ter o apoio de um terço para metade da população. Há muitos catalães que defendem a unidade com Espanha e muitos residentes espanhóis ou catalães de ascendência espanhola apoiantes da causa independentista.

A Catalunha concentra as atenções de meio mundo e esta situação provavelmente manter-se-á depois das eleições no final do ano, cujos resultados, tudo indica, confirmarão a divisão da sociedade entre independentistas e unionistas, mantendo-se o imbróglio actual. As acções e reacções verificadas nos últimos dois meses, afastam para um passado quase histórico as memórias do referendo de 1 de Outubro, as cargas policiais contra gente comum ou o momento da declaração de independência.

A decisão do governo de Madrid de intervir a autonomia da Catalunha, na sequência da declaração unilateral de independência, e a erupção da via judicial como solução para o problema político que lhe é inerente, trouxeram para as ruas das vilas e cidades uma parte substancial da população habitualmente arredada da exposição pública. No centro de Barcelona sucedem-se as manifestações com centenas de milhar de pessoas. Umas pela liberdade dos políticos presos e contra a repressão do Estado, outras, menos frequentes, pela unidade de Espanha. A tensão política e social afecta em maior ou menor medida toda a gente. Depois da prisão de mais de metade do governo catalão, nos acontecimentos desportivos ou culturais e nas concentrações diárias de independentistas, o grito "*Libertat*" substituiu o de "*Independencia*".

A semana em que escrevemos este artigo, a segunda deste mês de Novembro, começou com o corte matinal de ruas e estradas, exigindo a libertação dos presos relacionados com o processo,

> (...) as ligações de alta velocidade com Madrid, foram bloqueadas através da invasão das vias por centenas de pessoas na principal estação ferroviária de Barcelona

uma acção coordenada dos CDR (Comités de Defesa do Referendo, agora designados "da República"), que foi o balão de ensaio para a greve geral contra a repressão, realizada na quarta-feira, a segunda convocada no espaço de um mês. Esta "paragem do país" convocada por um sindicato minoritário, a Intersindical-CSC, foi apoiada pelas entidades soberanistas da "*sociedade civil*", Omnium Cultural e Assembleia Nacional Catalã (ANC), e teve como principais protagonistas os CDR que conseguiram impedir ou dificultar enormemente a mobilidade em todo o território.

As comunicações por estradas nacionais e auto-estradas com Valência e Aragão foram seriamente afectadas e o bloqueio durante todo o dia das vias de fronteira com França e Andorra somou-se ao caos circulatório no interior da Catalunha, onde se produziram muitos mais que os 70 cortes, alguns deles permanentes, das principais artérias da rede viária, reconhecidos pelo ministro do interior espanhol, durante toda a jornada. Na principal estação de autocarros de Barcelona, piquetes e manifestantes impediram a saída de veículos, desde a primeira hora da manhã e ao mesmo tempo, várias das linhas ferroviárias da Catalunha foram cortadas. No desimpedimento de estradas, ruas e avenidas registaram-se os primeiros incidentes entre os "Mossos de Esquadra", a polícia catalã, e manifestantes, depois da intervenção da autonomia. Ao fim da tarde, as ligações de alta velocidade com Madrid, foram bloqueadas através da invasão das vias por centenas de pessoas na principal estação ferroviária de Barcelona. O mesmo movimento já ocorrera a partir das 8 horas da manhã em Gerona, cortando a ligação do AVE com França. Ao cair da noite, ao mesmo tempo que ainda decorriam grande parte destas e de muitas outras acções, foram feitas concentrações multitudinárias nas principais localidades reivindicando a liberdade dos presos e de rejeição à repressão do estado.

Foi a primeira vez em décadas que uma greve geral na Catalunha foi gerida politicamente pelo governo espanhol, que não conseguiu impedir o êxito relativo alcançado. Esta "paragem de país" não contou com o apoio dos sindicatos estatais, maioritários na Catalunha, com o argumento de que se tratava de "*uma mobilização política e não um conflito laboral*", abrindo a porta à justificação de perseguições judiciais futuras, uma vez que a greve política está proibida no estado espanhol. Como era de esperar, não teve o impacto na indústria e no comércio que conseguiu a realizada dois dias depois do referendo. Mais que pelos efeitos sobre a actividade económica, o sucesso da greve geral foi avaliado pela persistência das acções durante a jornada por todo o território catalão, logrando visualizar o clamor pela libertação dos presos. As notícias nos vários meios referiram o papel destacado na organização destas acções dos CDR, um novo vocábulo no léxico do processo a ter em conta na evolução dos acontecimentos.

No fim do dia seguinte à greve geral, as filas soberanistas recebiam com indignação a decisão do Supremo Tribunal de Justiça de enviar a passar uma noite na prisão a presidente do parlamento catalão, Carme Forcadell, depois de ter tomado declarações aos cinco membros da mesa daquela instituição, pelos mesmos crimes de que estão acusados também os membros do governo

**No dia 1 de Outubro a realização do referendo considerado ilegal por Madrid, foi interrompida nalguns pontos de voto pela violência da Polícia Nacional e da Guardia Civil**

catalão presos à ordem da Audiência Nacional. O seu estatuto de deputados em funções obriga a que seja aquele tribunal o competente para os julgar. O juiz titular do processo decretou prisão iludível sob fiança para todos eles, mas enquanto aos outros quatro deu uma semana para pagar a fiança, a Forcadell não lhe deu esse prazo, enviando-a para a prisão até que a tornasse efectiva. Embora a decisão seja mais favorável a estes arguidos que aquela que foi ditada aos processados pela Audiência Nacional (pode constituir um sinal da sua possível libertação em breve se, como vem sendo comentado, todos os processos relacionados com o referendo e a proclamação da república independente acabarem no STJ) foi recebida como "*uma ofensa aos catalães*" através da presidente do seu parlamento eleito, o único cargo institucional ainda em funções. Uma atitude que certamente terá resposta na afluência à manifestação convocada para sábado sob o lema: "*libertação dos presos políticos, somos república*", que se prevê multitudinária, mais uma vez.

Nestes dias ganhou importância também o debate sobre a constituição de uma candidatura única independentista às eleições e, apesar dos prazos curtos de tempo para a concretizar, não está ainda descartada como hipótese. Sobretudo depois de dois colectivos de cidadãos terem decidido somar esforços para pressionar os partidos no sentido de constituir uma lista unitária que candidate os presos do processo, o presidente e os conselheiros no exílio, os querelados até agora pelo referendo e os presidentes de câmara que nele participaram. Este movimento, que tem uma semana para conseguir este objectivo através da fórmula de "agrupação de eleitores", surgiu como reacção à incapacidade (ou pouca vontade) dos partidos independentistas em se porem de acordo na formação de uma coligação que transforme as eleições num plesbicito. São muitos os observadores que vêem por detrás desta iniciativa a mão do partido da direita PDeCAT, do presidente Puigdemont, que perderá muitos votos se se candidatar sozinho, mas é uma proposta que acolhe muito apoio nos que acreditaram que isto da república independente era a sério. Para já a proposta de lista independentista conjunta às eleições não parece acolher a anuência da Esquerra Republicana e das CUP, que reúnem os seus órgãos máximos no fim de semana para se posicionar .

Nas últimas semanas voltaram a fazer-se ouvir pronunciamentos nas fileiras independentistas no sentido de que se resolva o conflito através de um referendo pactado, colocando a tónica *"na falta de democracia do estado espanhol*". Até ao fim do ano, tudo aponta a que o ritmo variará entre momentos de mais crispação e outros de descompressão, marcados pelo jogos partidários e as movimentações de uma campanha eleitoral atípica e inesperada. Deve ter-se presente também o aparecimento de acções da extrema-direita, com incidentes, algo que aqui era apenas esporádico, em datas assinaladas, como no dia de Espanha.

> (...) o modo como tem sido conduzido o conflito com a Catalunha revela uma estratégia, pensada e posta em prática deliberadamente, de recentralização do Estado espanhol.

Nesta conjuntura destaca-se a passividade das instituições europeias perante a brutalidade policial no referendo de 1 de Outubro e a judicialização de um problema político, invocando o argumento de que "*é um assunto interno de Espanha*". O que parece revelar que esta é a doutrina acordada para os conflitos do mesmo tipo que possam surgir no continente e que a Catalunha é o laboratório de ensaios. Mas a posição da justiça belga, não acedendo, para já, às pretensões espanholas de detenção de Puigdemont e dos quatro ministros que o acompanham em Bruxelas para esquivar uma prisão anunciada em Espanha, pode vir a introduzir algum matiz. Será difícil ignorar a presença na capital da Europa deste cabeça de lista independentista às próximas eleições, que assume o estatuto de presidente legítimo no exílio.

Uma vitória dos partidos unionistas (Ciudadans, PSC e PP) nas eleições de 21 de Dezembro adiaria por tempo indeterminado as aspirações independentistas, mas é dada como improvável. Está por ver também qual será o papel das entidades da "*sociedade civil*" no período eleitoral, designadamente se os CDR vão manter o protagonismo dos últimos dias na nova fase do conflito, que só com uma repressão generalizada ou com uma negociação política que reencaminhe e esvazie o processo conseguirá suster o impulso soberanista.

Procuraremos manter os leitores informados na edição digital http://www.jornalmapa.pt se se produzirem evoluções assinaláveis.

### No passado recente

Está bastante estendida a opinião de que se o PP não tivesse recorrido o estatuto de autonomia votado na Catalunha, em 2006, argumentando a inconstitucionalidade de alguns artigos, especialmente aquele que designava a Catalunha como uma nação e os outros que concediam melhorias no financiamento da autonomia, nada do ocorrido nos últimos sete anos tinha sido igual e o apoio à independência não ultrapassaria um terço da população.

Declarações recentes de responsáveis do partido do governo apontam para que o modo como tem sido conduzido o conflito com a Catalunha revela uma estratégia, pensada e posta em prática deliberadamente, de recentralização do Estado espanhol. A tensão mantida estes anos, sem dar nada em troca para contentar os catalães, teria esse objectivo: retirar poder ou acabar com as autonomias. E "*se a coisa der para o torto*", o estado espanhol está habituado a lidar com situações extremas, como se viu com a derrota militar dos bascos.

O último capítulo deste processo iniciou-se em 2015, quando as forças independentistas elegeram uma maioria parlamentar que levava no programa o compromisso de convocar um referendo vinculante. Se a maioria expressasse essa vontade seria declarada a independência e proclamada a república. Dois anos e quatro meses depois concretizavam o prometido na campanha eleitoral, um comportamento raro no panorama político institucional, convocando o referendo.

O governo de Rajoy declarou-o ilegal e anunciou que este não se realizaria, afirmação repetida até ser evidente em todo o mundo que estava em marcha, pela divulgação em directo das imagens de grande violência das cargas policiais[1]. Para o impedir pela acção repressiva, o governo central duvidava da obediência dos "mossos de escuadra", mas confiava na eficácia dos cinco mil polícias nacionais e guarda-civis habitualmente em serviço na região autónoma, reforçados pelos dez mil agentes destas forças policiais deslocados de todo o território. Alguns deles tiveram despedidas televisadas nas suas terras de origem, onde se viam populares enrolados em bandeiras espanholas aplaudindo cortejos de viaturas

**a Guerra dos Segadors (ceifeiros), desencadeou-se em Barcelona em Junho de 1640 e jogou a favor da restauração da independência de Portugal em Dezembro do mesmo ano.**

da *guardia civil* aos gritos de "*A por ellos! A por ellos!*". Um convite a que lhes carregassem, a "*Ellos*", os catalães independentistas, naturalmente. A animosidade cultivada e instigada contra os catalães já vem de longe e tem raízes nos episódios históricos referidos no fim do artigo

Estas encenações não intimidaram os dois milhões e trezentos mil residentes, num censo de cinco milhões e meio de eleitores, que votaram no referendo. Isto apesar do dispositivo policial disposto por todo o território, que incluiu o alojamento de parte dos efectivos em três paquetes de cruzeiro ancorados nos portos de Barcelona e Tarragona com uma semana de antecedência, "*onde permanecerão pelo tempo que for preciso*"; das buscas realizadas nos dias anteriores em vários edifícios dos departamentos do governo autónomo e da detenção de alguns altos funcionários relacionados com a logística do referendo; das buscas realizadas em tipografias e sedes partidárias; da apreensão de propaganda; do fecho de centenas de páginas web; da censura mediática; da apreensão de boletins de voto.

A reacção do estado espanhol intervindo a autonomia e convocando eleições, contra o que considerou uma decisão ilegal, baseada em leis declaradas inconstitucionais e no mandato dos resultados de um referendo à população não reconhecido como válido, deixou atónitos os independentistas e aqueles que, não o sendo, defendem o direito de quem vive na Catalunha a decidir sobre o seu futuro e sobre as instituições autonómicas.

Este movimento do governo de Madrid foi acompanhado pela acção do aparelho judicial, há muito mobilizado contra o processo independentista, enviando para a prisão a maioria dos membros do governo autónomo, pela convocatória do referendo legitimador da declaração de independência, realizado a 1 de Outubro. Estas detenções vinham juntar-se às verificadas quinze dias antes, prévias à declaração de independência, dos dois presidentes das duas organizações da "*sociedade civil*" catalã, a Omnium Cultural (uma entidade criada para defender a língua catalã, proibida durante o franquismo) e a ANC (Assembleia Nacional Catalã), acusados de sedição pelo seu papel na organização do referendo.

Omnium Cultural e ANC desempenharam um papel central no processo independentista desde 2012. A Omnium ao convocar a primeira manifestação multitudinária na semana seguinte à declaração de inconstitucionalidade do estatuto catalão, sob o lema: "*Som una nació. Nosaltres decidim*" (Somos uma nação. Nós decidimos). A ANC, organizada em assembleias territoriais e de sector de actividade, foi quem tutelou o roteiro que orientou o processo até ao actual cenário, cumprindo o programa aprovado quando da sua fundação na Conferência Nacional para o Estado Próprio, realizada naquele ano, onde constavam os pontos seguintes: "*a formação de uma maioria no Parlamento de Catalunha, a convocatória dum plebiscito de autodeterminação nacional*, a *proclamação da independência e a constituição do estado catalão soberano*".

> Em Espanha não houve corte com o passado, foi o próprio regime franquista que pilotou a "transição" da ditadura para a "democracia"

Os partidos independentistas, da direita, da esquerda e da extrema-esquerda, atingem o objectivo da maioria parlamentar nas eleições de Maio de 2015 com aqueles pontos incorporados nos seus programas eleitorais. A transversalidade social da ANC permitiu juntar membros de organizações políticas aparentemente antagónicas, pelos interesses de que se reivindicam. Convergência é um partido da burguesia catalã, As CUP (Candidaturas de Unidade Popular) são uma plataforma de várias organizações da extrema esquerda anti-capitalista, ecologista, feminista e independentista. As CUP desempenhariam um papel fundamental pela mobilização conseguida de parte dos influentes sectores libertários e anarquistas, tradicionalmente arredados do circo eleitoral, mas já fartos da atitude intransigente do governo espanhol de não permitir o referendo sobre "o direito a decidir". E, finalmente, a Esquerra Republicana, um partido cuja história remonta à segunda república, enraizado na pequena burguesia, independentista e republicana, unanimemente considerado o favorito a ganhar as próximas eleições (o seu presidente Oriol Junqueiras, é um dos membros do governo que se encontra preso).

Foi a ANC através das suas assembleias, que reúnem gente de todas estas proveniências, e os C.D.R, criados em assembleias de vizinhos dos bairros das principais cidades, onde as CUP têm influência, as bases que permitiram a realização material do referendo de 1 de Outubro, com a ocupação de véspera dos edifícios onde funcionaram os colégios eleitorais, a ocultação de urnas e boletins de voto e quem organizou a resistência pacífica à acção das forças repressivas no assalto aos centros de votação,

### Evolução na continuidade do franquismo

A natureza do regime espanhol determina em grande medida o modo de actuação do estado no conflito catalão. Em Portugal, no dia em que foi derrubada a ditadura, a primeira lei destituiu o Presidente da República e o Governo, dissolveu a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado, dando por finda a vigência do Estado Novo. Nos dias seguintes, os membros da polícia política que não fugiram foram presos; os Tribunais Plenários foram extintos; e alguns meses depois já pouco restava do regime ditatorial, ao ponto de ninguém se querer identificar publicamente com ele.

Em Espanha não houve corte com o passado, foi o próprio regime franquista que pilotou a "transição" para a "democracia". À morte do ditador, em Novembro de 1975, seguiu-se-lhe na chefia do Estado o príncipe que ele tinha nomeado "sucessor com título de rei" seis anos antes. Sim, esta monarquia espanhola deve-se a Franco. As forças repressivas, os tribunais, o aparelho de Estado, enfim, a superestrutura estatal continuou no seu funcionamento ordinário, com as ligeiras variações necessárias à lenta mudança.

A chamada "*Transición*" começou a ser preparada no início dos anos setenta na sequência da visita do director adjunto da CIA, "*a fonte inspiradora de uma mudança pacífica*" do regime franquista. É o que revela, num livro recente[2], um general da inteligência militar espanhola, integrante do grupo restrito que estabeleceu contactos com os opositores ao regime, redigiu informes e planeou operações que deixaram "*atado e bem atado*" o futuro de espanhóis, galegos, bascos e catalães, nesse processo que culminou com a aprovação da Constituição "*restauradora de la España democrática*", em 1978.

Esta "lei fundamental", redigida com ruído de sabres como música de fundo, instituiu o Estado das Autonomias, uma forma de equiparar as "nações históricas", que recuperavam por esta via alguns dos seus direitos ancestrais, às várias regiões que não têm esta característica. Este

**Apoiantes do independentismo celebram a declaração unilateral de independência feita pelo presidente Puigedmont a 10 de Outubro. Passados oito segundos, no mesmo discurso, Puigdemont declarava a suspensão da declaração para abrir vias de diálogo.**

conceito ficou conhecido com a designação "*café para todos*", em suma, uma solução pensada para estorvar no futuro as aspirações de autodeterminação dos bascos, catalães e galegos. As entidades anti-franquistas subscritoras dos pactos que permitiram a transição, designadamente os partidos socialista e comunista, alguns dos partidos nacionalistas e os sindicatos UGT e Comissiones Obreras, todos legalizados no decorrer deste processo, no fundo, partilhavam este conceito. A CNT (Confederacion Nacional del Trabajo), que reunia os sindicatos autónomos de tendência anarco-sindicalista, foi a única das organizações de âmbito estatal a não assinar os famosos *Pactos de la Moncloa,* nos quais se acordaram os termos da *Transición*.

Esta obra de engenharia política, concebida para permitir a evolução na continuidade do regime anterior e que serviu os vários interesses instalados durante quatro décadas, teve por autores quatro franquistas das diferentes sensibilidades, um socialista, um comunista e um catalão de direita, os chamados "*Siete Padres de la Constituición*". Muitos autores referem que deveria ser acrescentado um mais, o general que escreveu no artigo oitavo: "*As Forças Armadas têm como missão garantir a soberania e independência de Espanha, defender a sua integridade territorial e o ordenamento constitucional*". Estava feito o "nó górdio" que faltava para atar a nova realidade política, pois, em última análise, deixava a tutela da Constituição às Forças Armadas. Algo inaudito, mas real. Uma ameaça que não deve ser ignorada nesta crise, caso não seja resolvida com a aplicação recente do famoso artigo 155 da Constituição, que tem suspensa a autonomia desta comunidade pelo menos até depois das eleições convocadas para 21 de Dezembro próximo.

Nestes antecedentes pode encontrar-se, em parte, a explicação dos posicionamentos dos vários partidos da esquerda com vocação estatal espanhola, o PSOE e os descendentes do PCE, onde se inclui Podemos, perante o conflito que alastra na Catalunha.

## Proclamações da República

As tentativas da Catalunha de alcançar a independência do reino de Espanha, com as respectivas proclamações de repúblicas, vêm de longe e são recorrentes. O conflito que esteve na origem da primeira delas, a *Guerra dos Segadors* (ceifeiros), desencadeou-se em Barcelona em Junho de 1640 e jogou a favor da restauração da independência de Portugal em Dezembro do mesmo ano. O exército de 10 mil soldados enviado três anos antes por Filipe IV para reprimir as Alterações de Évora, designadas popularmente como a Revolta do Manuelinho (ver jornal Mapa nº1), foi retirado de Portugal para ir combater a revolta popular que eclodira na Catalunha, facilitando, assim, a acção dos conjurados da nobreza portuguesa. Apesar destes reforços, os exércitos castelhanos ali dispostos não conseguiram evitar que no mês seguinte aos acontecimentos em Portugal fosse proclamada a República Catalã. Durou uma semana. O avanço das tropas borbónicas levou os republicanos a suspender a república e colocar-se debaixo da soberania francesa, situação que se manteve até ao final da Guerra dos Trinta Anos. O hino nacional da Catalunha, "*Els Segadors*", reporta a estes acontecimentos históricos.

De então até aos dias de hoje, a república catalã foi proclamada em mais quatro ocasiões. Em 1873, pela Diputación Provincial de Barcelona, como estado catalão federado na 1ª República Espanhola. A proclamação foi revogada dois dias depois de ser prometida a dissolução do exército espanhol na Catalunha pelo presidente republicano Estanislao Figueras. Em 1931, como estado republicano integrante da Federação Ibérica, proclamada por Francesc Macià, também foi curta, durou três dias. Em 1934, por Lluís Companys, durante a greve geral revolucionária de 1934, como estado catalão da República Federal Espanhola, duraria 10 horas. E a última, em 10 de Outubro de 2017, por Carles Puigdemont, foi a mais breve de todas, 8 segundos, o tempo da pausa no discurso entre o anúncio da proclamação da Catalunha como "*um estado independente na forma de República*" e o anúncio da suspensão dos seus efeitos "*para que nas próximas semanas empreendamos um diálogo sem o qual não é possível chegar a uma solução acordada*". A resposta do governo de Madrid foi a aplicação do artigo 155 da Constituição, intervindo a autonomia com a dissolução do parlamento, demissão do governo e convocatória de eleições. Ao mesmo tempo que punha em marcha as medidas que levaram à prisão a maioria dos membros do governo e ao exílio em Bruxelas os restantes e o seu presidente.

### ///NOTAS

**1** Muita da informação a que o mundo inteiro teve acesso, nomeadamente as imagens de violência, foram divulgadas graças aos meios de comunicação alternativos reunidos no consórcio criado para a ocasião: www.agenciauo.org

**2** *El sueño de la transición* de Manuel Fernández-Mozón Atolaguirre, La Esfera de los libros, 2104, Madrid.

# *Queremos trabalho, não queremos dinheiro?* Cultura, negócio e trabalho gratuito

CATARINA LEAL / DESIGNPIRATA.WEEBLY.COM

**ZNM**

À primeira vista a proposta parece interessante: «O DocLisboa'17 procura pessoas responsáveis e motivadas». Porém, cedo as expectativas acabam por ser frustradas, uma vez que a proposta é «para integrar a sua equipa de voluntários»[1]. Esta, segundo o formulário de inscrição a que se pode aceder a partir do *website* do DocLisboa, poderá dinamizar várias responsabilidades inerentes à organização do festival de cinema documental, como o *Guest Office* e a *Welcome Desk*, a produção, a comunicação e imprensa, a gestão de salas, as bilheteiras, o *catering* e o bar ou ainda o acompanhamento de convidados e júris. O tipo de recrutamento pouco destoa da norma, questionando-se o candidato acerca das suas habilitações literárias, do conhecimento de idiomas e de experiência prévia de voluntariado no DocLisboa, e requisitando-se o envio do CV [2].

No conjunto de argumentos em prol do recurso a trabalho voluntário, a especificidade do setor em questão é, talvez, a que detém um maior peso. As atividades na área da cultura tendem assim a ser retratadas menos como um trabalho, sujeito a devida remuneração, e mais como a expressão de um desejo de participação em algo superior, envolto numa aura específica, cujo teor, aparentemente, é estranho a uma lógica comercial. A possibilidade de se tratar de obras com um elevado teor político, como acontece no caso do DocLisboa, contribui para a legitimação desta estratégia. Os voluntários, segundo a retórica utilizada, acabam por fazer parte de um projeto comum, envolto na reflexão e denúncia do estado do mundo, e, neste sentido, em nada distinto de um ativismo político. Face ao parco investimento na cultura, inferior a 1% do orçamento de estado, o trabalho prestado de forma gratuita chega mesmo a ser classificado como um ato de resistência.

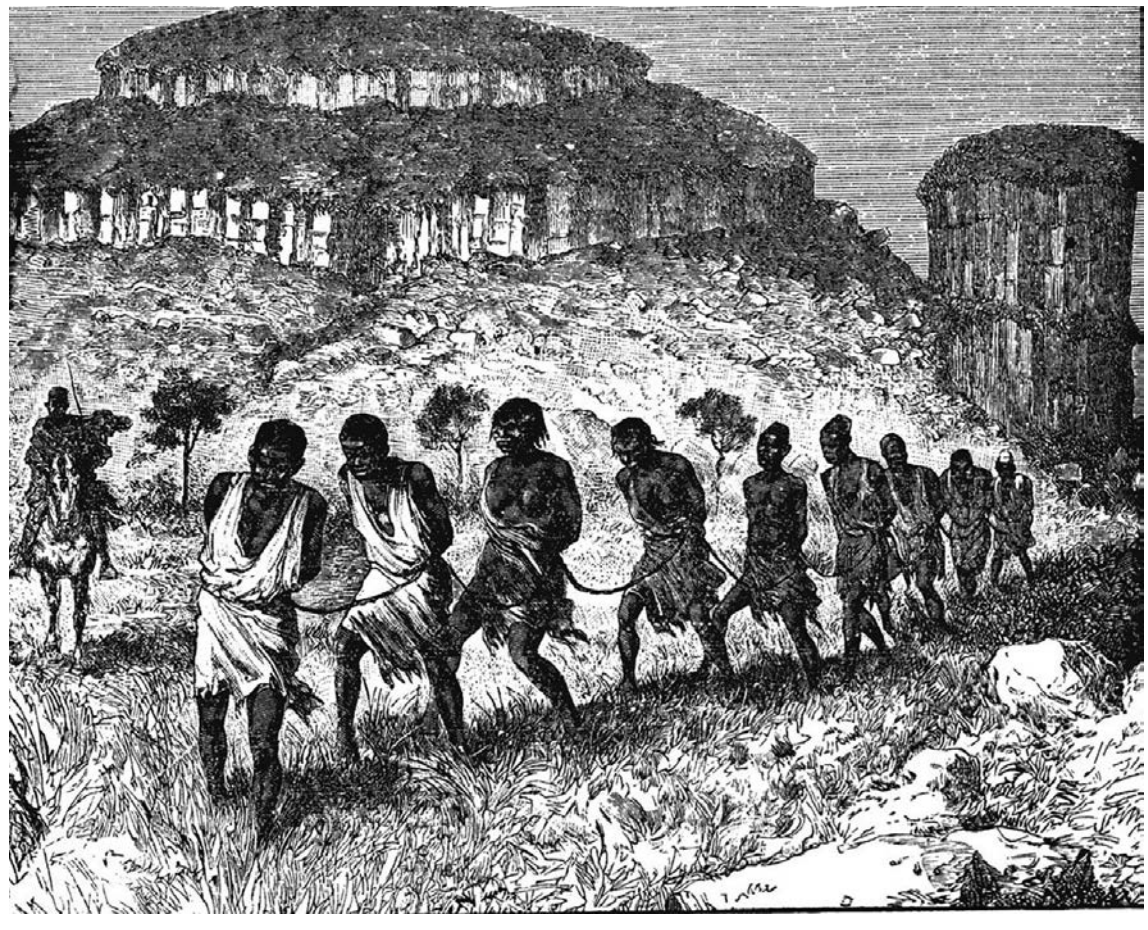
Ao mesmo tempo, destaca-se a própria experiência de conhecimento proporcionada: os filmes que se vêem, as pessoas que se conhecem, as conversas que se têm, até à alteração das posições ou dos regimes estéticos. Estes fatores são, sem dúvida, importantes, traduzindo uma porta de entrada em círculos mais restritos. No entanto, todos eles são inteiramente compatíveis com o pagamento de um salário, como se poderá comprovar pela existência de pessoas que, trabalhando nestes festivais, são sujeitas a remuneração. Mesmo que se trate de uma organização sem fins lucrativos, estes salários são garantidos por trabalho gratuito.

### Do voluntário ao estagiário

O fenómeno, todavia, não constitui uma particularidade do DocLisboa. Outros festivais de cinema e eventos culturais adotam o mesmo subterfúgio, colhendo os benefícios produzidos por uma força de trabalho não remunerada. Nalguns casos, como o do Festival Silêncio, o Motel Lx ou o Indie Lisboa, o recrutamento e gestão do trabalho voluntário são realizados por uma entidade terceira, a Marginal Voluntariado. Esta associação cultural, de acordo com a informação disponibilizada na sua página de *facebook*, é responsável pela «gestão de projetos de voluntariado em eventos»[3], como os festivais Rock In Rio e Paredes de Coura, há mais de uma década. No passado, conforme denunciado pela plataforma *online* Ganhem Vergonha, a Marginal Voluntariado chegou a recrutar cerca de 200 voluntários no âmbito da organização da regata Volvo Ocean Race. As funções então desempenhadas incluíram animações, credenciação, gabinete de imprensa ou a cobertura do evento em vídeo e fotografia, tendo sido recompensadas com a oferta de uma t-shirt, uma refeição, alternativas de transporte gratuito, um certificado de participação e a «possibilidade de se divertir imenso»[4]. A promoção ou patrocínio por parte de conglomerados transnacionais, como a Vodafone ou a Volvo, não deve por isso ser encarada como paradoxal, dadas a experiência e autorrealização derivadas da participação num projeto cultural descrito como coletivo. Afinal, seria um tanto ou quanto arrogante assumir que só o cinema documental é capaz de produzir alterações no nosso regime estético!

> Os voluntários, segundo a retórica utilizada, acabam por fazer parte de um projeto comum, envolto na reflexão e denúncia do estado do mundo, e, neste sentido, em nada distinto de um ativismo político.

Com uma particularidade distinta, fruto de se tratar de um processo de formação, a proliferação de estágios encontra-se associada a trabalhos ditos qualificados, com uma elevada componente expressiva e até deontológica. O contributo das universidades para a legitimação deste tipo de trabalho é sintomático da incorporação de uma lógica comercial no próprio domínio do ensino. A universidade passou a incorporar como uma das suas principais funções a formação e fornecimento de uma força de trabalho gratuita para o mercado. Além da integração do estágio nos planos de estudo, esta prioridade reflete-se na criação de gabinetes de inserção profissional, responsáveis pela assinatura de protocolos com entidades empregadoras; ou na organização de eventos, como feiras de emprego, em que se concede gratuitamente a empresas um espaço de divulgação e promoção. A própria docência passa a ser organizada com base neste princípio, abrindo-se a possibilidade (nalguns casos, exercendo-se pressão) da sua prestação não remunerada por parte de investigadores e bolseiros. À semelhança do acontece nas empresas e associações previamente analisadas, o estratagema é apresentado como sendo resultado da própria



A universidade passou a incorporar como uma das suas principais funções a formação e fornecimento d e uma força de trabalho gratuita para o mercado

iniciativa de quem leciona, constituindo não só a expressão de uma liberdade como um meio de enriquecimento do CV. A esperança é de um dia se vir a ser selecionado num concurso público que, muito provavelmente, nunca se verificará, uma vez que a docência já se encontra assegurada por um exército de reserva em funções.

O regime dos estágios permite que as empresas, por um lado, desenvolvam processos de recrutamento e seleção mais sofisticados, baseados na avaliação da performance do trabalhador (e não apenas de uma previsão do que esta possa vir a ser); e, por outro, possam auferir de uma mão-de-obra disposta a trabalhar gratuitamente. Esta possibilidade tem contribuído para que o estágio se tenha tornado mais num dispositivo contratual e laboral do que educativo e formativo. E a oportunidade, como é óbvio, tem sido devidamente aproveitada. No passado mês de junho, foi divulgado um documento interno da cadeia de supermercados Jerónimo Martins a recrutar familiares de trabalhadores para uma «Academia de Retalho», um programa destinado a pessoas entre os 18 e os 25 anos que, entre outros requisitos, compreendia o cumprimento de dez horas de trabalho diárias, com folgas de dois dias por semana. Embora não fosse gratuito, o valor da sua «bolsa» – 500 euros – era inferior ao do salário mínimo nacional [5].

### Neoliberalismo, capital humano e precariedade

A definição do trabalho como uma experiência, prestação ou atividade, e não como algo que produz mais-valia, beneficiando outrem, insere-se num quadro conceptual fortemente marcado pelo neoliberalismo. Este, segundo o filósofo Michel Foucault, corresponde a uma forma de governo da sociedade e dos seus componentes[6]. Nesta senda, o que faz com que uma associação de cariz cultural, a título de exemplo, possa ser classificada como neoliberal não é tanto o tipo de obras que promove – podendo estas até ser, em termos doutrinários, anticapitalistas – mas o teor dos dispositivos mobilizados na gestão da sua organização.

Crítico da intervenção direta do Estado sobre o mercado, o neoliberalismo recusa, no entanto, uma visão naturalista deste último. As relações económico-produtivas não são, deste ponto de vista, encaradas como fruto de uma ordem natural, mas sim de uma construção social e política, segundo o mercado e para o mercado, cujo sucesso depende da garantia de «condições que terão de ser cuidadosa e artificialmente organizadas»[7]. Ao invés de considerar a dimensão abstrata do trabalho, o neoliberalismo vai realçar o comportamento inerente à sua realização, identificando no trabalhador não um objeto, mas um sujeito ativo. A noção de «capital humano», avançada por Theodore Schultz e Gary Becker, remete para os componentes desta atividade, ou seja, as aptidões e competências mobilizadas na produção e que, por isso, obtêm um determinado valor. No atual quadro económico, a atribuição deste valor é realizada de acordo com os critérios que o mercado considerar adequados. Toda a expressão de vida pode ser assim incluída no rol de objetos definidores de um capital humano (até a genética, como refere Foucault) e avaliada como um bom ou mau investimento. Noutras palavras, o sujeito é ativo, mas age em conformidade com uma grelha de inteligibilidade que, em última análise,

A definição do trabalho como uma experiência, prestação ou atividade, e não como algo que produz mais-valia, beneficiando outrem, insere-se num quadro conceptual fortemente marcado pelo neoliberalismo.

decidirá a sua condição social.

O trabalho voluntário insere-se nesta lógica, surgindo enquanto significante de um conjunto de atitudes e posturas perante a vida, frequentemente solicitadas em ofertas de emprego e apresentadas no CV: proatividade, esforço, espírito de sacrifício, iniciativa. Poderá argumentar-se, como mencionado, que traduz um gosto ou mesmo uma crença na ocupação exercida. Este sentimento, aliás, pode ele próprio tornar-se num fator a considerar na avaliação de um determinado «capital humano». Todavia, a compreensão das suas implicações deverá realizar-se tendo em conta o quadro de relações sociais no seio do qual se desenvolve.

Ao impor uma relação de incerteza relativa à satisfação das necessidades básicas, a precariedade garante as bases de um governo dos trabalhadores. No final, são as entidades empregadoras que decidem qual o valor do capital humano. Como tal, e perante estas regras do jogo, não é certo que o trabalho voluntário seja mesmo voluntário. Na realidade, e dependendo de uma série de condições (classe social, género e cor), ele poderá obrigar a esforços completamente diferentes. Em todo o caso, e uma vez que o mínimo sinal de insatisfação poderá implicar a diminuição do seu valor, torna-se necessário manter essa ideia, mesmo que à custa de uma atuação permanente: demonstrar simpatia no *Guest Office* e na *Welcome Desk*, rasgar o bilhete com delicadeza; servir a bebida com um sorriso na cara, dar os parabéns ao realizador pelo excelente documentário (mesmo que se tenha detestado) e, como é óbvio, agradecer a organização pela oportunidade, alimentando a esperança de um dia poder vir-se a ser pago.

**/// NOTAS**

**1** https://goo.gl/knyUPa

**2** https://goo.gl/nogRRZ

**3** https://goo.gl/y69i17

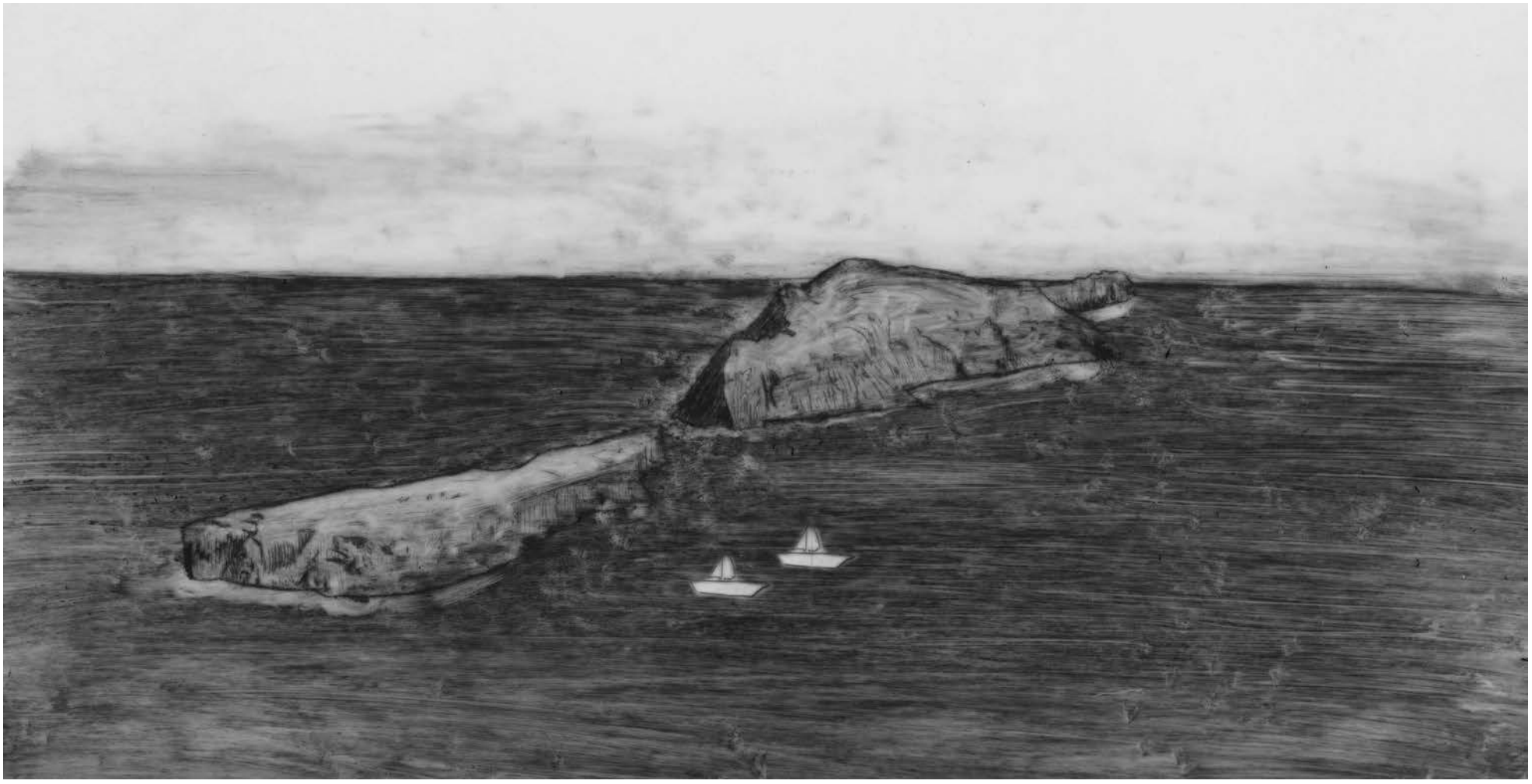
**4** https://goo.gl/hma1jK

**5** https://goo.gl/nqByqD

**6** Foucault, Michel (2010), O Nascimento da Biopolítica, Lisboa: Edições 70.

**7** Idem, p. 158.

# O turismo e a derradeira fronteira do império capitalista — o mar



**PDUARTE**
OBEISSANCEMORTE.WORDPRESS.COM
**ILUSTRAÇÕES** LAURA MARQUES
CARGOCOLLECTIVE.COM/LAURA_MARQUES

O turismo é hoje amplamente usado como ferramenta estratégica para a apropriação de geografias economicamente promissoras e de territórios politicamente controversos. De Israel ao Tibete, passando pelas discretas Ilhas Selvagens, localizadas a Sul do arquipélago da Madeira, os decisores políticos – quer estejam ao serviço de regimes *democráticos* ou *ditatoriais* – promovem e instrumentalizam o turismo para afirmar e legitimar os interesses estratégicos dos Estados que representam. Ao longo de toda a história contemporânea, o domínio dos Estados não se tem efectuado apenas pela força das armas. Ao indispensável poderio bélico, que não tem parado de aumentar, combinam-se geralmente formas mais suaves, mas não menos eficazes, de autoridade estatal. E, apesar de ser tido como a mera materialização despolitizada e pacífica da viagem recreativa, o turismo é precisamente uma das formas actualmente mais usadas para os Estados ampliarem o seu domínio.

## O turista: de romântico aventureiro a obediente actor político

Ao contrário do que crê o senso comum, o turismo não tem promovido um encontro livre, desinteressado e altruísta entre as diversas culturas. Se o turista raramente transporta consigo, para dar a conhecer aos outros, os segredos da sua cultura, tão-pouco os locais costumam revelar-lhe mais do que uma versão simplificada da sua. Para lá de não promover nenhum tipo de relação intercultural, o turismo tem feito aumentar as tensões e os conflitos, que se tornaram evidentes, em primeiro lugar, em centros urbanos de média ou grande dimensão, como Veneza, Barcelona, Palma de Maiorca ou Amesterdão, onde os moradores viram os seus modos de vida significativamente alterados pela massificação das indústrias turísticas de alojamento, restauração, comércio de *souvenirs*, transportes ou diversão nocturna.

Os turistas são cada vez mais percebidos pelos locais como grupos anónimos separados da restante vida da cidade, com quem não se estabelece nenhum tipo de intercâmbio, para lá do estritamente comercial. Os mais de dois milhões de turistas chineses que – no decurso de uma viagem pela Europa que percorre habitualmente mais de dez países em menos de 20 dias – visitam anualmente Paris são categoricamente ignorados pelos habitantes locais, que no seu dia-a-dia fazem o que podem para se esquivar dos principais eixos turísticos. A célebre loja Galeries Lafayette, situada no centro da cidade, criou mesmo uma secção no seu interior bem como uma entrada no edifício apenas reservada a turistas chineses, onde centenas de autocarros turísticos diariamente desembarcam. Sendo um dos primeiros lugares no mundo a discriminar um grupo específico de consumidores, pela criação de áreas de consumo isoladas que lhe vedam *a priori* a possibilidade da miscigenação, instituindo assim o *apartheid turístico*, Paris foi também um dos primeiros lugares onde se desmoronou a visão romântica que tradicionalmente se tinha do turista, que era visto como um aventureiro rebelde e livre.

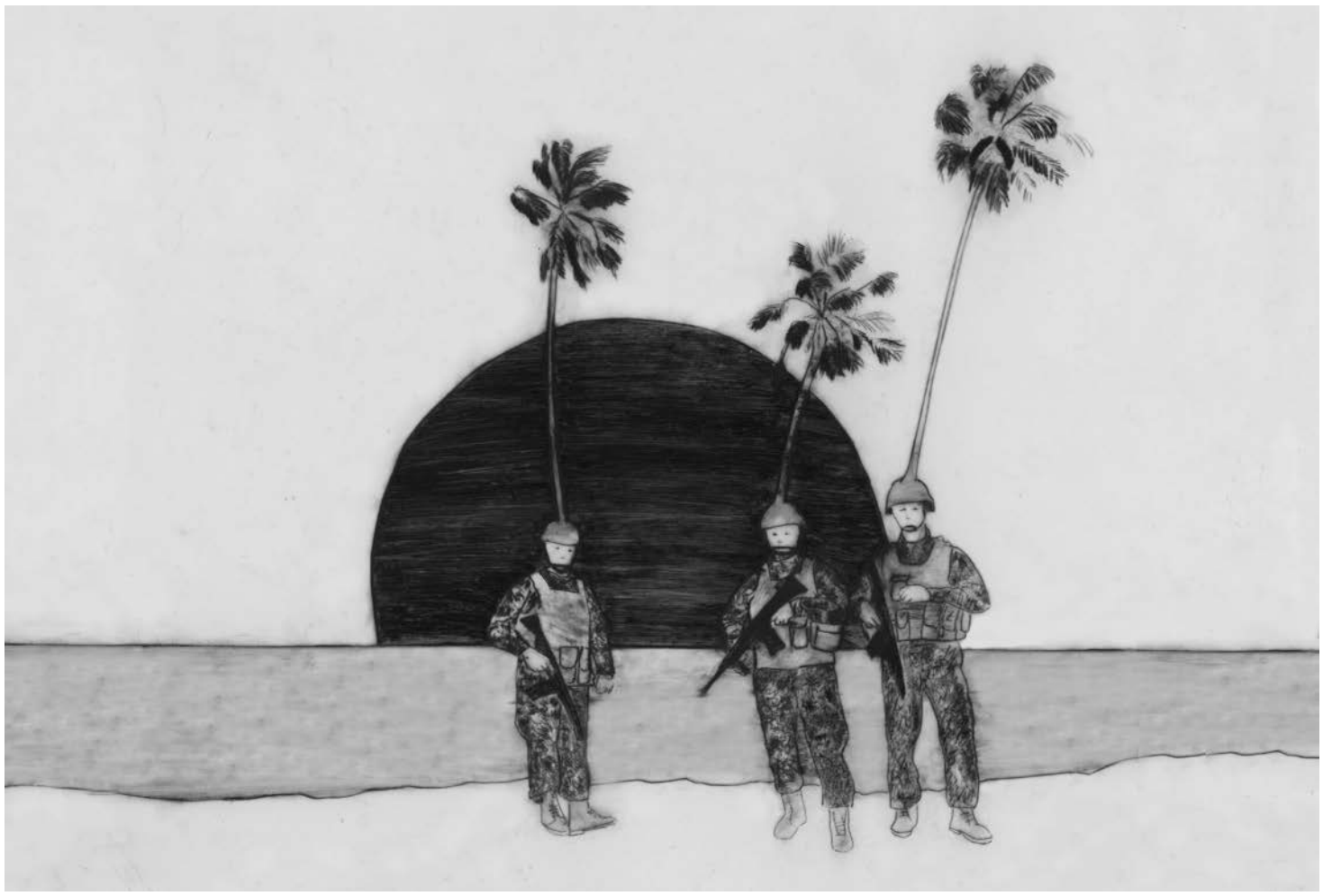
> Fazer turismo é portanto também um acto político. Não espanta, pois, que para os mais diversos governos o turismo se tenha tornado um alicerce indispensável das suas políticas

As hordas de turistas que hoje invadem um número crescente de territórios comportam-se, involuntariamente, como exércitos disciplinados, ao serviço de interesses políticos que elas geralmente desconhecem: enquanto fazem um retiro espiritual num colonato israelita da Cisjordânia, fotografam um templo budista do Tibete mandado reconstruir por Pequim ou decidem instalar-se num alojamento local de um bairro lisboeta de onde foram previamente expulsos os antigos moradores, os turistas tomam partido por regimes políticos concretos que organizam, gerem e policiam estes territórios. Por isso, aderir a um território turístico não significa aderir a um território politicamente neutro, mas a um território que reproduz uma dada organização da sociedade. O turista não vota nem se faz representar no exercício da governação, mas, pelos seus actos, ele aprova, legitima e financia essa governação. Apesar de passageira e efémera, a sua presença tem um enorme impacto na construção da pólis. Fazer turismo é, portanto, também um acto político. Não espanta, pois, que para os mais diversos governos o turismo se tenha tornado um alicerce indispensável das suas políticas.

## Turismo, colonialismo e império

Se quisermos referir alguns exemplos mundiais da submissão recente e generalizada do turismo a interesses (geo)políticos, podemos começar por referir os colonos israelitas que, tendo fundado em 2002 a colónia de Havat Gilad na Cisjordânia, rapidamente descobriram no turismo um poderoso aliado na luta pela legitimação e conservação da sua ocupação ilegal. Com o apoio do governo central, as indústrias turísticas têm prosperado neste e em muitos outros colonatos, onde os soldados israelitas protegem os turistas de «ataques palestinianos», criando produtos capazes de atrair públicos muito diversos. Para lá de um cenário militarizado que, por si só, é já um inegável atractivo turístico, Havat Gilad propõe aos turistas duas ofertas complementares: por um lado, um pacote de «experiências tradicionais», composto por provas de vinho ou de queijo artesanal e visitas a nascentes antigas ou a um suposto *parque arqueológico*; por outro, um pacote de pura recreação, que inclui desportos de aventura, massagens *new age*, retiros espirituais e um zoológico para crianças. Por via da exploração destes produtos e serviços turísticos, Israel encontra uma fonte de rendimento que permite fixar os colonos nos territórios ocupados, exporta uma imagem que naturaliza a sua presença ilegal nesses territórios e, não menos importante, interpõe entre o exército ocupante e o inimigo palestiniano um *escudo humano* inusitado, o intocável e imparcial turista.

No Tibete, região autónoma chinesa cuja cultura o governo de Pequim tem reprimido violentamente, o turismo tornou-se o último veículo desta repressão. Planificadas e geridas pelo governo central chinês, as indústrias turísticas materializam



A estratégia portuguesa passa pelo licenciamento do turismo naquela reserva natural, de modo a criar uma actividade económica local. O que está em jogo não é pouco. Se as Selvagens forem consideradas 'rochedos', como reclama Espanha, Portugal não terá direito a mais do que 12 milhas a partir da costa. Se forem 'ilhas', a ZEE portuguesa cresce significativamente, por oposição à espanhola

uma estratégia de controlo territorial. Se no tempo de Mao os mosteiros tibetanos eram simplesmente suprimidos, tendo desaparecido cerca de dois mil, agora a estratégia passa por reconstruí-los de raiz, mas em versões folclóricas, de modo a atrair enormes massas de turistas. No ano passado, mais de 20 milhões de turistas, essencialmente chineses, visitaram o Tibete, que é habitado por apenas três milhões de pessoas. Esta massa turística comporta-se como um exército de ocupação: para lá de promover a instrumentalização e folclorização da cultura local, contribui para transformar a maioria tibetana numa minoria. Os grandes hotéis chineses que se impõem no panorama da capital Lassa contrastam com a decadência dos signos urbanos de origem tibetana. Por outro lado, a segurança dos turistas serve de álibi para Pequim, depois dos violentos motins de 2008, intensificar o policiamento e a militarização do território.

Este modelo da *repressão pelo turismo* é também usado por Pequim, mas com matizes próprios, na igualmente *rebelde* província de Sinquião, de maioria islâmica. Aqui, a estratégia de instrumentalizar politicamente o turismo passa por uma reinvenção em grande escala do passado local. O objectivo do governo chinês é sobrepor a herança budista à herança islâmica e, assim, apagar os vestígios da cultura local, não chinesa, presente em arquitecturas e paisagens. Este processo de colonização cultural passa pela construção de falsos monumentos antigos, dedicados ao turismo e destinados a mitificar a presença histórica chinesa no território.

Mas a relação entre turismo e colonialismo, apesar da sua clamorosa actualidade, não é nova. Ao longo do século xx, a criação de *enclaves turísticos*, como Cuba e Porto Rico, pelos EUA contribuiu para intensificar a sua hegemonia no continente americano. As intervenções militares neste continente foram acompanhadas por investimentos de capital que tiveram eco na multiplicação de hotéis, símbolos da ocupação. E, bem antes disso, já o expansionismo territorial europeu pelos diferentes continentes tirara partido da expansão turística. Ao criar novas mobilidades desde o século xix, com a disseminação do barco a vapor e da ferrovia, a colonização abriu inauditos horizontes aos europeus, revelando-lhes preciosidades naturais e culturais de que estes não tardaram a apropriar-se enquanto *atracções turísticas*. O desenvolvimento da viagem recreativa dava, por um lado, fundamento à existência de infraestruturas imperiais (como o Canal do Suez, construído em 1869) e, por outro, incentivava a construção de novas, ampliando assim a malha da ocupação. Apesar de passageira e aparentemente inofensiva, a viagem de lazer vinha consolidar a ocupação e a exploração económica permanentes dos territórios conquistados. O turismo legitimava o império.

**Manobras selvagens em águas translúcidas**

Hoje, o império é outro, formado pelo capitalismo global que multinacionais, fundos de investimento e instituições internacionais (como o FMI, a OMC ou o Banco Mundial) controlam, contando para isso com a conivência dos governos dos países mais ricos, cujos interesses económicos coordenam entre si mediante plataformas transnacionais de cooperação (como o G8, o NAFTA, a UE ou o tão ambicionado TTIP). Apesar do império, no seu estádio neoliberal, se ter sofisticado e complexificado, permitindo aumentar desmesuradamente o poder dos grandes actores económicos, a sua estratégia de legitimação mudou pouco. E, quando se trata de fazer esse poder transpor as últimas fronteiras que ainda lhe resistem, o turismo continua a revelar-se uma ferramenta muito útil.

Foi precisamente ao negócio turístico que o governo português decidiu recorrer para expandir a sua soberania sobre aquela que é hoje, nos quatro cantos do mundo, a mais cobiçada fronteira de conquista para o capital: o mar. Para o Estado português, essa fronteira passa pelos mares de umas ilhas inóspitas, de que até há meia dúzia de anos praticamente nenhum português ouvira falar, as Ilhas Selvagens. Pertencentes administrativamente à região autónoma da Madeira, apesar de se situarem a apenas 165 quilómetros a Norte das Ilhas Canárias e a 250 quilómetros a Sul do Funchal, elas são constituídas por duas pequenas ilhas, sem árvores nem água potável – facto que impossibilitou, historicamente, a sua colonização –, rodeadas por várias ilhotas. Os seus únicos *habitantes permanentes* são dois guardas do Parque Natural que aí foi instituído em 1971 e, desde o ano passado, dois elementos da Polícia Marítima e um elemento da Capitania do Funchal, que aí vivem num cenário de desterro e reclusão.

Para o Estado português, o interesse que este mini-arquipélago agora desperta tem uma explicação simples: permite ampliar a Zona Económica Exclusiva (ZEE). O investigador Pedro Quartin Graça, que dedicou uma tese de doutoramento às Selvagens, não duvida que «esta é sobretudo uma questão económica e não política». Foi aliás esse facto que justificou que os últimos quatro presidentes da República, que têm vindo a falar cada vez mais insistentemente de uma «estratégia nacional para o mar», tivessem visitado o minúsculo arquipélago, vincando assim o seu estatuto de território nacional. Como dizia aos jornalistas Marcelo Rebelo de Sousa por alturas da sua visita relâmpago, «onde o Presidente da República vai, marca território». No entanto, ser território português não basta, à luz do direito internacional, para que o subarquipélago, fronteira mais a Sul do país, permita a Portugal ampliar a sua ZEE. Para que o território seja considerado um conjunto de *ilhas* (com direito a ZEE) e não de meros *rochedos* (sem direito a ZEE), é também necessário que aí existam habitações permanentes ou alguma actividade económica legalizada.

Por isso, a estratégia portuguesa passa pelo licenciamento do turismo naquela reserva natural, de modo a criar uma actividade económica local. O que está em jogo não é pouco. Se as Selvagens forem consideradas *rochedos*, como reclama Espanha, Portugal não terá direito a mais do que 12 milhas a partir da costa. Se forem *ilhas*, a ZEE portuguesa cresce significativamente, por oposição à espanhola. Nesse sentido, foi aprovada em Maio a revisão do Plano de Ordenamento e Gestão das Ilhas Selvagens. Segundo Susana Prada, secretária regional do Ambiente e Recursos Naturais, o objectivo passa por «definir estratégias que permitam compatibilizar a conservação das áreas protegidas [...] com uma maior presença humana, nomeadamente na vertente lúdico-turística. [...] Imaginamos que as empresas marítimo-turísticas da Madeira possam trazer até aqui os turistas, a quem será cobrada uma taxa para entrar nas ilhas». Para esta representante do governo regional, «quer a biodiversidade, quer a geodiversidade, são grandes mais-valias» a explorar. Bem como as águas cristalinas, tão elogiadas pelo explorador francês Jacques Cousteau, e que levaram a National Geographic Society, em 2015, a considerá-las um dos últimos lugares verdadeiramente selvagens dos oceanos terrestres.

A história recente revela que o Estado português raramente se move pela defesa ambiental, a não ser que esta represente uma mais-valia económica, neste caso turística. Mas, nos mares das Selvagens, a exploração turística não é a única nem sequer a principal meta do governo português. O que está verdadeiramente em jogo é a potencial exploração, a médio prazo e em grande escala, de recursos geológicos submarinos. Estudos que têm sido citados na imprensa indiciam a existência, no fundo intacto destas águas, de hidrocarbonetos e outras matérias primas que podem ser exploradas. Tem-se falado de manganês, níquel, cobre, cobalto e outros metais. Em 2014, no meio de uma onda nacional de protestos e indignação, a Repsol recebeu autorização de Mariano Rajoy para fazer prospecções nestas águas imaculadas, que permitiram concluir da existência de gás e, possivelmente, também de petróleo. Desde então, este paraíso oceânico não parou de aguçar o apetite do Estado português, o qual, no quadro dos interesses geoestratégicos do capitalismo internacional, ocupa um lugar destacado, uma vez que detém o poder de atribuir posições privilegiadas, no seio da terceira maior ZEE da União Europeia, aos *big players* das indústrias extractivas. Alguns deles como a Repsol, a Galp, a ENI ou a Nautilus Minerals já estão na expectativa de, no meio do oceano, longe de olhares indiscretos a não ser quiçá os dos turistas, poderem começar a lucrar massivamente com os mares nacionais.

# Serão naturais as «catástrofes naturais»?

## Júlio Henriques entrevista Jorge Leandro Rosa

**No MAPA anterior fizemos referência ao congresso intitulado «Pensamento e Catástrofes – Aproximações a Jean-Luc Nancy», efectuado no Porto, durante três dias, no passado mês de Maio. Essa iniciativa, realizada por dois organismos da Universidade do Porto[1], levou a cabo em quatro locais desta cidade palestras-debates com vários investigadores nacionais e estrangeiros, propôs uma exposição («Disaster Zone»), um espectáculo de bailado («Lastro», de Né Barros), um concerto-performance («Solo Jorge Peixinho») e dois filmes da cineasta francesa Claire Denis. Quisemos saber um pouco mais falando com um dos seus principais promotores e intervenientes, o investigador Jorge Leandro Rosa, do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto.**

Jorge Leandro Rosa é ensaísta e tradutor. Continua a definir-se como ecologista e não-violento, mas está atento aos equívocos. Colabora regularmente em revistas culturais nacionais e estrangeiras, sendo ainda co-editor da revista *Nada*.

**Há um catastrofismo oficial, muito actuante desde há anos no discurso das propagandas governamentais, empresariais e mediáticas, cujo sentido parece consistir em levar as populações a adaptarem-se aos novos contextos resultantes das maiores imponderabilidades do «desenvolvimento» e às novas coerções que estas implicam, do ponto de vista do poder. No congresso, se não erro, o questionamento geral das intervenções pôs em causa as representações culturais e políticas das catástrofes contemporâneas, a sua explicação canónica ou a sua naturalização. Que balanço puderam fazer?**

**JLR /** Os encontros tinham por primeiro intento trazer as catástrofes ao pensamento público. Para isso precisávamos de regressar ao problema contemporâneo dos acontecimentos que tocam um limite considerado perigoso ou que prolongam o conceito cultural e filosófico do ilimitado, ainda muito presente nas sociedades. O que significa que as catástrofes são, simultaneamente, algo da ordem do acontecimento que pode ser pensado – sabendo nós que esse «pensável» é também a questão da transformação do próprio pensamento – e algo que é produzido discursivamente. As catástrofes são tanto aquilo que nos atinge como o que nós próprios realizamos com elas no plano da significação. É por isso que precisamos de retirá-las às categorias habituais em que elas são colocadas, sejam elas teológicas, filosóficas ou preventivas.

Aquilo a que chamas o «catastrofismo» alimenta-se de tudo isto: trata-se de uma potenciação, assim como de uma reorientação, da própria experiência dos povos, que foi sendo atravessada ao longo dos tempos por situações de catástrofe de diversa ordem, e que os poderes políticos, militares e económicos de hoje, confrontados como estão por diversos limites do actual «sistema-mundo», não hesitam em utilizar dos modos mais diversos. O catastrofismo é um discurso de intuito repressivo que se serve da matéria vivida e real da experiência, seja a dos colectivos humanos, seja a individual. Se podemos dizer que o catastrofismo tem algo de ficcional, de puro material propagandístico, ele é também uma forma de engenharia social que joga com as fragilidades bem concretas e ameaçadoras da situação humana. Trata-se, portanto, também aqui, de uma catástrofe política que pode surgir em todos os regimes e em todas as culturas onde o poder é objectivado e se define por uma relação de centro *versus* periferia. Como todos sabemos, as democracias ocidentais são hoje reguladas pela exibição da ameaça nas suas diversas formas. Quanto mais a ameaça de catástrofe me for dada a ver, mais monstruosa será a forma de vida que serei levado a aceitar. E mais monstruoso será o dispositivo securitário para o qual darei o meu contributo. Se o exemplo óbvio que nos vem à mente é o do Islamismo, não faltam inúmeros outros no tecido catastrofista das nossas sociedades: desde o desemprego, que é um clássico espectro do capitalismo, às migrações ou ao regresso do medo nuclear. E, evidentemente, a crise ambiental que, sob formas diversas, está hoje a entrar no arsenal dos Estados-Maiores da catástrofe. As catástrofes, na sua forma multidimensional, são a razão de ser do poder contemporâneo e, nesse sentido, funcionam como uma vertigem obsediante: quantos mais esforços nos são pedidos para delas nos desviarmos, mais somos tomados por um movimento de aproximação a elas.

Quanto mais a ameaça de catástrofe me for dada a ver, mais monstruosa será a forma de vida que serei levado a aceitar. E mais monstruoso será o dispositivo securitário para o qual darei o meu contributo.

Há ainda um outro tipo de discurso, muito potente hoje, que é aquele que se pretende fundado na tecnociência e na sua infinita capacidade de obviar a todas as crises. Aqui, as ameaças nunca chegam a ser objecto de uma clarificação política e social, já que há sempre um dispositivo que monitoriza as ameaças e as converte em algo que é declarado como servindo uma finalidade útil. Podemos percebê-lo na forma como os Estados gerem actualmente a catástrofe climática. Parece o inverso do catastrofismo, mas é somente a sua prossecução sob a forma de uma engenharia global da sociedade, a qual será bem patente quando for claro que as medidas de mitigação propostas não serão minimamente efectivas. Um dos participantes do Encontro, o Frédéric Neyrat, tem trabalhado a partir da leitura crítica de um certo pensamento construtivista que se esforça por eliminar a cesura natureza-cultura[2]. Eliminada essa diferença, todos os fenómenos climáticos, geológicos, biológicos e epidemiológicos podem passar a ser manipulados a partir de uma sistemática reconstrução da Terra como *habitat vocacionado* para os seres humanos. Na verdade, essa reconstrução já decorre há muito tempo, mas a conjugação actual da crise das energias, fósseis com a sexta extinção das espécies vivas e a mudança climática, abrupta oferece uma oportunidade de ouro aos geoconstrutivistas de todo o tipo. Como escreve Neyrat num livro importante sobre estas questões (que espero venha a ter edição portuguesa em breve), «o Antropoceno foi activa, deliberada e conscientemente instalado». Que exemplo mais claro teremos dessa interdependência entre

desastre e remédio do que a presente euforia das empresas petrolíferas em torno do iminente desaparecimento dos gelos do Ártico? Entramos numa era onde as catástrofes adquirem novas morfologias, como Nancy bem percebeu. Ele parte do exemplo de Fukushima, mas podemos olhar para os recentes fogos catastróficos em Portugal: intimamente associados à integral reconstrução da natureza em áreas florestais, estes fogos não são, seguramente, desastres naturais. Eles marcam o fim da diferenciação entre catástrofes naturais e catástrofes causadas pelos humanos.

**Tive a impressão de que os contextos universitários não são (ou já não são) propícios ou adequados a questionamentos desta qualidade, a avaliar pelo contraste entre a importância temática das conferências e debates, o número de assistentes e as reacções. Achas que vale a pena ter isto em consideração, pensar noutras «fórmulas» para expor em público questões tão decisivas como as levantadas no vosso congresso?**

**JLR** / A universidade está esvaída da sua função crítica, depois de um período em que se tinha aberto às interrogações da contemporaneidade. É hoje uma instituição contraprodutiva, no sentido em que Ivan Illich as definiu: o que ela faz – e faz muitas coisas, é obrigada a fazer cada vez mais e a viver para indicadores – serve essencialmente o seu espelhamento e o benefício das suas clientelas, o que a retira à vida questionadora e interpelante. Achámos, contudo, que o nosso tema continha a necessidade de reencontrarmos a radicalidade do pensamento, aquilo a que o Ocidente chamou «filosofia», para fazermos uma revisitação destas questões. No espaço social, dominado pelos *media*, a catástrofe é um objecto equívoco, sobre o qual não há reflexão, mas apenas um conjunto de lugares-comuns que nos impedem de a pensar. Teoricamente, a Universidade poderia favorecer a formulação de um ponto de partida diferente. Sendo Jean-Luc Nancy, enquanto filósofo, alguém que soube pensar o novo regime do catastrófico, pareceu-nos que valia a pena desafiar a comunidade académica com uma das suas figuras mais criativas. Seria uma provocação relativamente pacífica, não fosse dar-se o caso de termos verificado que a universidade só quer saber das catástrofes que estão arrumadas na historiografia ou das catástrofes que desafiam o poder de cálculo das suas disciplinas. Por aí, não tivemos uma repercussão significativa. Na verdade, a Universidade é parte do nosso problema civilizacional, já que perdeu a autonomia face às tendências que o capital e a indústria promovem.

Ainda há algumas pessoas que hoje pensam estas questões na Universidade, mas que, por diversas razões, não prolongam esse pensamento noutros espaços (esse prolongamento é aqui de algo que se opõe à simples divulgação). Seja por uma questão de estilo, seja por receio ou incapacidade de trabalhar em diversos contextos. Por outro lado, a burocratização e a competitividade económica, laboral e hierárquica do trabalho académico reduziu à quase irrelevância os colóquios e as publicações que aí acontecem, já que não há uma partilha entre pares do que se faz nem uma verdadeira irradiação pública. Julgo que há necessidade de iniciativas que, não virando as costas ao mundo académico, decorram numa multiplicidade de contextos. No nosso caso, ao pensarmos as catástrofes, torna-se óbvio que estamos a ser interpelados pela questão da comunidade: seja a necessidade da sua reinvenção, seja simplesmente a sua possibilidade. Precisamos, portanto, de debates nómadas, de iniciativas que possam viajar nos territórios, encontrar populações, e não ficar apenas confinados às instituições ou ao ciberespaço.

Podemos olhar para os recentes fogos catastróficos em Portugal: intimamente associados à integral reconstrução da natureza em áreas florestais, estes fogos não são, seguramente, desastres naturais. Eles marcam o fim da diferenciação entre catástrofes naturais e catástrofes causadas pelos humanos.

**O convidado principal, Jean-Luc Nancy, viu-se impossibilitado de estar presente por motivos de saúde. Mas estiveram lá os seus livros, não só nos debates, mas também através do lançamento de A Declosão (Desconstrução do Cristianismo) [Palimage, Coimbra, tradução de Fernanda Bernardo], e d'A Equivalência das Catástrofes (Após Fukushima), que tiveste a iniciativa de traduzir e co-editar em 2014. Este último, pela sua temática, pôde ser um guia para o encontro, designadamente quando nele se diz que «as catástrofes naturais já não são separáveis das suas implicações ou repercussões técnicas, económicas e políticas», podendo-se assim interrogar em que medida são hoje naturais as catástrofes assim chamadas. Gostaria por isso que comentasses o que expões no teu ensaio «A Posição Detestável»[3], quando afirmas que «há que abandonar as atribuições de sentido das catástrofes».**

**JLR** / Esse ensaio é em parte um diálogo implícito com o texto de Nancy («Da ontologia em tecnologia») que abre a revista que editámos nesta ocasião. Aí, ele diz que «a reflexão sobre a técnica não pode confinar-se a uma reflexão sobre os bons ou os maus usos da técnica, como se dispuséssemos de um horizonte de referência em função do qual poderíamos determinar quer o "bom" quer o "mau"». Quer ele dizer que a técnica deixou de ser, se é que alguma vez foi, uma mera ferramenta utilizada por um ser dotado de razão que se encontra no meio de um universo natural que ele pode desbravar. Desbrava-o bem ou mal, mas inferimos que só pode ter aí uma acção ilimitada e que essa ilimitação do agir técnico seria a sua essência. A partir daí podemos verificar que há uma reincidência longa nessa equívoca ideia de que a técnica se conserva sempre, de algum modo, numa exterioridade que nos é possível inteiramente determinar e circunscrever. Na verdade, não há um reino da técnica, uma sua autarcia rigorosamente delimitável: o que há é uma técnica que se liga, no sentido de adquirir propriedades destes, aos seres e às forças que trabalha, o que quer simplesmente dizer que ela tem por vocação ampliar, substituir e tomar as funções do que chamamos «natureza».

Na minha leitura, não será o estabelecimento de categorias de sentido (éticas, antropológicas ou outras), supostamente inscritas nos nossos actos técnicos, que nos permitirá controlá-los ou trazê-los a uma razoabilidade na nossa relação com a natureza. A nossa relação com a natureza está hoje determinada por uma dessas categorias, *a produtividade*: a natureza é aí inteiramente remetida para a função produtiva, mas de um modo que foi espartilhado pela tradição filosófica segundo a sua dupla condição de produtora e de produto. Esta concepção é uma cópia degradada da divisão em que instituímos o nosso estatuto de sujeitos técnicos colocados diante de objectos. Aí, quer o objecto natural quer o sujeito humano participam do grande estaleiro em que transformámos o planeta. Resumindo, direi que essas categorias são determinantes para as práticas de dominação pela técnica, já que parecem assegurar a sua infinitização quando elidem a recusa da produtividade que é também intrínseca à natureza. Ou seja, rasuramos o que escapa às atribuições de sentido na relação com a natureza, já que não reconhecemos que há sempre nela um movimento de antiprodução, seja esta uma desmontagem, uma falta ou desorganização (a morte). É expulsando essa recusa, tornando-a impensável, que as catástrofes aparecem no nosso horizonte de sentido. A «posição detestável» de que falo é então aquela em que, tendo nós deixado de perceber certos acontecimentos na sua finitude, entendendo-os sistematicamente como quebra e naufrágio de uma construção positiva, já não somos capazes de perceber que forças são essas a que chamamos catastróficas. Atentemos, ao menos, no desfazer de sentido presente nas catástrofes. Talvez, então, possamos começar uma viagem de sobrevivência no interior do colapso generalizado da civilização industrial.

**/// NOTAS**

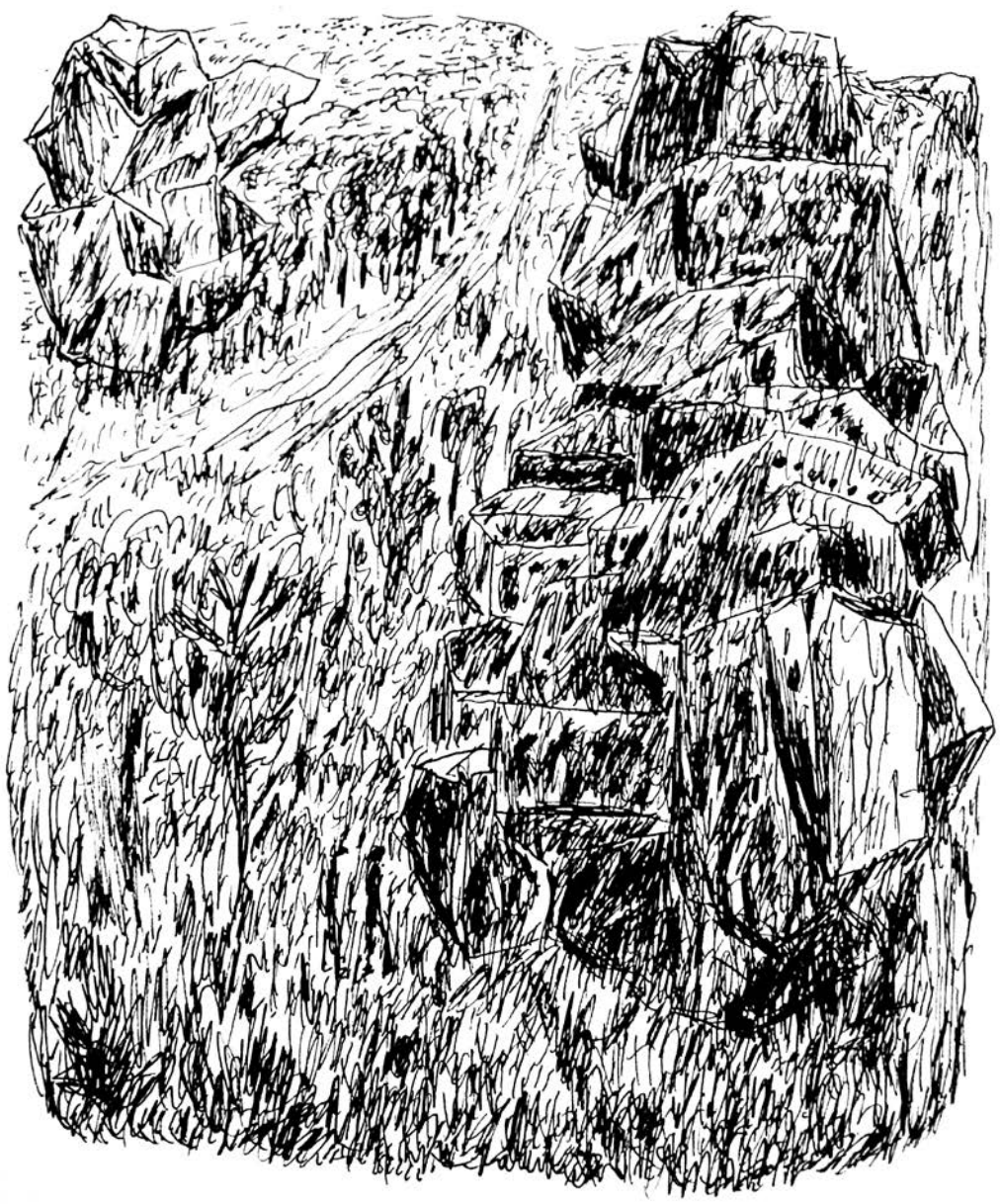
**1** Aesthetics, Politics and Knowledge Research Group, do Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras; Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade, da Faculdade de Belas-Artes.

**2** Ver o seu livro fundamental La part inconstructible de la Terre. Critique du géo-construtivisme. Paris, Seuil. 2016.

**3** «A Posição Detestável – o Comunitarismo da Catástrofe», Nanocaderno nº 1, Abril de 2017, Instituto de Filosofia da Universidade do Porto.

# Mas afinal, o que é o transhumanismo? E quem são os transhumanistas?

## III Parte



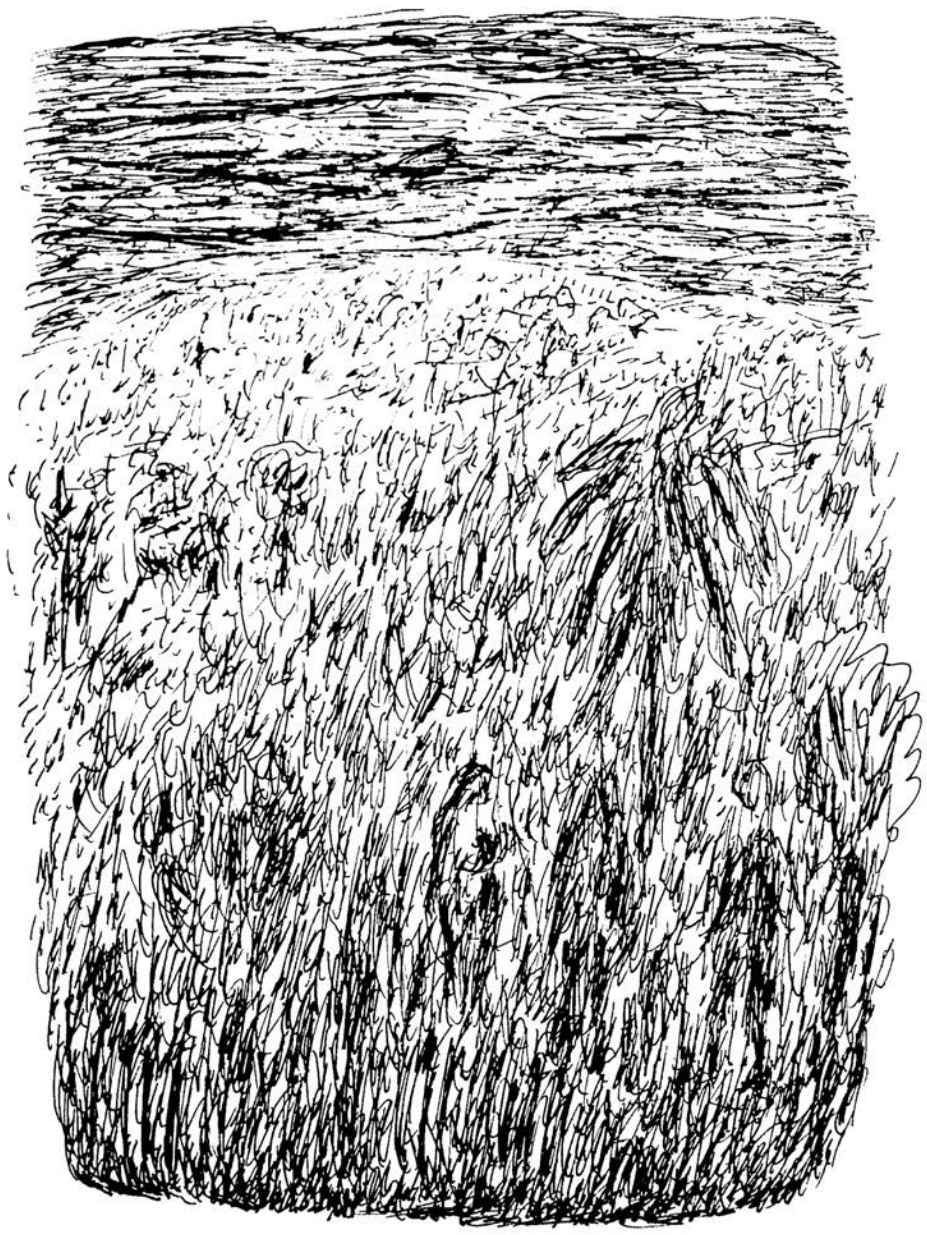
**ΚΟΙΝΩΝΙΑ**
**ILUSTRAÇÕES** XAVIER ALMEIDA
XAVIERALMEIDA.COM

As ligações entre o cosmismo russo e a tecnociência **H+,** que temos vindo anteriormente a referir, ainda não acabaram. Entre os que participaram nos exclusivos seminários de Fedorov, encontrava-se Konstantin Eduardovich Tsiolkovsky (1857-1935), o pai da astronáutica soviética, cujas ideias e descobertas foram os alicerces, juntamente com os mísseis de guerra alemães requisitados e readaptados pela URSS, do primeiro satélite artificial em órbita, o Sputnik (1957). Tsiolkovsky, além dos seus sucessos como cientista, que traduziram o propósito de viajar no espaço em equações e soluções técnicas, foi também propagandista de um messianismo cósmico, segundo o qual, para sobreviver, a humanidade deveria ultrapassar o seu confinamento no planeta Terra. Uma sua frase muito conhecida é: «A Terra é o berço da humanidade, mas não se pode viver para todo o sempre num berço.» Não se deve omitir que na versão original em língua russa não se falava em «humanidade», mas em «mente». Os actuais programas espaciais das várias potências mundiais teimam em canalizar e desperdiçar enormes recursos terrestres, comuns e limitados, para um objectivo extra-terrestre no qual bem poucos participarão, se alguma vez chegarem a algum porto. Numa versão laica da escatologia judaico-cristã, perseguem-se os céus como destino último do Espírito Santo, encarnado, até hoje, na razão humana, e amanhã, porque não, numa máquina espiritual. A economia política da investigação científica tende a ser condicionada e moldada por um circuito de retroalimentação recíproca entre antigos mitos, *inovocentrismo* pueril, interesses financeiros e nevrose militarista. A velha ideia religiosa que vê neste planeta uma habitação indigna e uma punição que visa a redenção, acompanha *pari passu* a sua exploração e consequentes estragos. Ao recusarmos a nossa pertença à Terra, estamos a comprometer e a prejudicar as suas condições, e a torná-la realmente inabitável. O antigo mito fundador da divisão de classes, no qual as elites tentam legitimar e disfarçar o seu cínico papel mundano, apelando à fantasmática «missão histórica» de nos conduzir ao bem ultraterreno, parece não gozar de substanciais inovações desde a época dos faraós até à da NASA. Paradigmático a este respeito é o filme *Interstellar*, em que a retórica da Monsanto, que advoga estar a solucionar o problema da fome no mundo quando, pelo contrário, está a exacerbá-lo, é projectada num cenário em que já não há nada a fazer senão recorrer aos organismos geneticamente modificados (OGM) para sustentar a população. Com esta operação narrativa, visa-se passar sub-repticiamente uma sensação de *fatalidade*. O mesmo pode ser dito da veiculação de um imaginário manipulado acerca de uma casta de cientistas, os da NASA, que procuram uma via de escape deste planeta para salvar a humanidade. Um filme de propaganda tecno-messiânica, portanto, apesar de serem poucos a vê-lo neste prisma (ou talvez o seja mesmo por isso): um filme que diz muitas verdades, mas que as diz na «novilíngua», trocando o sentido das coisas. O que se quer dizer sem dizê-lo expressamente é que, perante o suposto estado de excepção das condições ecológicas planetárias, nada há a fazer senão outorgar todas as nossas esperanças aos peritos, os únicos a poderem solucionar por meios técnicos os estragos criados por meios técnicos. Um filme que apela à tecnocracia absoluta, àquilo que nos parece ser o programa político secreto do **H+**, tal como temos vindo a expô-lo desde as suas labirínticas origens.

Ora bem, para nos determos um pouco nos meandros do cosmismo, importa referir como um dos centros de propagação do pensamento de Fedorov foi a «Comissão para o Estudo das Forças Produtivas», instituto criado pela Academia das Ciências da Rússia em 1915 e liderado por Vladimir Ivanovich Vernadsky (1863-1945). Geoquímico de formação, Vernadsky cunhou o conceito e o termo «biosfera», referente, no seu entender, ao conjunto de todas as formas de vida, consideradas como um único estrato sobreposto ao da matéria inanimada, a «geosfera». Ainda segundo Vernadsky, um outro estrato se teria erguido sobreposto à geo e biosfera, um estrato compenetrado e governado pela mente humana e pela razão científica, estrato que, da autoria do jesuíta e paleontólogo Teilhard de Chardin ou, talvez, do filósofo e matemático Édouard Le Roy, ambos ouvintes das palestras em Paris de Vernadsky, acabou por ser chamado de «noosfera». Misturando motivos teológicos e evolutivos, a esfera noética é descrita como a encarnação do *logos* cristão numa nova fase da evolução planetária, uma fase caracterizada pela especificidade de ser, seguindo o legado de Fedorov, activamente guiada. Se o conceito de «biosfera» foi o precursor da «hipótese de Gaia» (que visa o planeta Terra como um organismo vivo), o actual debate académico sobre o «antropoceno» (termo com o qual se pretende referir a agência humana como uma força planetária a par de outras forças geológicas) tem as suas raízes no conceito de «noosfera». Na noosfera, segundo Chardin, a técnica tem um lugar de primazia, como se de um organismo dotado de membros, sistema nervoso, órgãos sensoriais e memória se tratasse. As máquinas, a seu ver, contribuem para a criação de uma consciência colectiva, como exemplificado pela rádio e pela televisão, tornando o pensamento mais rápido. Todas as máquinas da Terra, conjuntamente, tendem a formar uma única rede, uma tecnosfera de actividades económico-tecnológicas em aceleração exponencial, ao ponto de aumentar a «temperatura psíquica» do planeta até à emergência de uma «super-vida», um organismo senciente panterrestre. A humanidade está próxima de um limiar crítico. Cruzando-o, entrará no «Trans-Humano» (este termo é usado pelo próprio Chardin).

A influência do imaginário irradiado pelos sincretismos de motivos que temos vindo a referir continua a ecoar: se por um lado a ideia de evolução dirigida encontra as suas ressonâncias nos visionários do admirável mundo novo da nanotecnologia e da biotecnologia, por outro, estrategas das forças armadas americanas começaram a desenvolver, graças ao financiamento tanto do governo quanto de corporações

# TRANSHUMANISMO MON AMOUR



privadas, e com a colaboração tanto de sectores das instituições sanitárias quanto das universidades, a chamada «noopolítica», uma «estratégia informática para manipular os processos internacionais». O *Global Consciousness Project,* desenvolvido pela Universidade de Princeton, alicerça-se na recolha de dados à escala planetária, ambicionando encontrar neste fluxo aleatório de informação padrões que revelem a presença e a eficácia de uma «consciência» supra-individual, de forma a poder prever e governar os fenómenos sociais. A ideia de um sistema nervoso planetário, antecipada pelo *World Brain* de H. G. Wells (1938), encontra-se em fase de desenvolvimento no projecto *CeNSE, Central Nervous System of the Earth,* por parte da multinacional da informática estado-unidense *Hewlett-Packard Company,* que leva avante a instalação de um trilião de sensores destinados a monitorizar todo o planeta. Mais uma vez nos parece que a sombra de personagens como Fedorov ou Chardin, com as suas conjugações de motivos escatológicos e positivistas, ainda obscurece as consciências dos cientistas-profetas-empreendedores do tecno-capitalismo contemporâneo. Ainda, diga-se de passagem, depois do que foi referido sobre a influência de Fedorov na elite russa, não é descabido suspeitar que o embalsamento do corpo de Lenine não seja apenas um sintoma de fetichismo, mas também um símbolo da confiança nos poderes taumatúrgicos da ciência vindoura, tal como foi manifesto pelo movimento criogenista contemporâneo que visitaremos numa das nossas próxima excursões pelas origens do **H+**.

Mas não podemos não deixar mais uma nota sobre o cosmismo russo, pois não deve ser omitido que também entre os marxistas o pensamento de Fedorov havia encontrado adeptos. Como não referir o caso de Léon Trótski (1879-1940), que, inspirando-se em Marx e Engels, acreditara numa evolução autodirigida de forma consciente. Considerando o ser humano como uma criatura desarmoniosa quer no plano físico quer no plano psíquico, sempre atormentada pelo medo da morte que a arremessa para as crenças ultramundanas mais irracionais, Trótski falara da necessidade de a humanidade se tornar dona dos seus sentimentos e da sua vontade até se erigir, mediante «modificações biomecânicas» específicas, em «um tipo sociobiológico mais elevado ou, se se quiser, um super-homem», pois «nada existe de impenetrável no pensamento consciente! Nós alcançaremos qualquer coisa! Nós dominaremos qualquer coisa! Nós reconstruiremos qualquer coisa!». Em *Marxismo e Ciência,* Trótski afirmara que o conhecimento científico da natureza tem «o fim de adquirir sempre mais domínio sobre ela». Este fim diria respeito também ao domínio sociotécnico da fisiologia humana, pois «o homem se tornará incomparavelmente mais forte, mais sábio, mais agudo. O seu corpo será mais harmónico, seus movimentos mais rítmicos». À semelhança dos fascistas italianos e dos nacional-socialistas alemães, também para os pensadores comunistas de alto gabarito como Gramsci, Lenine e Trótski, o imaginário revolucionário do futurismo era de louvar pela sua visão da humanidade como um Prometeu libertado pela tecnociência. Para os teóricos marxistas, o futurismo representava uma estética, que entra deliberadamente na política com o objectivo de «destruir os valores burgueses», abrindo caminho aos trabalhadores da «época da grande indústria». Para Trótski, em curiosa sintonia com os teóricos da ciência liberal, na ciência coalescem o carácter utilitário e uma certa neutralidade: «Na maioria dos casos, os cientistas são empurrados pela sua paixão pelo conhecimento, e quanto mais uma descoberta é significativa, tanto menos o seu autor é capaz, em geral, de prever as suas possíveis aplicações práticas. Assim, a paixão desinteressada de um pesquisador não contradiz o significado utilitário de cada ciência mais do que o sacrifício pessoal de um combatente revolucionário não contradiga os fins utilitários das exigências de classe que ele serve». A luta material típica das sociedades divididas em classes será, «na ordem social socialista», «sublimada», ou seja, «assumirá uma forma mais elevada e mais fecunda: pôr-se-á no plano da luta pelas próprias opiniões, os próprios projectos, os próprios gostos». Contrariamente às formas de poder que existiram na história, no socialismo vindouro as forças competitivas estarão canalizadas para a inovação científica, tecnológica e artística, isto é, para aquilo que nos parece uma preconização da «economia do conhecimento» actual. A passagem do socialismo para o comunismo, sempre nas palavras do próprio Trótski, não necessitará de uma revolução a não ser a do progresso técnico. E, sobretudo, o super-homem socialista não afirmará o seu domínio pelas armas ou pelo dinheiro, nem pelo sangue ou pelo censo, mas antes pelas qualidades do seu espírito.

Entretanto, na outra frente ideológica, o anti-comunista Michael Polanyi (1891-1976) tentava entrelaçar, na sua defesa da «liberdade académica», o individualismo utilitarista com a subjugação a uma obrigação impessoal, os «impulsos individuais» e a «paixão criativa» com a disciplina e os padrões impostos pela «tradição científica». A «fundamentação espiritual» da ciência garantiria automaticamente a «coordenação espontânea» e a «auto-coordenação» dos indivíduos à sua corpo-

A ideia de um sistema nervoso planetário, antecipada pelo World Brain de H. G. Wells (1938), encontra-se em fase de desenvolvimento no projecto CeNSE, Central Nervous System of the Earth, por parte da multinacional da informática estado-unidense Hewlett-Packard Company

ração. O precário equilíbrio entre autonomia e disciplina constituiria a «base transcendente» da «realidade espiritual» da nação científica enquanto «comunidade de pessoas livres» intérpretes da «tradição universal da humanidade». É óbvio que esta idílica narração vale apenas para o «avanço do conhecimento» puro, enquanto que no «trabalho rotineiro», a saber, a «condução das guerras», a «melhoria dos serviços públicos» e os «lucros industriais», «a direcção do progresso» deve ser entregue a uma «autoridade central». O que distingue os regimes totalitários, nas ambíguas palavras de Polanyi, é a negação por parte destes das «coisas invisíveis que guiam o impulso criativo do homem e em que a consciência do homem é naturalmente enraizada», a negação das «ideias transcendentes». Mas precisamos recuar alguns anos para entender o papel de personagens como Polanyi ou Vannevar Bush. Pois foi em 1938-39, durante uma série de conferências secretas organizadas nos EUA pela *Rockefeller Foundation*, que se concebeu uma nova estratégia na luta pela hegemonia cultural. No rasto da crise económica de 1929, e preocupados pela vertiginosa ascensão do «socialismo científico» por um lado, e pelo nascimento dos sindicatos dos trabalhadores científicos por outro, John Marshall e outros representantes das classes dominadoras do maior regime democrático do mundo planearam a figura de um «intelectual orgânico» funcional para a manutenção da estabilidade social. Para que o conhecimento científico, seus métodos e valores, fossem proficuamente utilizados como forma de propaganda, era precisa uma mediação cultural entre a sua sofisticada e exclusiva linguagem e a das pessoas comuns: surgiu o *middle men*, o divulgador científico na era da comunicação de massas. A guerra psicológica governamental, através destes mediadores intelectuais, visava reduzir os efeitos de estranhamento e angústia psicológica potencialmente engendrada pelo mundo misterioso e poderoso da tecnociência. Utilizando os estudos da psicologia de massas e os das outras ciências humanas, a domesticação da população desdobrou-se do consumo de produtos materiais para o de produtos da indústria cultural: parques temáticos, museus, revistas não especializadas, programas escolares, televisivos e radiofónicos, animações para crianças, publicidade e filmes que construíram um imaginário ao mesmo tempo científico e messiânico. Com a guerra, a economia foi centralizada, e este estado de coisas perdurou encobertamente durante a guerra fria e até hoje. A desinformação sistemática e o divertimento massivo serviram para escamotear os «custos exteriorizados», a perversidade e os estragos da energia atómica e petrolífera, da indústria alimentar, da agroquímica, da mecanização dos cultivos, das guerras e, sucintamente, do progresso.

Se o conceito de «biosfera» foi o precursor da «hipótese de Gaia», o actual debate académico sobre o «antropoceno» tem as suas raízes no conceito de «noosfera».

Considerando o ser humano como uma criatura desarmoniosa quer no plano físico quer no plano psíquico, sempre atormentada pelo medo da morte que a arremessa para as crenças ultramundanas mais irracionais, Trótski falara da necessidade de a humanidade se tornar dona dos seus sentimentos e da sua vontade até se erigir, mediante «modificações biomecânicas» específicas

Ora bem, mais um desvio que nos faz regressar outra vez ao socialismo soviético. Que também neste contexto se tenham abraçado ideais **H+** é o que defende um dos textos de Riccardo Campa, filósofo, sociólogo e jornalista italiano que em 2004 aderiu à *World Transhumanist Association* (WTO), da qual foi director entre 2006 e 2008, fundando paralelamente a *Associazione Italiana Transumanisti*, da qual é presidente. Além disso, Campa tem feito uma pesquisa sobre o tema da ciência e do horizonte pós-humano para a NATO; é *fellow* do *Institute for Ethics and Emerging Technologies*; membro do comité científico do *International Journal of Technoethics*; e membro do *Advisory Board* da ONG internacional *Lifeboat Foundation* – que colabora com a Marinha Militar dos EUA – na qualidade de perito em terrorismo e novas tecnologias. De facto, também James Hughes, director durante anos da WTO, em *Citizen Cyborg* (2004:127), não hesita em afirmar que «o revolucionário russo no exílio, Léon Trótski, exprimiu a aspiração **H+** da esquerda marxista». Sendo que o termo «**H+** é sinónimo de autoevolucionista», faríamos melhor, na opinião de Campa, em manter uma atitude muito inclusiva a seu respeito, pois «a evolução autodirigida é no fundo uma ideia que tem atravessado todo o espectro de propostas políticas dos séculos XIX e XX, influenciando socialistas fabianos, futuristas italianos, fascistas nietzchianos, comunistas soviéticos e liberalistas americanos». O tecno-progressismo (*TechnoProg*) centralista e autoritário presente no materialismo dialético, expresso, por exemplo, no escrito *Sobre a Autoridade* do Friedrich Engels, estará condensado no lema de Lenine «o socialismo é o poder soviético mais a eletrificação de todo o país» ou nos planos quinquenais do regime de Estaline (cuja alcunha era «o homem de aço»), nos quais progresso técnico, crescimento económico e potência nacional formaram uma trindade indissolúvel. Edificação de centenas de cidades, cinquenta das quais com cerca de 50 a 250 mil habitantes, construção do sistema eléctrico e da rede viária e rodoviária, extracção massiva de minérios, produção em série de máquinas e bens: o caminho do desenvolvimento estava desbastado. E com ele vieram as purgas e os milhões de mortos de fome na Ucrânia e noutros territórios do império socialista, devido à «colectivização» das fábricas e à gestão centralizada dos cereais. É também do conhecimento geral que os governos socialistas e comunistas que constelaram a história do século XX jamais se dispensaram de deter e torturar os opositores do progresso. Em simultâneo, e com o mesmo teor cativo, os regimes fascistas continuavam a modernização da sociedade industrial burguesa e da paisagem, tanto natural quanto social, dos países por eles dominados. Em todo o mundo, a agricultura continua a ser industrializada com a consequente concentração em monopólios da propriedade, da produção e da distribuição dos alimentos, e os seus subsequentes estragos; a física e a química multiplicam os seus sucessos cujas aplicações se tornam sempre mais rapidamente noutras tantas potencializações da produtividade e em bens de consumo massivos; com a eletricidade penetram nas aldeias a rádio, a televisão e o cinema e com estes a estética do «sublime tecnológico» coloniza os imaginários. A ficção científica começara a entrar no apogeu da sua fecundidade...

## *Outros caminhos de Santiago*

# *Eugenio Granell ou o homem que queria ser indío*

**JORGE VALADAS**
JOVALAD@CLUB-INTERNET.FR

Três horas depois de termos saído da estação da Casa da Música no Porto chegámos a Santiago de Compostela. Não sem dificuldade. Há greve geral dos transportes rodoviários na Galiza contra o aumento do tempo de trabalho efectivo dos condutores e uma greve no Estado espanhol e na Galiza em particular não é como uma grevezinha à portuguesa, com meia dúzia de sindicalistas com ar triste perdidos num mar de resignação e de passividade. Os piquetes de greve são massivos e impedem a passagem a qualquer autocarro, e mesmo os chamados «serviços mínimos» não se podem efectuar. Em Santiago, o pessoal dos piquetes tem um ar zangado. Mas a matrícula portuguesa do autocarro provoca alguma hesitação e condescendência. Após uma conversa com o chofer lusitano, que manifesta abertamente a sua solidariedade, acabam por nos deixar entrar na rodoviária, que está às moscas.

O canónico Pazo de Bendana encontra-se na Praza do Toural, no centro da bela cidade velha e no seu seio está, desde 1995, o museu Eugenio Granell com uma extraordinária colecção de objectos de culturas índias da América central, misturados com quadros de Pablo Picasso, Victor Brauner, Juan Miro, André Masson, Wilfred Lam, Toyen, Man Ray e outros personagens do mesmo mundo[1].

As colecções foram oferecidas à cidade pelo pintor surrealista Eugenio Granell (1912-2001) juntamente com os seus próprios quadros e as colagens da sua mulher Amparo Segarra (1915-2007). O viajante de passagem, à procura de um abrigo protector contra o supermercado das mercadorias sagradas e os rebanhos de peregrinos que obedecem religiosamente às instruções da aplicação *gps chemindecompostelle.com,* não encontrará referência deste lugar raro nos habituais guias turísticos. Veja-se, por exemplo, o guia que tem o nome de uma conhecida multinacional dos pneus, que alerta o turista contra as obras expostas no granítico e frio museu de Arte contemporânea, concebido pelo Álvaro Siza, que, diga-se de passagem, apresenta uma colecção sem interesse. «O contraste entre o ambiente religioso que domina a cidade e o lado subversivo, mesmo incomodativo, de algumas obras, espanta.»[2]. Percebe-se logo por que razão o museu Granell nem sequer é citado. *Vade retro, Satanás!*

Tínhamos ouvido falar de Eugenio Fernández Granell e de Amparo Segarra anos antes da abertura deste lugar de perdição. No nosso pequeno meio do pós-Maio 68, havia um querido amigo que, apesar da sua atitude reservada, nos marcou profundamente. Francisco Gómez, *Paco* para quem o conhecia, referia-se bastante a Granell e a Segarra, amigos que ele visitava em Madrid e em Santiago após a «transição democrática» do regime franquista em 1975. Transição negociada com os chefes socialistas e neo-estalinistas, ávidos de ganhar um lugar ao sol na Espanha modernizada pelo capitalismo do pós-guerra[3]. Paco e Granell tinham percorrido um caminho político comum e tinham mantido, apesar de vidas afastadas geograficamente e socialmente, uma forte amizade. Faziam parte dessas pessoas que transportam a grande História na mala da sua pequena história pessoal. Na verdade os guias turísticos protegem os peregrinos do museu Granell também porque o lugar, os fundadores e os seus amigos, exalam um perfume de revolução. O das correntes mais radicais e universalistas da revolução espanhola de 1936 e das suas consequências trágicas. Como o provam os arquivos e a biblioteca do museu, que acolhem uma quantidade impressionante de livros, documentos e testemunhos sobre os movimentos revolucionários do século XX e o movimento surrealista internacional.

Granell nasceu na Corunha em 1912 numa família abastada; o pai era comerciante. Viveu e estudou em seguida em Santiago. Aos 14 anos, garoto esperto e revoltado contra as injustiças sociais, editava, com o seu irmão Mario e outros miúdos, a revista SIR (Sociedade Infantil Revolucionaria). Estava traçada a rota da vida.

Em 1928, Granell partiu para Madrid para estudar violino no conservatório superior de música e começou a participar na vida radical da capital. Na altura leu uma autobiografia, «de um senhor que não conhecia», Leão Trotski, e, numa reunião clandestina de adeptos das ideias deste mesmo senhor ouviu pela primeira vez falar das ideias surrealistas. Quando a insurreição dos mineiros das Astúrias, em Outubro 1934, foi brutalmente reprimida, Granell estava a acabar o seu serviço militar em Gijon e recusou a sua integração num pelotão que tinha por encargo fuzilar mineiros grevistas. Preso e julgado em Conselho de Guerra, foi condenado à morte. Na noite anterior à execução, conseguiu fugir da prisão com a ajuda de um oficial republicano amigo da sua família, da Corunha. Oficial que será, pouco tempo depois, executado pelas tropas franquistas. Como se pode imaginar, um tal acontecimento, de vida e de morte, vai marcar definitivamente a sua vida. Granell tinha-se tornado um membro do «clube dos sobreviventes da bestialidade totalitária».

Uns anos antes, em 1928, Granell conhecera em Madrid Juan Andrade, uma figura central da oposição de esquerda comunista em Espanha, de quem ele se aproximou. Em 1935, após a experiência revolucionária asturiana, Granell, juntamente com um grande número dos seus camaradas da oposição, integrou o POUM (Partido Obrero de Unificacion Marxista), que acabava de ser criado e que foi uma das organizações originais e importantes na revolução espanhola[4]. No começo da revolução, Granell participou em Madrid no ataque aos quartéis lado a lado com camaradas da CNT-FAI e, devido aos seus rudimentares conhecimentos militares, foi considerado como «um especialista militar do partido» e colocado na coluna de milicianos do POUM comandada por Hipólito e Mika Etchébehère[5] na frente de Madrid-Guadalajara. Meses depois tornou-se «comissário» numa brigada da *CNT* na frente de Aragão. Personalidade activa e decidida, Granell esteve na origem da rádio do POUM que emitia a partir de Madrid, participou na organização das milícias deste partido, interessou-se e escreveu sobre as questões militares na revolução e dirigiu várias publicações do partido, entre as quais *El Combatente Rojo*, que foi rapidamente proibida pela censura republicano-estalinista que começava a exercer-se. Em 1937, Granell encontrava-se em Barcelona e, através de Andrade, conheceu George Orwell e Benjamin Péret, com quem estabeleceu uma forte amizade e uma cumplicidade que iriam resistir à prova dos anos. Após a revolta de Maio 1937 em Barcelona e o assassinato pelos estalinistas do dirigente do POUM Andreu Nin, a perseguição republicano-estalinista contra os revolucionários do POUM e da CNT, obrigou Granell a viver algum tempo na clandestinidade em Barcelona. Durante esse período, escapou por um triz às rusgas dos comandos do PCE (que os revolucionários chamavam «os chekistas») feitas nos bairros e nas ruas procurando os participantes nas «jornadas de Maio». Membro da nova direcção do POUM na clandestinidade, Granell foi escondido por camaradas da CNT que conseguiram fazê-lo chegar até Valencia, onde incorporou uma unidade do exército republicano em que os anarquistas eram maioritários. Identificado pelos chefes militares afectos ao PCE, o seu regimento foi sistematicamente enviado para as posições mais perigosas da frente com a óbvia intenção de o liquidar. Transformado

**Com Cesariny em 1989, em Madrid.**

**Com Cruzeiro Seixas e Julieta García Ochoa (galeria La Kábala, Madrid)**

surrealistamente em «especialista» de explosivos, Granell e o seu regimento foram, no fim da guerra, encarregados de destruir as pontes dos Pirenéus catalães com o objectivo de proteger a retirada das tropas republicanas em debandada e dos milhares e milhares de refugiados que tentavam atingir a fronteira francesa. Tarefa que ele efectuou com seriedade e rigor, recusando, não obstante, destruir as pontes romanas!

Seguiu-se o percurso clássico dos refugiados no país dos «direitos do homem»: campos de concentração sob a fraterna «protecção» do glorioso exercito francês. Com outros camaradas, Granell fez várias tentativas de fuga e conseguiu finalmente viver escondido em Perpignan para chegar mais tarde a Paris. No fim de 1939, quando o exército nazi estava às portas de Paris, Granell e outros camaradas deixaram-se seduzir pela oferta do governo chileno que se dispôs a receber um número importante de refugiados espanhóis em França.

Começou então o segundo capítulo da aventura. Com a esperança de obter um visto de saída, Granell tinha-se inscrito numa organização de apoio a refugiados que era controlada pelo aparelho do PCE. Em 1940, o estalinista e poeta Pablo Neruda estava em Paris e filtrava justamente a atribuição dos vistos no consulado do Chile. Granell gostava sempre de lembrar um episódio sórdido da *Desonra dos Poetas*. Descobrindo o nome de Eugenio Granell, Neruda ter-se-ia excitado: «Este é trotskista, tirem-no já da lista!»[6]. Finalmente os subversivos apagados das listas acabaram por encontrar lugar num barco que partia de Bordéus para a América Latina pejado de Judeus. No comboio para Bordéus, acaso objectivo indiscutível, Granell conheceu Amparo Segarra, que será a sua companheira para a vida.

Em 1940, os refugiados espanhóis desembarcaram em São Domingos onde o governo os instalou numa colónia agrícola situada sobre o rio Massacre, lugar que Granell considerou como idílico apesar do nome... Granell recomeçou a escrever, contos, teatro, lançou-se na pintura e expôs pela primeira vez. Músico virtuoso, deu aulas de música e entrou como primeiro violino na orquestra sinfónica nacional de São Domingos, na qual conheceu Yehudi Menuhin. Com Amparo, acolheram durante algum tempo o exilado Victor Serge e o seu filho Vlady, antes da sua partida para o México. André Breton visitou a ilha, e entre Betron e Granell iria nascer uma relação de amizade e de respeito mútuo.

Em 1947, Eugenio Granell, Amparo e a família fogem da ditadura de Trujillo e instalam-se na Guatemala onde rapidamente organizam um círculo de artistas revolucionários. A força e a magia da cultura índia vão seduzi-los e influenciar a obra, a escrita e a pintura de Granell assim como as colagens de Segarra. Granell dirá: «Não nos tornámos índios porque é muito difícil. Mas teríamos gostado de o ter conseguido.» A participação nos trabalhos do movimento surrealista internacional intensificou-se, e Granell expôs na Guatemala e em Paris. Continuou ao mesmo tempo a manter vivo o debate político, como prova a vasta correspondência e as discussões com os seus camaradas do POUM no exílio. Granell criticou frontalmente a concepção do «realismo socialista» defendida pelos artistas próximos do partido comunista, e em particular os miseráveis silêncios do poeta Rafael Alberti sobre os actos do estalinismo em Espanha. Ao mesmo tempo Granell discutia em vários textos a relação difícil entre a concepção trotskista da revolução, necessariamente autoritária, e a liberdade de criação à qual ele era sensível. Para ele, a afirmação desta liberdade implica uma atitude libertária, quanto mais não seja independente de toda a ortodoxia ou de todo o sistema fechado de pensamento[7].

Inevitavelmente, o afrontamento de Granell com os estalinistas continuou no exílio. Pouco tempo depois de se ter instalado na Guatemala, foi atacado por membros do partido comunista local e obrigado a esconder-se com a sua família. Em 1950, conseguiu deixar a Guatemala e foi viver para Porto Rico onde publicou a sua obra mais importante, *Isla cofre mítico*. Dois anos mais tarde, de viagem em Nova Iorque, Granell conheceu Marcel Duchamp e, em 1954, passou uma parte do ano em Paris onde participou na actividade do grupo surrealista. De facto, os anos cinquenta e sessenta foram o seu período de maior produção plástica, mantendo sempre fortes laços com Breton, Benjamin Péret e outros surrealistas. Foi também nestes anos que criou relações de amizade e de troca intelectual com Mário Cesariny e Cruzeiro Seixas em Portugal. Acabou por se instalar em Nova Iorque em 1958, onde publicou *La novela del Indio Tupinamba*, um conto surrealista sobre a guerra civil espanhola. Após ter escrito uma tese sobre Picasso, *Picasso's Guernica: The End of Spanish Era*, Granell foi professor de literatura espanhola no Brooklyn College da New York City University. Regressou pela primeira vez a Espanha em 1969 para finalmente se instalar entre Madrid e Santiago em 1985 (8).

Durante os últimos anos da sua vida, Granell foi adulado pelos profissionais da política da esquerda espanhola. Recebeu elogios e homenagens, o reconhecimento das instituições oficiais, foi prezado como um grande artista do país. O preço humano destas honras distribuídas por indivíduos medíocres ao serviço de um sistema injusto é bem conhecido. Por isso mesmo seria errado dar muita atenção às peripécias deste período. Indivíduo talentoso, Granell nunca foi um homem politicamente perdido mesmo se algumas das suas posições foram discutíveis. Nunca foi, para retomar a fórmula de exclusão do chefe bolchevique Trotski, «um homem caído ao mar». Foi um homem que se manteve essencialmente igual a si próprio, fiel aos seus compromissos e aos seus amigos da revolução. Um dia de 1988, Granell apresentou-se com outros camaradas na repartição de um notário a fim de registar o acto de criação da Fundação Andreu Nin. Interrogado sobre a sua actividade profissional, respondeu: «Anti-estalinista!». E, num texto autobiográfico de 1968 (*Lo que sucedió*), resumiu o fundo do compromisso da sua vida: «Não tenho nenhum amor pelo proletariado, é mesmo por isso que desejo o seu desaparecimento.»

Eugenio Granell morreu em Madrid no dia 24 de Outubro de 2001, Amparo Segarra no dia 4 de Agosto de 2007, também em Madrid.

Há pouco a acrescentar a este resumo da aventura *granelliana*. Fica-nos a liberdade de ler os seus livros e de ver os seus quadros. E de sonhar com ele com um outro mundo, humano, livre da exploração e da alienação, da brutalidade dos homens que agem em nome dos sistemas políticos e perdem assim a sua consciência. Já no outono da vida, numa conversa no exílio com o velho lutador e dirigente do POUM Joaquín Maurín, Granell perguntou-lhe como seria possível os estalinistas dormirem com boa consciência após todos os seus crimes. Ao que Maurín respondeu: «Pensava que eras mais inteligente Eugenio, eles dormem melhor que tu e eu, eles não têm consciência!»

Enfim, deve-se a Eugenio Granell e a Amparo Segarra que Santiago de Compostela não seja apenas uma cidade de parvoíce religiosa. É também a cidade deles, uma página deliciosa da revolução espanhola, na qual os sonhos ganharam toda a sua força subversiva.

**NOTA:** Agradecemos a Natalia Granell, filha de Eugenio Granell, a disponibilidade do auto-retrato e fotografias para a presente crónica.

---

**1** Fundación Eugenio Granell, Plaza del Toral s/n, Santiago de Compostela. www.fondacion-granell.org

**2** *Espagne Atlantique*, Guide Vert Michelin, Paris, 2017, p. 395.

**3** Sobre Francisco Gómez, de Raul Ruano Bellido e Charles Reeve, *Le suspect de l'Hotel Falcon*, L'insomniaque, Paris, 2011.

**4** Para uma introdução aos acontecimentos da revolução espanhola o magnífico texto de George Orwell, *Homenagem à Catalunha*, Antígona, 2007.

**5** Após a morte em combate de Hipólito, a coluna dos milicianos será a única comandada por uma mulher, a sua companheira Mika Etchebéhère, *Ma guerre d'Espagne à moi*, Actes Sud, Paris, 1998.

**6** Granell conta o episódio no seu texto de 1977, «Los silêncios de Alberti», *Artículos políticos (1932-1990)*, Fondación Eugenio Granell, Santiago, 2009.

**7** É a tese que defende Eugenio Castro, «Eugenio Granell: consciencia política de la liberdad de creación», in *Eugenio Granell, militante del POUM*, Fondación Eugenio Granell, Santiago, 2007.

**8** Seria injusto não referir rapidamente a vizinhança de Andrés Garcia de la Riva (1911-???), conhecido como Andrés Colombo, um outro pintor da corrente surrealista. Igualmente originário da Galiza, militante do POUM e combatente das milícias, Colombo regressou clandestinamente a Espanha em 1947, onde foi preso. As suas obras estão expostas no museu de Lugo (Galiza).

# “Rua dos Lagares” e “Alfama é Marcha”- documentários para reagrupar o tecido social dos bairros

**M. LIMA**
M.LIMA@JORNALMAPA.PT

**Rua dos Lagares** é um curto documentário do coletivo Left Hand Rotation, em colaboração com o coletivo Habita, que regista a luta dos moradores de um prédio na Mouraria contra o seu despejo. O testemunho não é apenas uma denúncia dos efeitos nocivos da gentrificação em Lisboa, mas documenta também as formas de organização dos moradores que conseguiram uma importante vitória “contra a Lisboa dos hotéis, onde só vivem os Reis”. Pelo menos para já, a ordem de despejo foi travada.

*Alfama é marcha,* o mais recente filme do mesmo coletivo, documenta o processo de trabalho de um projeto conjunto entre várias associações que “visa promover o envolvimento da comunidade de Alfama na valorização do seu património cultural, material e imaterial, através da consolidação de um espólio significativo da realidade das Marchas Populares no bairro”. Na altura dos preparativos, um sentimento de pertença invade cada beco daquele bairro que se vê confrontado com um feroz processo de transformação, onde muitos dos antigos moradores já foram forçados a abandonar as suas casas, sem uma opção de residência que evite a dolorosa rutura dos seus vínculos com o bairro. Ambos os vídeos servem como inspiração para debater e, talvez agir sobre as questões que forçosamente enfrentamos quando falamos de Lisboa: o direito à cidade e como nela vivemos.

*Alfama é marcha*, o mais recente filme do coletivo left Hand Rotation, documenta o processo de trabalho de um projeto conjunto entre várias associações que “visa promover o envolvimento da comunidade de Alfama na valorização do seu património cultural, material e imaterial,(...)

# Torna-te Gat@, faz-te Vadi@

A livraria Gato Vadio, no Porto, é local de venda do Jornal Mapa desde o seu número zero. Morada de inúmeras conversas, exposições, filmes, concertos, o Gato, como é carinhosamente chamado pelos mais próximos, é hoje um espaço incontornável e fundamental para o pensamento insubmisso na cidade.

Aberto de quinta a domingo graças ao trabalho voluntário de menos de meia dúzia de pessoas, é lá que se consegue encontrar ou encomendar quase tudo o que uma mente inquieta e inquisidora procura. O Jornal Mapa incluído, se nos é permitida a imodéstia.

Instalado na Rua do Rosário, em pleno coração do Porto gentrificado, o Gato Vadio é uma ilha de sanidade que não pode desaparecer. Mas, num mundo regido pelo poder do dinheiro, a gratuitidade de todas as sessões, a liberdade de não se consumir e os preços amigos, se aliados a contas crescentes e a uma férrea vontade de não sobreviver à custa de quem edita, são uma receita perfeita para dificuldades extremas.

E dificuldade extremas é, de facto, a definição perfeita para a situação em que o Gato Vadio se encontra presentemente. É por isso que fazemos nosso o seu apelo: contribuições para o NIB 0010 0000 4637 1130 001 26 e um desafio a que se associem à Saco de Gatos, Associação Cultural e Espaço de Intervenção Social [gatovadiolivraria.blogspot.pt]

# Podcast do Mapa tem episódio sobre a ocupação da Palestina, descrita por activistas israelitas

Neste novo podcast do jornal Mapa, ouvimos 2 companheirxs israelitas que passaram por Portugal para fazer apresentações sobre a situação atual da guerra e ocupação de Israel na Palestina. Dana e Iran relatam o dia-a-dia asfixiante das populações palestinianas mas partilham, também, experiências de luta e procuram alargar a solidariedade internacional. O podcast é falado em inglês, com algumas partes traduzidas para português, contém músicas de Shadia Mansour e Twisted Nixon, e pode ser ouvido e descarregado em **www.jornalmapa.pt**

# Sangre de Muerdago, o folk da floresta

**ARTUR FLORES**

Numa época em que as florestas e os seus habitantes são constantemente acossados pela ideologia do progresso, visando em exclusivo a rentabilidade e a exploração de recursos, a música dos Sangre de Muerdago faz valer uma outra visão da natureza. As suas melodias, cantadas em galego, são uma homenagem aos rios, às árvores, aos animais selvagens e aos elementos, narrando histórias e lendas antigas, inspiradas no imaginário pagão da Galiza e de outros lugares. O "folk da floresta", como é designada a sua música, combina harmoniosamente o som de guitarra, flauta, violoncelo, viola, harpa celta, nyckelharpa, sanfona, percussão e vozes. As suas canções fazem-nos viajar pelos bosques de floresta autóctone, povoados de carvalhos, teixos e azevinhos, por onde serpenteiam riachos de águas límpidas.

A música dos **Sangre de Muerdago** ressoa nos antípodas da monocultura de eucalipto e pinheiro, das barragens, da agro-indústria.

Os Sangre de Muerdago surgiram em 2005 por iniciativa de Pablo Ursusson, gravando a sua primeira demo em 2007. Desde essa altura foram vários os músicos que passaram pela banda, oriundos de diferentes países. Está actualmente sediada na Alemanha, tendo de momento, como principais colaboradores, os músicos Georg Börner, Erik Heimansberg e Asia Moore. Pablo Urusson tem vasta experiência musical, e no passado participou em registos sonoros bem distintos, que vão do punk ao metal, como as bandas Ekkaia, Cop on Fire, Leadershit ou Antlers. O músico, letrista, cantor e pintor, de ascendência galega, não esconde as suas referências anarco-primitivistas.[1]

O seu primeiro álbum, auto-intitulado *Sangre de Muerdago*, foi lançado em 2010, seguindo-se *Deixádeme Morrer no Bosque*, em 2012. Nesse mesmo ano deram o primeiro concerto em Portugal, na cidade de Aveiro. Durante a sua *tournée* pela América do Norte, em 2014, partilharam o palco com bandas como Blackbird Raum, Ekstasis, Latona Odola ou Novemthree, chegando a lançar com estes últimos um LP conjunto, intitulado *Braided Paths*. As actuações ao vivo têm levado a banda a países como a Irlanda, Roménia, Finlândia, Croácia, Lituânia, Taiwan, e Hong Kong, tendo já actuado em festivais como o *Stella Natura* nos Estados Unidos, ou o *Terra Salvaria*, na Noruega, eventos de renome da cultura musical *underground*, associados à reverência pela natureza.

Em 2015 lançaram *O Camiño das Mans Valeiras,* uma das melhores peças até ao momento, composto por canções onde o misto de vozes masculinas e femininas acentua a melancolia dos longos arpejos. A última visita a Portugal foi em 2016, para um concerto no Porto e outro em Lisboa, apresentando pouco tempo depois o seu último trabalho, *Os Segredos da Raposa Vermella*. Para celebrar o seu 10.º aniversário, o grupo encontra-se actualmente em digressão, ao mesmo tempo que finaliza o seu próximo álbum, "Noite".

A música dos Sangre de Muerdago ressoa nos antípodas da monocultura de eucalipto e pinheiro, das barragens, da agro-indústria. Ao exercer uma visão contemplativa da natureza, é por si uma expressão de antagonismo nos tempos correntes, em que a cultura dominante tornou "sagradas" as comodidades da vida moderna, idolatrando o urbano, em detrimento e desprezo pela ligação à terra, e pela sabedoria ancestral.

**1** Entrevista dada por Pablo Ursusson, à revista *Kogaianon*, em Março de 2015.

LIONEL BALTERO

# Exploradores da Serra

**FILIPE NUNES**
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Há mais de 20 anos que o Teatro Regional da Serra de Montemuro desafia a condição da "interioridade". A condição de viver numa pequena aldeia como Campo Benfeito, onde um dia chegou e nasceu a companhia de teatro, um lugar onde pouca gente nasce e as perspectivas de futuro afunilam as pessoas para daí saírem, tem motivado este colectivo de actores a fazer do teatro uma estrutura de resiliência, um lugar de encontro da comunidade e uma embaixada itinerante que tem levado a serra de Montemuro a todo o país.

**Exploradores da Serra** é o nome do teatro de rua desta companhia saltimbanca, com dramaturgia e encenação de José Carretas, que estreou em Junho passado e percorreu neste verão vilas e cidades de norte a sul. Rimo-nos e levamos para casa a boa disposição e reflexão, depois de assistir à passagem em Castro Verde dos habitantes da aldeia serrana de Manta Comprida. Como nos contam, se não fosse a implementação das torres eólicas no alto da serra, nunca se teria quebrado o enguiço dessa pequena aldeia de Montemuro: séculos e séculos de completo isolamento, que provocaram uma forma singular de viver. O fechamento ao exterior, o cruzamento dentro da própria comunidade, a forte presença dum animismo ancestral, determinaram pequenas diferenças por exemplo, linguísticas, e até genéticas (em Manta Comprida, todos os 9 habitantes são coxos e um pouco estranhos da cabeça). Fomos apresentados e dançámos com Abel Pinga-Amor, Beatriz Trovoada, Eduardo Bom Pastor, Leonor Carne Assada, Paulo Feijoca e Manel Fala-Fala, assistindo pelo meio como reagiram estes quando o vento trouxe dinheiro e o dinheiro trouxe novas possibilidades. É então que, por entre o dilema da interioridade e da desertificação, a sabedoria jocosa e ancestral dos aldeões nos convida a ver a vida doutro modo, para lá das promessas citadinas da equipe que chega para montar as altas torres eólicas do progresso à serra. A peça, que abriu este ano o festival de Teatro Altitudes, que a companhia anfitriã organiza anualmente em Campo Benfeito, é teatro popular, com uma acessibilidade da mensagem expressa por diversos momentos que vão surpreendendo e envolvendo o público. Tal como referem no site da companhia acerca do seu trabalho com as escolas, também aqui não somos limitados a assistir, mas levados a pensar, a formar opiniões, a exprimi-las em palavras, acções, imagens ou sons.

**Exploradores da Serra** é o nome do teatro de rua desta companhia saltimbanca, com dramaturgia e encenação de José Carretas, que estreou em Junho passado e percorreu neste verão vilas e cidades de norte a sul.

# Um Grande Comício sem Palavras

**TEÓFILO FAGUNDES**
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

A o mesmo tempo que a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial se tornava uma realidade e, por todo o lado, os anti-fascistas vislumbravam uma luz ao fundo do túnel, António Ferro transformava o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933, em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), para dar força à sua «política do espírito». Uma política baseada na premissa de que um povo sem cultura se transforma num povo inútil e mal-humorado e de que essa cultura deve glorificar o regime e o seu líder, integrando as tendências modernistas através do patriotismo e promovendo uma irreverência dócil, inócua... reverente.

A luz ao fundo do túnel foi também antevista pelos anti-fascistas portugueses que chegaram a pensar que a derrota do bloco nazi traria condições mais favoráveis para a queda de Salazar. Uma esperança que se alimentou também da dissolução da Assembleia Nacional, a 7 de Outubro, e a marcação de eleições para o mês seguinte. Outubro via nascer o Movimento de Unidade Democrática (MUD), que agrupava várias e provavelmente inconciliáveis famílias políticas contra o regime e que foi impedido de participar nas eleições de Novembro. Dentro do MUD nascia também a CEJAD (Comissão de Escritores, Jornalistas e Artistas Democráticos) que ganharia as eleições para os corpos gerentes da Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA) em Maio de 1946.

Ganhas as eleições, iniciava-se um novo ciclo. Ainda em 1946, lançou-se a Exposição Geral de Artes Plásticas (EGAP), aberta a todos os artistas que nunca tivessem exposto no SNI ou que se comprometessem a nunca mais o fazer. Mas a novidade não era apenas essa. Ao contrário do habitual na SNBA, desta vez não havia júris ou medalhas e eram os próprios artistas que se auto-organizavam, se auto-financiavam e, enquanto organizadores, montavam a exposição. A EGAP foi um sucesso. Tanto em termos de público como de reacção da crítica.

Tão grande foi o sucesso que se decidiu fazer uma segunda com o sonho de transformar a EGAP num acontecimento anual. Com abertura também à noite para que as classes operárias a pudessem visitar. A ideia base de união de artistas por questões políticas e não meramente estéticas era a mesma. E a atitude provocatória em relação ao regime era ampliada pela homenagem que os organizadores decidiram fazer a Abel Salazar, um fervoroso anti-fascista expulso do ensino em 1935.

A 9 de Maio de 1947, o *Diário da Manhã*, jornal muito próximo de Salazar, alertava para o carácter demasiado esquerdista da segunda EGAP. E a 13 de Maio, pela hora de almoço, o Ministro do Interior, Cancela de Abreu, acompanhado por uma brigada da PIDE, retirou das paredes 12 obras de 11 artistas. A visita censória não demoveu os organizadores de manterem a exposição aberta e os quadros acabaram por ser devolvidos aos seus proprietários, por entre histórias rocambolescas que não resultaram em mais problemas. Em 1948, a PIDE, apesar de não ter retirado qualquer obra, visitou a EGAP antes da abertura, instituindo assim a censura prévia como norma.

70 anos depois da segunda EGAP, a exposição patente na Casa da Achada – Centro Mário Dionísio, *Um grande comício sem palavras*, que inaugurou com visita guiada no passado dia 30 de Setembro, conta-nos este episódio de fascismo e resistência em pormenor, através de diversos painéis de enquadramento histórico e de um livreto. Uma exposição onde, para além de várias outras obras, é possível ver 6 dos 12 quadros apreendidos pela PIDE: *O menino da bandeira branca*, de Avelino Cunhal, *Ordem*, de José Viana Dionísio, *Guerra*, de Lima de Freitas, *s/ título*, de Arnaldo Louro de Almeida, *Asilo*, de Manuel Filipe e *Pintura*, de José Chaves (Mário Dionísio).

Um pedaço de história daqueles cuja memória não se pode apagar, principalmente em momentos em que a retórica de extrema-direita pretende voltar a conquistar adeptos.

**Casa da Achada – Centro Mário Dionísio**
**Rua da Achada, 11 – Lisboa**
**http://centromariodionisio.org**

**Exposição patente até 16 de Abril de 2018**
**Horário: Segundas, Quintas e Sextas das 15h às 20h**
**Sábados e Domingos das 11h às 20h**

## Ode da Falácia

Que praga viperina nos assola assustadora
de tais aprendizes doutores e engenheiros
na feira da ladra há a mania perturbadora
de rever impostores em pautas sorrateiros
que praga viperina nos assola assustadora
tão grão-mestres em analfabetos pioneiros

Da sebenta a sapiência jaz remota e rasteira
nesse faustoso corrupio a iludir a decência
gabinetes são enxames de conturbada carreira
que nos repugnam e nos danam já a paciência
da sebenta a sapiência jaz remota e rasteira
no peito altivo de tanto cábula em potência.

FRANCISCO CARDO

*A Fábrica de Nada* fez correr muita tinta na comunicação social desde o imenso furor criado no festival de Cannes. Uma obra marcada por inúmeros momentos de genialidade que aborda o que parece ser a grande característica dos nossos tempos: o colapso. Neste caso o colapso da instituição do trabalho e da sua centralidade nas nossas vidas, o colapso das formas tradicionais da organização social mas também o colapso da sanidade mental, das relações humanas e, como não podia deixar de ser, o colapso das formas tradicionais de fazer e pensar o cinema. No entanto, o que de mais belo acompanha esse desespero suburbano é a permanente possibilidade, ainda que ínfima, de estar ali, entre as máquinas, os desatinos, a limalha de ferro e as mãos dos protagonistas, a solução para o desespero. Mesmo que muitos não vejam, outros tantos não a apontem e a equipa que pensa o filme não se atreva a nomear.

**mapa**
Jornal de Informação Crítica

**MAPA: Jornal de Informação Crítica**
**Número 18**
**Novembro 2017 - Janeiro 2018**

**Propriedade:** Associação Mapa Crítico
**NIPC:** 510789013
**NIB:** 0035 0774 00143959530 98
**Morada da redacção:** Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
**Correspondência:** enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
**Registo ERC:** 126329
**Diretor:** Guilherme Luz . gui.luz@jornalmapa.pt
**Editor:** Ana Guerra
**Subdiretor:** Frederico Lobo
**Director adjunto:** Inês Oliveira Santos

**Estatutos editoriais do Jornal MAPA:**
https://goo.gl/ZgkQxM

**Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:**
M.Lima*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, AP, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Huma*, Finja Delz, João Vinagre*, J. Martins*, X. Espada,, κοινωνία, Jorge Valadas, Margarida Mendes, Zita Moura, Laura Marques, Catarina Leal, Ricardo Ventura, PM, Rita Serra, PDuarte, Júlio Henriques, Daniel Vasconcelos Melim, MC, Ana Rita Alves, Piménio Ferreira, João Martins, P.Duarte, Will Sands, ZNM, Coletivo Organizador das I Jornadas Prisões e Mulheres, Ana Farias, Jorge Leandro Rosa, Sara Moreira, Lindorfo, Ricardo Tavares, Rui Pedro Tremoceiro, Francisco Cardo, Daniela Rodrigues, Xavier Almeida.

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

**Periodicidade:** trimestral
**PVP:** 1 euro
**Tiragem:** 3000 exemplares

**Contacto:** geral@jornalmapa.pt
**Distribuição:** distribuicao@jornalmapa.pt
**Assinaturas:** assinaturas@jornalmapa.pt
**Site:** www.jornalmapa.pt
**Facebook:** facebook.com/jornal.mapa
**Twitter:** twitter.com/jornalmapa
**Depósito legal:** 357026/13
**Tipografia:** Funchalense-Empresa gráfica S.A.

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

A Faircoin é uma criptomoeda criada pela Faircoop, uma cooperativa global dedicada a construir um novo ecossistema económico baseado na cooperação, ética, solidariedade e justiça. A Faircoop dinamiza o Fairmarket, um mercado online de produtos e serviços, que visa também ajudar a criar redes com outros projectos e pessoas solidárias com os mercados alternativos, as finanças éticas, as moedas sociais, as acções colectivas, a inclusão social e o comércio justo. O design da Faircoin, ao contrário de outras criptomoedas, como a Bitcoin, atribui-lhe maior estabilidade e desincentiva a especulação financeira, para além de não exigir altos consumos energéticos associados à sua emissão.
O Jornal MAPA é o primeiro jornal no mundo a aceitar pagamentos em Faircoin para todas as suas modalidades e por isso está no Fairmarket em **is.gd/jornalmapa**. Em alternativa, pode ser usado o endereço da nossa carteira, através do QR-CODE ao lado. Para quem desejar apoiar o projecto, donativos em Faircoin podem também ser enviados para o mesmo endereço.
Para mais informações ou dúvidas contactar **assinaturas@jornalmapa.pt**
ou visitar **market.fair.coop | fair-coin.org**

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 18
NOVEMBRO 2017- JANEIRO 2018
3000 EXEMPLARES

# Não desligam os fumos

**RITA SERRA***
MISCARA@GMAIL.COM

Foi o que disse a minha filha de quatro anos quando lhe explicamos que não podia ir ao parque de Serpins por causa dos incêndios. Vieram os helicópteros, aviões e os bombeiros, e instaurou-se um cenário quase militar contra o fogo. Toda a resposta inspirava segurança: parecia tão no início. Mas com as nuvens negras a aumentar de tamanho, tal como outras famílias com crianças, decidimos sair. Da estrada vimos o país a arder, e as povoações sob nuvens de fumo que pareciam furacões. Conseguimos chegar são e salvos, e só pensei na injustiça tremenda das populações mais rurais sofrerem isto e as urbanas não. Mas os fogos aproximaram-nos a todos. As pessoas a 75 km que me ligaram para saber se estávamos bem são aquelas a quem ardeu a casa. O fogo entrou pelas vilas e pelas cidades, e andou pelas ruas, pelos quintais, pelas hortas, pelas sebes. Entrou dentro de casas, desabitadas e habitadas. Entrou dentro de fábricas abandonadas e ocupadas. Entrou nos currais e matou animais. Entrou em Oliveira do Hospital e levou à evacuação forçada de hospitais. Como terá sido o esvaziamento dos acamados? Regressei e começamos a ver os danos e a ouvir os relatos dos vizinhos. E passaram na ponte os carros dos bombeiros de Santiago do Cacém, Almada, e um desfile de lugares a sul. E passei no caminho da floresta onde apanhava cogumelos e medronhos com a minha filha. Dias antes tínhamos visto um sacarrabos. Para onde terá ido? E os veados? E os javalis? E os sapos? E os peixes? E a garça? Ouvi os corvos. O caminho da floresta é um lugar novo. Parece uma paisagem lunar. Toco numa pedra e rolo-a encosta abaixo, fá-lo sem esforço libertando uma nuvem gigantesca de poeira e cinza. Árvores caídas e a cair. Os eucaliptos são puro negro e cinza, os pinheiros deixam pinhas, e as oliveiras e carvalhos arderam por dentro com a folhagem quase intacta. Imensas bolotas no chão. Quase parece que seriam capazes de cuidar do seu futuro se as deixassem.

O que me incendeia com raiva são os fragmentos que nos chegam das notícias. Todo o medo e os discursos do costume impedem que as pessoas aceitem a realidade de que as plantações florestais nas condições sócio-ambientais de Portugal são extremamente perigosas. Que o fogo entrou e andou impune pelas vilas porque o interface urbano-florestal é uma passadeira vermelha à sua passagem. Negar a existência do perigo é permitir que em Portugal a indústria da madeira e da pasta do papel custe vidas humanas. Quantas vidas humanas serão necessárias sacrificar para aumentar a nossa segurança face às plantações de eucalipto? E quantas mais para que em vez de florestas zombies possam surgir outros modos de vida? Podemos e devemos apostar na prevenção e melhorar a proteção civil, mas nunca haverá bombeiros suficientes quando meio país arde em dois dias.

Continuam a não desligar os fumos e não nos deixam ver depois do fogo. É importante ver a terra queimada, ver as pessoas sem casa, sem luz, sem água, sem comunicações e sem documentos, sem sustento, enlutadas. É importante ver, saber onde estão e quem são para responder às suas necessidades, mas também para aceitar que o perigo é real e não um delírio imaginário.

Quem não aceita o perigo vive com medo. E o cheiro do medo é o cheiro do fumo. O cheiro que enfrento todos os dias para chegar a casa. O cheiro que nos diminui porque apesar dos esforços e entreajuda dos vizinhos para salvar as casas dos que estavam fora, ajudar os idosos e os mais vulneráveis, fomos incapazes, como comunidade, de proteger a terra que habitamos. Porque não chega ter salvado o nosso quintal quando se vê a extensão da desolação e se somam os relatos dos que perderam tudo. Não responder ao seu sofrimento envergonha-nos e diminui-nos como espécie humana.

Neste momento está a ocorrer uma gigantesca onda de solidariedade silenciosa entre familiares e amigos. É silenciosa porque ainda temos esperanças de que o Estado possa também ser solidário e compensar as perdas económicas. Se não o fizer, poderá ocorrer outra tragédia: o agravar das desigualdades e da vulnerabilidade social, a perda das magras poupanças para uma vida digna.

**(...) para as populações mais rurais, o fogo é mais um ataque violento a somar-se à perda de serviços públicos, encerramento de escolas e de serviços de saúde, encerramento de linhas de comboio e metros sempre adiados.**

O fogo entrou nas nossas cabeças para ficar. É trauma? Claro que sim. Trauma coletivo que tentamos digerir com o esforço de retomar a normalidade. Mas para as populações mais rurais, o fogo é mais um ataque violento a somar-se à perda de serviços públicos, encerramento de escolas e de serviços de saúde, encerramento de linhas de comboio e metros sempre adiados. O fogo é mais uma mensagem de que melhor seria que saíssem dali, que fossem para um núcleo verdadeiramente urbano como toda a gente, onde a natureza não os ataca porque está mais suprimida.

Aceitar e responder ao fogo requer coragem. A coragem de aprender o seu comportamento, e esperar a sua presença. Entrar em negação leva-nos a dois extremos: culpar as ignições e rezar para que chova. As soluções estão no meio: nem controlamos tudo nem somos totalmente impotentes. Mas é preciso mais do que cortar os matos. O fogo pode ser uma oportunidade de aproximar as pessoas dos seus baldios, de diversificar as florestas e os usos do solo, em vez de concessionar tudo para plantação de eucalipto, na urgência de tapar a terra queimada.

MAPA BORRADO

AMAZÔNIA NUNCA MAIS...
(...SE ARRASA COM AQUELA MERDA DE UMA VEZ PARA A GLÓRIA E O PROGRESSO DO BRASIL E DO MUNDO!)
MICHEL, PRIMEIRO TRATE DE RESPONDER A ESTAS SUPER-MODELOS. VOCÊ NÃO É UM GROSSEIRÃO QUE NEM TRUMP.
« MENINA, FIQUEI SENSIBILIZADO COM SEU TWEET. NÃO VOU MAIS VENDER A AMAZÔNIA AO DESBARATO »
PELO MENOS NÃO ANTES DE CHAMAR AQUELES JUÍZES À RAZÃO.
ALÔ, FILHO! COMO ESTÁ VOCÊ? ESCUTE, NÃO DARÁ DE UMA FORMA, DARÁ DE OUTRA.
AS MINAS FICAM PRA MAIS TARDE POR AGORA TEMOS AS BARRAGENS.
AS CORREDEIRAS DE S. LUIZ QUE AFLUEM AO RIO TABAJÓS SÃO DIFÍCEIS DE NAVEGAR E POR ISSO PERMANECERAM INTOCADAS DURANTE SÉCULOS. MAS TUDO ISSO ESTÁ PRESTES A MUDAR COM O PLANO DE CONSTRUÇÃO DE MAIS DE 50 BARRAGENS (ESTÃO PLANEADAS 500 PARA TODO O AMAZONAS).
Rio Amazonas
SANTARÉM
DEVASTAR AS CORREDEIRAS PERMITE MONTAR CENTRAIS HIDROELÉCTRICAS E ABRIR UMA ENORME HIDROVIA QUE LIGARÁ PRODUÇÃO AGRÍCULA AO ENTREPOSTO COMERCIAL DE SANTARÉM.
Rio Tabajós
PARA OS POLÍTICOS LOCAIS É OPORTUNIDADE DE EXPANDIR E ENRIQUECER, JÁ QUE SE ESPERA QUE A POPULAÇÃO AUMENTE PARA O DOBRO NOS PRÓXIMOS DEZ ANOS.
RECEPÇÃO DE PARACHOQUES
BARBOSA
ITAITUBA
NA ZONA VIVEM VÁRIOS CLÃS DE MUNDURUKUS.. MAS SEM TÍTULO DE PROPRIEDADE.
O RIO TAPAJÓS NÃO É IMPORTANTE SÓ PARA A AMAZÔNIA MAS TAMBÉM PARA O RESTO DO BRASIL E ATÉ DO MUNDO. NÃO PODEMOS SER EGOÍSTAS AO PONTO DE DEIXAR TODOS ESSES RECURSOS INTOCADOS.
NÉLIO AGUIAR PREFEITO DE SANTARÉM
AO LONGO DOS SÉCULOS OS MUNDURUKUS TIVERAM DE FAZER ALIANÇAS ESTRANHAS PARA SOBREVIVER...
ENTRETANTO...
EU AJUDO VOCÊ!
TU? O CAPATAZ DA INDÚSTRIA DA BORRACHA QUE NOS ANDAS A LIXAR AOS ANOS..
SIM, MAS AGORA ESTA DESFLORESTAÇÃO TAMBÉM ESTÁ A DAR CABO DO NEGÓCIO DA BORRACHA
E ASSIM OS MUNDURUKUS VÃO COLECCIONANDO INIMIGOS DOS SEUS INIMIGOS.
JOSÉ SMITH VARGAS '17